

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

BEATRIZ DA ROSA OLIVEIRA

**O ADOECIMENTO MENTAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA:
ALGUNS PROCESSOS QUE INCIDEM E/OU AGRAVAM SEU ACOMETIMENTO**

São Borja

2019

BEATRIZ DA ROSA OLIVEIRA

**O ADOECIMENTO MENTAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA:
ALGUNS PROCESSOS QUE INCIDEM E/OU AGRAVAM SEU ACOMETIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Jocenir de Oliveira Silva

**São Borja
2019**

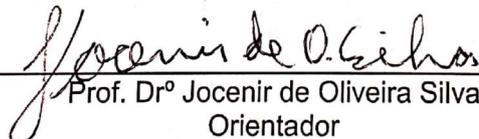
BEATRIZ DA ROSA OLIVEIRA

**O ADOECIMENTO MENTAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA:
ALGUNS PROCESSOS QUE INCIDEM E/OU AGRAVAM SEU ACOMETIMENTO**

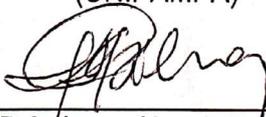
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 02/12/2019

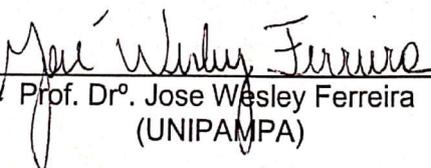
Banca examinadora:



Prof. Drº Jocenir de Oliveira Silva
Orientador
(UNIPAMPA)



Prof. Drº. Jorge Alexandre da Silva
(UNIPAMPA)



Prof. Drº. Jose Wesley Ferreira
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho à minha família que me fortaleceu, não me deixando esmorecer nos momentos de dificuldade, aos professores/as que instigaram minha busca pelo conhecimento, fomentando sempre a visão crítica da realidade. Enfim, a todos/as aqueles/as que de alguma forma fizeram-me evoluir gradativamente como acadêmica, mas antes de tudo como ser humano.

AGRADECIMENTO

Antes de tudo a Deus, fonte de luz nos momentos de aflição. Acredito que as coisas se encaminharam para este momento, pois após ter que abandonar por motivos de saúde a graduação de Enfermagem na Unissinos em 2011, ter estado alguns anos debilitada em casa e me mudar para São Borja para estar perto de minha mãe para ter seu auxílio tanto físico, quanto emocional. Em 2015 fui encaminhada pelo INSS para uma reabilitação profissional, ao qual optei pelo curso de Serviço Social, por ser o que melhor me identifiquei dentro do Campus São Borja, sendo este próximo a minha residência, vindo a facilitar minha locomoção. Já em 2016 ingressei tendo que assistir às aulas em uma cadeira especial, enfrentando dores que me fizeram repensar a vida diversas vezes, mas sempre na certeza que Deus guardou o melhor para mim e é assim que chego aqui hoje, com fé e gratidão.

Não menos importante, minha mãe, meu esposo e meu filho que sempre me apoiaram incondicionalmente, abrandando minhas angústias e aflições, agindo com compreensão pelas vezes em que precisei me dedicar a fundo as minhas tarefas acadêmicas, os deixando em segundo plano. As horas que me ausentei para assistir às aulas e fazer trabalhos deixando meu filho pequeno em casa, colocando meus interesses acima dos dele, contudo ele nunca deixou de me tratar com carinho em minha chegada. Assim como meu esposo que dedicou muitos momentos para cuidar da casa e de mim em minhas crises dolorosas após duras horas assistindo aulas. Minha mãe que me apoiou financeiramente quando o INSS cessou meu auxílio-doença, sem isto não conseguiria dar continuidade ao curso. A eles/a os meus mais sinceros agradecimentos, não teria chegado aqui sem vocês.

Ao meu orientador Prof. Drº Jocenir que me acompanhou durante os Estágios I e II, assim como na construção deste TCC, me esclarecendo dúvidas e instigando minha aprendizagem. Profissional exemplar, realizando seu trabalho sempre prestativo, ético e competente.

Aos professores da Unipampa que tive o prazer de conhecer e a honra de vivenciar com eles/as momentos que ficarão marcados para toda a vida, profissionais comprometidos com o processo educativo, dedicados à construção do conhecimento, sempre trabalhando balizados/as na ética. Em especial aos professores/as de Serviço Social que fomentam o comprometimento com a profissão e com os/as usuários/as, tal como para evoluirmos a seres capazes de ampliar

olhares em direção de uma visão crítica da sociedade em prol de melhores condições de vida para os/as desfavorecidos cultural, social e economicamente, nos aproximando assim de nos desenvolvermos enquanto seres humanos genéricos.

A todos/as os/as colegas de curso que de alguma maneira corroboraram para que minha passagem pela vivência acadêmica fosse a mais prazerosa possível, assim como compreenderam minhas limitações físicas. Logo, construíram comigo um amadurecimento intelectual maravilhoso, sem deixar de agradecer em especial àquela que levarei para toda a vida minha amiga Vanessa Vieira.

E como não poderia deixar de agradecer ao Prof. Drº Jorge Alexandre da Silva e ao Prof. Drº. Jose Wesley Ferreira, que receberam prontamente meu convite para a banca deste TCC. A escolha da banca foi devido à identificação dos citados professores com a temática, mas não só isto, também se deu pelo carinho e admiração que tenho por tais profissionais que me acompanharam desde os primórdios da graduação. Sendo assim, é com grande satisfação que ambos estão presentes neste momento extremamente importante de minha jornada, muito obrigada.

“Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo”.

Karl Marx

RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso versa em demonstrar a influência direta da sociedade capitalista contemporânea nos processos de adoecimento mental da classe trabalhadora. Onde será abordado como se estrutura desde seus primórdios esta sociedade, seus engendramentos e como ela opera no cotidiano da classe subalternizada. Outro fator relevante é o surgimento do Serviço Social dentro deste processo de fortalecimento do sistema econômico vigente, como manobra de controle da classe dominante aos seus dominados. Não sendo menos importante o processo histórico da Saúde Mental, visto que não se pode abordar sobre quaisquer acontecimentos sem examinar sua historicidade, em prol de ambicionar o desvendamento da realidade em sua totalidade, considerando que esta se apresenta em constante movimento. Não obstante, é crucial observar como estes três pontos se entrelaçam e influenciam-se diretamente, pois ao passo em que o Serviço Social evolui enquanto profissão passa a agir diretamente na busca de viabilizar direitos à classe pela qual se identifica, ou seja, a classe trabalhadora, ambicionando uma sociedade mais justa e igualitária que não condiz com a sociabilidade capitalista e sendo a Saúde Mental um direito, deve, pois, o Serviço Social primar por ela. No que tange a metodologia do trabalho, foi utilizado como método de análise, o método dialético crítico, sendo realizada uma pesquisa exploratória documental qualitativa, onde foram analisados os documentos referentes ao Estágio Supervisionado I e II em Serviço Social, aos quais fazem parte da grade curricular da Graduação de Bacharelado em Serviço Social, tais documentos apresentam-se como fonte de um processo amplo de produção de conhecimentos que corroboraram para a construção deste trabalho. Não menos importante é salientar que para tal construção foram realizados durante o projeto de intervenção, que se faz obrigatório no Estágio II, quatro encontros no CAPS I Drº Caio Escobar e quatro encontros na Escola Estadual Técnica Olavo Bilac. Isto contribuiu para a construção deste Relatório Teórico Prático.

Palavras-Chave: Sociedade Capitalista; Saúde Mental; Serviço Social.

ABSTRACT

The present Conclusion of Course work deals with demonstrating the direct influence of contemporary capitalist society in the processes of mental illness of the working class. Where will be approached how this society is structured since its beginnings, its engenderments and how it operates in the daily life of the subalternized class. Another relevant factor is the emergence of Social Work within this process of strengthening the current economic system, as a maneuver to control the ruling class to its dominated ones. The historical process of Mental Health is no less important, since it is not possible to approach any events without examining their historicity, in order to aim at unveiling reality in its entirety, considering that it is in constant motion. Nevertheless, it is crucial to observe how these three points intertwine and influence each other directly, since as Social Work evolves as a profession, it starts to act directly in the search to make rights possible to the class by which it identifies itself, that is, the class a worker, aiming for a more just and egalitarian society that does not match capitalist sociability and mental health being a right, Social Work must therefore excel for it. Regarding the work methodology, the critical dialectical method was used as the method of analysis, and a qualitative exploratory documentary research was carried out, where the documents referring to Supervised Internship I and II in Social Work were analyzed, which are part of the grid. curriculum of the Bachelor's Degree in Social Work, such documents are presented as a source of a broad process of knowledge production that corroborated for the construction of this work. No less important, it should be noted that for such construction, there were made during the intervention project, which is mandatory in Stage II, four meetings at CAPS I Drº Caio Escobar and four meetings at the State Technical School Olavo Bilac. This contributed to the construction of this Practical Theoretical Report.

Keywords: Capitalist Society; Mental health; Social Service.

LISTA DE ABREVIATURAS

n. – número

p. – página

f. – folha

cap. – capítulo

v. – volume

ed. - edição

orgs. – organizadores

RD – Redução de Danos

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Assuntos abordados e discutidos nos encontros.....	96
--	----

LISTA DE SIGLAS

Apud - citado por

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CAPs – Caixas de Aposentadorias e Pensões

CECOs – Centros de Convivência e Cultura

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

DF – Distrito Federal

DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis

Et al - e outros

EUA – Estados Unidos da América

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTSM – Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental

NAPS – Núcleo de Apoio Psicossocial

RTP – Relatório Teórico Prático

PNASH – Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares

PL – Projeto de Lei

PT – Partido dos Trabalhadores

PSF – Programa de Saúde da Família

RD - Redução de Danos

RAPS – Rede de Atenção Psicossocial

SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social

SUDS – Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

OMS – Organização Mundial de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Objeto.....	21
1.2 Justificativa.....	21
2 TRABALHO E ALIENAÇÃO.....	24
2.1 O processo de acumulação de riquezas e a degradação do/a trabalhador/a.....	26
3 A SOLIDIFICAÇÃO DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA.....	31
3.1 As múltiplas facetas do capitalismo.....	36
3.2 A inserção do capitalismo no contexto brasileiro.....	42
4 O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO.....	50
4.1 O Serviço Social no contexto brasileiro.....	52
5 O PROCESSO HISTÓRICO DA SAÚDE MENTAL.....	58
5.1 A saúde mental no Brasil.....	63
6 O PROCESSO DE ADOECIMENTO MENTAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA.....	69
6.1 A relação com o papel socialmente instituído à mulher.....	73
6.2 A relação com o papel socialmente instituído ao homem.....	77
6.3 A relação com a criança e o/a adolescente.....	80
7 CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL I DRº CAIO ESCOBAR.....	85
7.1 Serviço Social no CAPS I Drº Caio Escobar.....	87
7.2 As expressões da questão social no CAPS I Drº Caio Escobar.....	90
7.3 A intervenção no CAPS I e na Escola Técnica Olavo Bilac.....	92
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	117

1. INTRODUÇÃO

O trabalho expresso neste documento é a construção de um relato de experiência que busca elucidar como ocorrem alguns processos que incidem e/ou agravam o acometimento do adoecimento mental e a relação disto com a sociedade capitalista contemporânea. Sendo elaborado a partir dos documentos oriundos dos Estágios Supervisionados em Serviço Social I e II, tal qual a Análise Institucional, o Relatório Parcial e o Relatório Final, o Plano de Estágio, o Projeto de Intervenção e os Diários de Campo. Tais Estágios fazem parte da grade curricular do curso de Bacharelado em Serviço Social da Unipampa campus São Borja, para complementar o trabalho foram utilizados livros e artigos sobre a temática em questão.

O Estágio supracitado se deu na Instituição Centro de Atenção Psicossocial I Drº Caio Escobar, ao qual se estendeu através do Projeto de Intervenção vinculado a esta Instituição, para a Escola Estadual Técnica Olavo Bilac. Para tal construção do Projeto de Intervenção ao qual está relacionado com o tema do presente Trabalho de Conclusão, foram avaliadas demandas que emergiram no decorrer do Estágio I, as quais corroboraram para a percepção da necessidade de discussão deste tema. Sendo observada a sua relevância na contemporaneidade, onde os processos de adoecimento mental atingem uma grande parcela da população, partindo da perspectiva que alguns destes processos são oriundos das expressões da questão social, objeto de trabalho do/a assistente social. Por esta razão, será demonstrada neste trabalho, a importância da intervenção deste profissional neste âmbito de atuação.

As experiências vivenciadas no campo de estágio foram essenciais para dar suporte à construção deste Relatório Teórico Prático. Tal como foi possível afirmar através destas experiências, como a sociedade capitalista contemporânea influencia diretamente em pressões psicológicas que acometem o adoecimento mental. Isto se deu via relatos dos/as usuários/as, tal qual leituras que se fizeram necessárias para viabilizar os encontros do Projeto de Intervenção, resultando então na produção dos documentos base desta construção teórica.

Para elaboração do presente trabalho foi necessário observar o Regulamento Interno do Curso de Serviço Social para Trabalho Final de Graduação, que afirma:

O Trabalho Final de Graduação estrutura-se em um estudo no qual o acadêmico sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo originário de uma indagação teórica ou interventiva, preferencialmente gerada a partir da prática/vivência do estágio curricular no decorrer do curso. Este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. (UNIPAMPA, 2010, p. 4).

Logo, este trabalho vem na perspectiva de responder as exigências expostas no documento supracitado. Fraga (2010) traz que todo trabalho realizado em qualquer espaço ou âmbito de atuação do/a assistente social devem estar balizados em atitudes essencialmente investigativa e interventiva, partindo de situações concretas, que possuam utilidade social, com clareza do projeto ético-político, domínio teórico-metodológico e técnico-operativo, tendo por base conhecimentos, habilidades, atribuições, competências e compromisso necessários para com os processos de trabalho ao qual se insere. Devido a isto, pode-se dizer que o Projeto de Intervenção materializou esta perspectiva quando averiguou os processos sociais, econômicos e culturais da sociabilidade capitalista e do adoecimento mental, assim como intervindo na realidade dos/a usuários tanto do CAPS I e da Escola Técnica Olavo Bilac.

A atitude investigativa e crítica para construção de uma pesquisa viabilizam o conhecimento, isto deve estar circunscrito no espaço acadêmico, para que o profissional já esteja familiarizado/a com ela no momento de sua prática. Isto se dá pelo fato que no agir profissional algumas demandas exigirão ações rápidas, se este não estiver bem preparado desde o espaço acadêmico, agirá movido pelo praticismo, e isto deve ser repudiado. Seria, portanto a construção de um conhecimento crítico da estrutura social ao qual se insere, quanto de suas potencialidades e limitações enquanto trabalhador/a assalariado/a, que o/a assistente social estabelecerá sua base do agir enquanto profissional (SILVA, 2007). Para isto, o/a profissional deve também desvencilhar-se de suas origens conservadoras, acríicas e moralizadoras.

À vista disto, a vinculação teoria-prática não deve ser vista como um desafio para a ação profissional e sim como um veículo para concretizá-las e unificá-las, traduzir ambas, logo, prontamente vir a recusar o praticismo e materializar a *práxis*. A não produção de conhecimento ou a falta dele sobre o objeto de intervenção profissional do/a assistente social pode vir a produzir uma ineficiência e/ou baixa

qualidade dos serviços prestados (SILVA, 2007). Devido a isto ocorre a importância de não dicotomizar a teoria e a prática, em prol de um melhor atendimento das necessidades dos/as usuários/as. À vista disto, este pressuposto foi considerado também para a construção desta fundamentação teórica, ao passo que a intervenção realizada com os/as usuários/as precisou estar embasada segundo a dimensão teórico-metodológica do Serviço Social.

A intervenção com os/as usuários/as no campo de estágio proporcionou um amadurecimento acadêmico fabuloso, onde as vivências nesta fase da graduação se fizeram essenciais para a aproximação com a realidade prática conjuntural e estrutural. Tal como as formas de alienação, quanto a questão social se manifesta na vida destes usuários/as, sua construção histórica, social, econômica, política e cultural, enfim, a possibilidade de desconstrução de alguns paradoxos estabelecidos no percurso acadêmico.

Conquanto, ao intervir na realidade e aprofundar a pesquisa sobre a temática, foi possível entender que processos oriundos da construção sócio histórica dos sujeitos influenciam diretamente em sua integridade psíquica e definem os sujeitos enquanto membro de uma sociedade de classes excludente e opressora, pela qual perpassam diversos interesses. Os valores capitalistas centram-se na competição, individualismo, ganância e naturalização das desigualdades. Por conseguinte, ocorre uma diminuição dos investimentos do Estado nos direitos sociais e assim a Saúde Mental é drasticamente afetada, ofertando o mínimo para o trabalho e máximo para o capital. Por conseguinte, as políticas sociais e a formatação dos padrões de proteção social se desenvolveram como forma de enfrentamento e até mesmo de resposta, em grande maioria, fragmentadas e focalizadas ao que diz respeito às diversas expressões da questão social no sistema capitalista. Com um amplo investimento em privatizações e na era da globalização ocorre a desregulamentação do trabalho, expansão do mercado e retração dos investimentos em políticas públicas, conforme o que segue,

Se os problemas sociais podem ser desencadeadores de sofrimentos mentais, agora, na situação de monopolização da ordem econômica e de ajustamento das nações ao imperativo da globalização financeira, as circunstâncias apontam para o aumento dos padecimentos mentais por conta da alienação das relações sociais de trabalho e de vínculos afetivos [...] (BISNETO, 2011, p. 182).

Com isto, o relatório elaborado veio para tornar visível que o adoecimento mental passa a ser um dos fatores que se desencadeiam da exigência de produtividade e de extrair do/a trabalhador/a sua força vital em prol da obtenção da mais-valia. A falta de investimento do Estado em políticas públicas agrava as patologias psíquicas, pelo não acesso ao atendimento e a prestação de tratamentos precarizados. Neste ponto é que deve se inserir o/a assistente social, como um/a agente ativo/a na luta pela melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora e viabilização de direitos.

Todavia, tendo em vista que a definição de saúde perpassa o conceito da ausência de doença, sendo que o processo de adoecimento envolve fatores biológicos, sociais, ambientais, culturais, políticos e econômicos. A criação da Política Nacional de Promoção de Saúde, pelo Ministério da saúde em 2006, visa à promoção da qualidade de vida e redução da vulnerabilidade social e riscos à saúde. Logo, a concepção de saúde física e mental resulta do modo de vida cotidiana das pessoas, buscando o fortalecimento dos sujeitos, a produção da saúde e a defesa da vida (BREDOW; DRAVANZ, 2010).

Para elaboração desta construção teórica, foi indispensável realizar uma pesquisa sobre o tema em questão, tal qual na documentação de estágio, sendo imperioso considerar conforme Silva (2007) que a pesquisa não é apenas a criação de um conceito, ela fixa a busca pelo real, pelo concreto, abstraindo o imediato, o senso comum, não o eliminando, visto que não se parte de um “nada” para iniciar a análise do objeto. Para tanto, também se faz necessário uma análise do processo histórico ao qual este objeto de análise está inserido. Deste modo deve-se defini-lo, identificá-lo, estudá-lo e posteriormente conceituá-lo, quando o fizer a partir da teoria social crítica, vindo a considerar seu meio e apresentação na história, o que se traduz na busca pela totalidade. Tal busca, é sem dúvida o caminho que precisa percorrer o/a assistente social, em prol de desvendar a realidade quanto sua intervenção profissional, logo, a pesquisa seria então um aparato indispensável.

Tal pesquisa foi do tipo qualitativa, onde alguns pressupostos que fundamentam a metodologia desta pesquisa se dão em reconhecer a singularidade, a importância de se conhecer a experiência social do sujeito e conhecer seu modo de vida não separando o/a participante da sua estrutura global, como um sujeito coletivo. A pesquisa qualitativa dedica-se a analisar os significados que os

indivíduos dão às suas ações, em suas relações e como se constituem dentro das suas vivências (MARTINELLI, 1999).

Posto isto, a pesquisa qualitativa utilizada foi a exploratória, que segundo Gil (2007, p. 43) “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. A mesma apresenta uma maior rigidez no planejamento e proporciona uma visão geral acerca de um fato. Pode constituir uma primeira etapa de uma investigação mais ampla (GIL, 2007).

Também se fez necessário a utilização de uma metodologia, que segundo Deslandes *et al.* (1994, p. 16), “[...] metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade [...] ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”. Contém concepções teóricas de abordagem, um conjunto de técnicas que possibilita a construção da realidade. Dispõem de um instrumental claro, coerente e elaborado capaz de absorver os impasses teóricos para viabilização da prática (DESLANDES *et al.*, 1994).

Não obstante, a metodologia no processo investigativo se faz importante, pois fornece a elaboração das técnicas para a pesquisa. Devido ao fato dela estar intrinsecamente ligada à teoria, que por sua vez se materializa do conhecimento anterior advindo de um processo investigativo formulado por uma pergunta, um problema, uma dúvida. Assim sendo, a teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno através de um processo investigativo (DESLANDES *et al.*, 1994).

Do mesmo modo, foi utilizado um método que segundo Gil (2007, p. 26) “é o caminho para se chegar a um determinado fim, através de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos”. Optou-se então para a análise da realidade, em que o objeto de análise estava inserido, o Método Dialético Crítico que segundo Triviños (2007, p. 51) “é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, sociedade e do pensamento”. Baseia-se na visão dialética do mundo, tendo por base os princípios da matéria, da dialética e da prática social, mas também visa ser uma teoria para orientar a revolução do proletariado. Visa superar o materialismo pré-marxista, no que sugere o metafísico e o idealismo. Estuda as leis mais gerais no contexto global, como a realidade objetiva, se reflete na consciência.

O que leva ao estudo da teoria do conhecimento e elaboração da lógica (TRIVIÑOS, 2007).

O Método Dialético Crítico se apresenta com as categorias nucleares totalidade, historicidade, mediação, contradição. Tais categorias demonstram como este método realiza seu processo de análise da realidade, são categorias complexas que se articulam entre si visando o desvendamento do real através de sucessivas aproximações, para enfim aproximar-se da essência do mesmo. As categorias explicativas da realidade que emergiram através do estudo foram o Capitalismo, Serviço Social e a Saúde Mental.

Assim, tem-se que a totalidade concreta não se faz apenas com um todo constituído por partes, mas inclusa e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Cabe a análise dos complexos constitutivos de cada um para esclarecer as tendências que operam em tais totalidades (NETTO, 2009).

Segundo Netto (2009), quanto as contradições, sem elas as totalidades seriam inertes, mortas, ocorrendo uma transformação contínua. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites e soluções dependem da estrutura de cada totalidade e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las.

Para explicitar a categoria mediação tem-se como exemplo a sociedade burguesa que é uma totalidade inclusiva dentro da totalidade constitutiva tomada de diversidade. Tais relações nunca são diretas, mas mediadas em seus distintos níveis de complexidade, especialmente pela peculiaridade de cada totalidade. Sem os sistemas de mediações, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada, uma “unidade do diverso” (NETTO, 2009).

A historicidade se mostra como a essência a ser desvendada, sua ontologia, seu momento ao passo que se torna uma lógica causal. São as possibilidades genéricas de um determinado momento histórico que se particularizam, sem ser mesmo a própria história em si, mas uma categoria dela. Concretizando a efetivação de algumas potencialidades e conseqüentemente a negação de outras (LESSA, 1996).

Para a construção de um trabalho conciso e de qualidade, se faz necessário a utilização de técnicas que concretizarão o objetivo traçado, segundo Michel (2009, p.64) “técnicas são instrumentos utilizados para coletar dados e informações,

visando à análise e à explicação de aspectos teóricos estudados. São ferramentas essenciais para a fidelidade, qualidade e completude da pesquisa”. Deve seguir critérios técnicos rigorosos. Cada técnica tem uma finalidade, um público, cada um à sua maneira (MICHEL, 2009). Os instrumentos são os que materializarão a técnica, portanto são fundamentais para a mesma.

Logo, foi utilizada a técnica de análise documental, onde foram considerados os dados dos documentos através da análise de conteúdo, que deve partir de uma organização almejando um objetivo. Bardin (2010, p. 21), traz que a análise é definida como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

A análise dos dados se deu a partir dos documentos referentes ao Estágio Supervisionado I e II, bem como de leituras sobre as temáticas referentes ao sistema econômico capitalista, Serviço Social e Saúde Mental que são categorias empíricas emergentes durante a construção do trabalho. Esta análise de conteúdo também é definida conforme Berelson *apud* Gil (2007, p. 165) “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”.

O universo segundo Gil (2007, p. 99) “é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”. A amostra é para Gil (2007, p. 100) um “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”. Portanto o universo estudado foi o adoecimento mental na sociedade capitalista contemporânea e a amostra foram os documentos de Estágio I e II.

O tipo de amostragem foi a não probabilística, intencional que consiste em selecionar um subgrupo da população, com base nas informações disponíveis e passar a considerá-lo como representativo de toda a população. Tendo como vantagem os baixos custos. Onde deve haver um conhecimento acerca da população analisada, quando isto não é possível, torna-se necessária a formulação de hipóteses, compreendendo a representatividade da amostra (GIL, 2007).

O presente trabalho respeita os preceitos éticos, ao passo que se exime de plágios, colocando devidamente nas referências os nomes dos autores, e de suas respectivas obras, citados no decorrer do texto. Também observa o não uso de experiências com seres humanos, usando em seu referencial teórico obras aprovadas por comitês científicos. A socialização foi feita em uma banca devidamente habilitada, acatando as determinações regulamentares da Universidade Federal do Pampa e do Conselho Federal de Serviço Social, respeitando a fidedignidade do tema e se fazendo importante para trazer a temática em questão para o espaço acadêmico e além.

Está dividido em Introdução onde serão apresentados brevemente a temática e a metodologia; o objeto do trabalho; a justificativa da importância da pesquisa realizada; posteriormente os títulos com seus respectivos subtítulos divididos em trabalho e alienação, a solidificação da sociabilidade capitalista, o papel do Serviço Social no capitalismo, o processo histórico da Saúde Mental, o processo de adoecimento mental na sociedade capitalista contemporânea e o CAPS I Drº Caio Escobar. Também constam as considerações finais e as referências.

1.1 Objeto

A relação entre o adoecimento mental e a sociedade capitalista contemporânea

1.2 Justificativa

A elaboração do presente trabalho foi motivada pela inserção no campo de estágio, onde houve a aproximação com o campo da Saúde Mental e suas mazelas. Sendo então constatada a necessidade de discussão desta temática, tão presente na sociedade atual. A relevância do tema proposto se dá na possibilidade de demonstrar os agravamentos do adoecimento mental frente as relações ocorridas na sociedade capitalista contemporânea. Nesta sociabilidade prevalecem valores como o individualismo e a competitividade que estimulam o isolamento dos sujeitos e suas mazelas, propiciando e/ou agravando problemas psíquicos. Atualmente ocorre o desmantelamento das políticas públicas, frente as investidas das políticas neoliberais, que atacam os princípios da Reforma Psiquiátrica, dificultando o

tratamento e acompanhamento aos usuários acometidos por transtornos mentais, o que pode estabelecer um incessante crescimento de doenças psíquicas.

Para agregar novos conhecimentos o/a profissional deve ter uma atitude investigativa e propositiva, no sentido de dispor de um aparato teórico-metodológico capaz de comportar ações para desenvolver seus objetivos no objeto estudado. Logo, desenvolver trabalhos acadêmicos que viabilizem a construção de novos conhecimentos, propiciam o desenvolvimento intelectual do/a acadêmico/a e sua evolução enquanto um/a futuro/a profissional. Sendo que a investigação se apresenta como,

[...] um estudo sistemático em busca de conhecimentos e respostas em relação a determinado objeto com o fim de incorporá-lo, de maneira comunicável e comprovável, a um corpo de conhecimentos de que dispõe em dada área de reflexão, esse estudo sistemático expressa uma concepção determinada do que seja esta área, do sentido e do lugar que ela ocupa no amplo contexto dos conhecimentos (BAPTISTA, 2006, p. 15).

Por conseguinte, na predominância dos valores deste ideário, ocorre a desmotivação da classe trabalhadora para as lutas coletivas, com isto desestruturam-se os direitos historicamente conquistados. Assim os problemas sociais e coletivos, como o que se materializa através do adoecimento mental, agravam-se consideravelmente, especialmente dentre a classe trabalhadora, principal usuária das políticas públicas precarizadas pelas investidas da classe dominante. O/a assistente social deve, pois, se inserir nesta conjuntura frente as expressões da questão social como um agente ativo na luta pelos direitos da classe trabalhadora, expondo as mazelas que a afligem, onde a produção de conhecimentos pode agregar neste movimento, vindo por facilitar o desvendamento da realidade do objeto de intervenção, facilitando o trabalho profissional, sendo que,

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados neste terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2012, p. 28).

Os estudos realizados neste campo podem proporcionar a visibilidade do adoecimento mental propiciado pelas investidas do capital, que ambicionando a busca incessante da obtenção da mais-valia, oprime a vida humana em todos os

aspectos da vida social, econômica, cultural e política. A classe trabalhadora torna-se então escrava da rotina desgastante e frenética do cotidiano, sendo culpabilizada e culpabilizando-se quando não responde às exigências do sistema. O estudo deste tema, também vem no sentido de proporcionar respostas aos problemas postos ou ampliar as formulações teóricas a esse respeito.

Por ventura, observa-se que há produções teóricas sobre o tema, voltadas também no adoecimento mental da classe trabalhadora frente o desgaste ocasionado pela sociedade capitalista, contudo toda construção de conhecimentos se faz relevante e agrega novas formas de visualizar a realidade dos fatos, modificando, pois, a totalidade que está em constante movimento. O estudo realizado deve, portanto, trazer uma nova realidade, uma nova proposição, uma nova construção do conhecimento.

2. TRABALHO E ALIENAÇÃO

Toda mercadoria tem para alguém uma utilidade, que para ser fabricada utiliza o emprego de uma determinada quantidade de força de trabalho, e como afirma Marx (2013, p. 172) “[...] todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso”. Este trabalho concreto é a essência humana, sua subjetividade, o que realmente lhe pertence. Contudo, as mercadorias somente são vendáveis conforme sua utilidade, sendo que o valor destas mercadorias a serem vendidas é mensurado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua reprodução, assim, toda mercadoria acaba em si adquirindo um determinado valor, que será efetivamente trocado por outro, adquirirá um valor de troca. Este trabalho que será prendido na fabricação de tais produtos vendáveis, que por sua vez gerarão lucro ao capitalista, a mais-valia, será o trabalho abstraído do trabalhador, o trabalho abstrato, sem quaisquer particularidades ou especificidades, simplesmente mercadoria (MARX, 2013).

O trabalho é extraído do sujeito, assim como lhe é extraída a sua própria existência, tudo passa a ser mercadoria, devendo estas ser produzidas pelo menor custo possível, independente de que maneira sejam extraídas, objetivando a produção de mais valia, sendo esta, o foco central no processo de acumulação de capital, como traz lamamoto (2010, p. 58),

A mais-valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção. O capital produz essencialmente capital e só o faz na medida em que produz mais-valia. A tendência a reduzir ao mínimo o preço de custo converte-se na *alavanca* mais poderosa para a intensificação da força produtiva do trabalho social, que aparece mistificada como força produtiva do capital.

Referente à relação entre capitalista, mais-valia e o/a trabalhador/a em sua finalidade no sistema econômico Marx (2013, p. 706) refere que “só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital”. Afirmativa que indaga o caráter substituível que possui o/a trabalhador/a, o seu valor quando não mais servir aos propósitos do sistema, ou seja, nenhum. Ele/a tem para o burguês, um valor menor que seu maquinário, visto que o/a trabalhador/a é facilmente substituível sem custos adicionais (MARX, 2013).

O/a trabalhador sai do processo de produção meramente com sua força de trabalho, tendo assim que a reproduzir novamente para sua subsistência, contudo o capitalista transformou seu capital em capital real, sendo este, sua propriedade. Esta incessante produção de capital exige a incorporação de novos assalariados, assim este capital também produz mais força de trabalho. Logo o/a trabalhador produz as condições de trabalho na forma de capital, assim como o trabalho assalariado é a realização do capital. As contradições expostas pelo processo onde a força de trabalho produz riqueza, enquanto proporcionalmente a isto gera pobreza ao trabalhador/a, traz intrinsecamente como resultado conforme Iamamoto (2010, p. 67) “[...] a reprodução das contradições de classe e da consciência alienada que permite essa mesma reprodução em níveis crescentes”.

A questão a ser levantada, não necessariamente são os valores adquiridos pelas mercadorias, mas a transformação da própria força de trabalho em mercadoria, abstraindo tudo o que de concreto há no trabalho, sua própria razão de ser, sua humanidade. O/a trabalhador/a é desapropriado da grandeza de sua produção, sendo que a riqueza produzida por ele, não lhe é destinada, mas acumulada nas mãos do burguês dono dos meios de produção, logo o trabalho passa a produzir a si e ao trabalhador/a como mercadoria (MARX, 2008). Há nesta relação o que Marx (2013, p. 207) descreve como “fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias” surgindo “[...] do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias”, onde os sujeitos são coisificados, reificados e onde homens/mulheres passam a não exercitar no cotidiano a sua subjetividade, sua essência humana, seu dever ser, sua liberdade, sendo assim,

[...] o objeto (Genstand) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser *estranho*, como um poder *independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*) (MARX, 2008, p. 80).

Esta alienação do/a trabalhador/a em relação ao produto do seu trabalho e a sua produção, também o aliena da consciência de classe, devido ao fato de que

estando ele “estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana” (MARX, 2008, p. 86). Razão de ser esta pela qual homens/mulheres não vivam na aquiescência da coletividade, motivando-se apenas pelo individualismo, não reconhecendo o outro como seu semelhante, o que resulta no prevalecimento da competitividade que só faz alimentar a hegemonia burguesa e a própria destruição da dignidade pessoal do/a trabalhador/a.

Sendo o/a trabalhador/a, exposto aos valores burgueses que prezam pelo consumismo, individualidade e competitividade, seria improvável dizer que este/a trabalhador/a não seja subsumido pela alienação imposta. Todavia ao centrar-se nestes valores, fica o/a trabalhador/a abstraído/a do real sentido de praticar a ética própria da essência humana, sendo que,

A ética é definida como uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; capacidade de agir conscientemente com bases em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre (BARROCO, 2006, p. 19).

Ao passo que o/a trabalhador/a tornasse escravo do objeto, “[...] só se sente como ser livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar” (MARX, 2008, p. 83). O trabalho que deveria ser fonte de satisfação torna-se apenas fonte de renda, tão miserável quanto à própria existência do/a trabalhador/a, existência esta, que por sua vez faz-se extremamente necessária a reprodução do capital, o que se apresenta como mais uma contradição, dentre as tantas deste sistema econômico, o/a trabalhador/a produtor/a de toda riqueza acaba por viver no centro de toda miséria (MARX, 2008). Sendo assim, a acumulação de riquezas em mão burguesas, significa necessariamente a degradação do/a trabalhador/a.

2.1 O processo de acumulação de riquezas e a degradação do/a trabalhador/a

Para que ocorra o processo de acumulação, a mais-valia deve ser investida em novos produtos, pois necessita estar em movimento constante para assim gerar novos lucros, sendo o trabalho não pago pelo/a capitalista, a principal fonte de mais-valia essencialmente necessária à acumulação, como afirma Marx (2013, p. 841) “a produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de

produção”. A concentração se dá quando um capitalista individual, maior ou menor, movimenta seu capital em um determinado ramo de negócios, com a utilização de um capital social, resultado da força de trabalho de mais de uma fonte de negócio que “[...] se consoma no crescimento de muitos capitais individuais” (MARX, 2013, p. 850), este processo de acumulação pode resultar na proliferação de novos ou antigos capitalistas individuais, gerando também novos processos de concorrência (MARX, 2013).

O processo de centralização acontece quando capitais menores são abstraídos por capitais maiores, pelo próprio fator da concorrência, ou qualquer outro que venha a desestabilização dos capitalistas menores. Na tentativa de reestruturação os capitalistas menores são forçados a retirada de empréstimos devido à exigência contínua de inovação e/ou de expandir os negócios. O maior beneficiário deste provimento de empréstimos é um monopólio central de onde se origina o capital que veio a ser emprestado que “[...] logo se converte numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais”. Tanto o processo de concentração, quanto de centralização formam um aparato de mecanismos voltados à acumulação de riquezas que fortalecem o sistema econômico capitalista e o institui socialmente, conseqüentemente o transformando em um gigantesco sistema de poder tanto aos dominantes quanto aos dominados/as, envolvendo-os em suas amarras, uns pelo favorecimento e outros pela alienação (MARX, 2013, p. 852).

Assim como dentre os/as capitalistas, para alimentação do sistema econômico, há de haver também a concorrência entre os/as trabalhadores/as, pois assim o preço da força de trabalho pode ser mais facilmente barganhado. Até mesmo a tentativa de valorização da força de trabalho através da qualificação profissional, é posta aos trabalhadores/as como uma causa geradora de competitividade e adoecimento devido à grande exigência de esforço físico e mental, contudo ainda isto só favorecerá ao capitalista, visto que restarão mais escolhas para optar pela mão de obra mais qualificada e pelo menor preço. Também para desvalorização daquela profissão que está bem vista no período, há um grande investimento do capital para sua reprodução, demonstrando a necessidade de manter a concorrência devido ao aumento de profissionais disponíveis (MARX, 2013).

O crescimento da população trabalhadora mantém o processo de crescimento do capital, tanto no que diz respeito ao trabalho em si, quanto na manutenção do exército de reserva, os/as trabalhadores/as informais, denominados improdutivos, pois este sistema não possibilita a inclusão de toda a massa trabalhadora, que é estimulada a reproduzir-se devido às oscilações do seu processo de desenvolvimento, que hora apresenta-se favorável, hora não, absorvendo ou descartando o/a trabalhador/a de acordo com suas necessidades, o que acarreta um fluxo cruel e excludente entre trabalhadores formais e informais, como demonstra Marx.

O sobretrabalho da população ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo em tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital (MARX, 2013, p. 854).

O “setor informal” no instante que se faz delegado às políticas assistenciais, ao invés de inclui-lo/a no mercado de trabalho, o/a exclui do processo de reprodução do capital, pois ele passa a não criar a riqueza, tão pouco participa das relações sociais para se reproduzirem material e espiritualmente. Isto incide na criação de uma “Economia Popular”, que se difere da capitalista, sendo recomendada por instituições financeiras internacionais, restringindo a classe trabalhadora as atividades de baixo custo apenas para sua sobrevivência, tendo uma funcionalidade para o capital (TAVARES, 2004).

Apesar deste setor se realizar sozinho/a, ou com a família, ou ainda com outros/as trabalhadores/as, que pode fazer deste/a trabalhador/a um/a empregador/a, donos/as dos meios de produção e conhecedor/a de uma atividade, não o faz meios capital, tão pouco um sujeito capitalista, o faz apenas um “pequeno patrão”, sendo o “setor informal” constituído por,

[...] um conjunto de indivíduos ou pequenas empresas que se dedicam a atividades não regulamentadas, de fácil acesso e baixo nível de capitalização, tecnologia e produtividade, oferecendo precárias condições de estabilidade, ocupação e renda aos seus trabalhadores” (CARVALHO, 1986, p. 6 *apud* Tavares, 2004, p. 32).

Logo, para reprodução da mais valia, a força de trabalho, necessita se submeter às leis do mercado, sujeitando-se à oferta e à procura, que por vezes

rejeita e outras reivindica, como qualquer mercadoria (TAVARES, 2004). Observa-se este processo, quando o/a empregador/a necessita aumentar o capital e/ou diminuir os custos, ele/a sempre penalizará o/a trabalhador/a, pois imediatamente a mão-de-obra, o exército ativo, será diminuída através de demissões, no entanto a quantidade de trabalho que permaneceu a mesma, redistribuir-se-á aos trabalhadores/as que permaneceram, aumentando assim a quantidade de trabalho. A justificativa causal deste fato, possivelmente seria a manutenção dos negócios, o que provavelmente seria aceito pelos/as demais trabalhadores/as. Todavia o crescimento do capitalista, ao contrário do que se induz a pensar, nunca será proporcional ao crescimento do trabalhador, visto que é justamente o decréscimo da qualidade de vida deste último que o faz depender cada vez mais do primeiro (MARX, 2013).

O que o torna gradativamente passível à escravização conforme afirma Marx (2013, p. 844) “assim como na religião o homem é dominado pelo produto da sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos”. Isto se dá pelo fato de que o salário pago ao trabalhador/a advém do excedente produzido pelo trabalho do/a próprio/a trabalhador/a, o/a criador/a tornasse vítima do objeto criado, sendo assim têm-se o próprio capitalista também como uma criação do trabalhador (MARX, 2013).

Ao aumentar seu capital o/a capitalista investe em maquinário para obter mais lucros, e assim diminui a contratação de trabalhadores/as, inflando o exército de reserva, também ao passo de contratar mais trabalhadores/as, diminuirá o dinheiro disponível e conseqüentemente incidirá na diminuição do salário. Marx (2013, p. 874) trouxe em sua obra que “o sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito [...]” também uma população que abrange os órfãos, aleijados, doentes, viúvas, etc. (MARX, 2013). Classificação que ainda se faz presente nos dias de hoje, visto que o sistema econômico se modernizou, porém, os níveis de má distribuição de renda permanecem iguais, podendo-se incluir nesta população em nossos dias, moradores das periferias, favelados, expostos ao tráfico, enfim uma infinidade de mazelas da questão social.

Estas e demais razões demonstram a impossibilidade e inexistência de igualdade neste sistema econômico, devido à condição de que para haver a riqueza

de um, terá que haver necessariamente a pobreza do outro, como sinaliza Marx ao detalhar o seguinte:

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (MARX, 2013, p. 875).

Ao aceitar passivamente e/ou inconscientemente esta lei, o/a trabalhador/a não somente contribui como também incentiva a solidificação da mesma, ao contrário, buscar por seus direitos não somente é um processo de resistência como também a conquista gradual da emancipação política. Ações políticas devem ser fomentadas cotidianamente pelos sujeitos, para que através de processos de micro revoluções se busque a totalidade, a desalienação, quanto mais segmentados e fragmentados forem os movimentos sociais, menos forças terão contra as investidas do capital (NAVES, 2014).

Por conseguinte, a informação, o conhecimento, a educação são veículos para a libertação dos sujeitos, ao Serviço Social cabe proporcionar este veículo, assim como não o perder de vista para si mesmo, inserindo-se ativamente no conflito entre capital e trabalho, objeto de sua intervenção, em prol da diminuição quiçá extinção das desigualdades sociais que assolam a classe trabalhadora. O Estado por sua vez, se faz um campo de disputa entre a classe trabalhadora e a burguesa, desde os primórdios do sistema econômico capitalista, contudo prevalecendo os interesses burgueses, como será abordado no item subsequente.

3. A SOLIDIFICAÇÃO DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

O modo de produção capitalista tem em sua essência a ascensão da classe burguesa, que emerge com características revolucionárias e anseios de expansão. Para isto avança contra o reinado do feudalismo, que neste momento encontra-se em fase de extinção. A Revolução Francesa marca o caráter revolucionário da classe burguesa e sua ascensão, não deixando de lado também a Revolução Inglesa que cria condições indispensáveis para a Revolução Industrial, contudo é a primeira que produz um verdadeiro impacto para a instauração do projeto burguês. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, instituída em Paris na Assembleia Nacional de 1789, traz como deveriam instituir-se os pilares desta nova sociedade, contudo os/as trabalhadores/as durante o século XVIII, ainda se encontravam destituídos da consciência de classe, movidos pelo individualismo, o que marcava a sua existência (MARTINELLI, 2010).

Em torno de 1776 a 1830, vem por ocorrer a Revolução Industrial, onde o capitalismo toma força em todos os processos da vida humana. Neste período de grandes transformações, criou-se o mercado mundial e de negociação da força de trabalho, a divisão social do trabalho intensificou-se, tudo é negociável, tudo passa ser mercadoria. Sociedades que não se adaptavam passavam a serem destruídas pelo capital. Logo, conseqüentemente a todos estes processos, ocorreu a busca incessante e incontrolável pela mais-valia em um constante processo de acumulação de capital, sendo a vida social, econômica e política subsumidas por esta nova construção da humanidade (LESSA; TONET, 2011).

Com o surgimento da classe burguesa, surge em um polo oposto a classe proletária, esta, por sua vez, desprovida de estabelecer condições de manutenção de sua qualidade de vida. Tendo o proletariado apenas sua força de trabalho como objeto de barganha para com o burguês, estabelece aí conforme Lessa; Tonet (2011, p.63, grifo nosso) “[...] uma **nova forma** de exploração do homem sobre o homem [...]”. As relações passam agora a reduzir-se apenas as trocas de mercadorias, materializando a força de trabalho como a principal delas, para isto era necessário que o trabalhador/a fosse separado dos meios de produção. Este movimento teve sua construção inicial mesmo antes do modo de produção capitalista, contudo foi na Revolução Industrial que o/a trabalhador finalmente foi

transformado/a em operário/a, o que Marx e Engels chamaram “período de acumulação primitiva do capital” (LESSA; TONET, 2011).

Foi nesta denominada acumulação primitiva ou originária, ocorrida nos primórdios do sistema capitalista, que o/a trabalhador/a é separado/a dos meios de produção, tornando-se apenas um apêndice da máquina. O/a camponês/a feudal é trazido/a para os grandes centros industriais, causando um grande aumento da pobreza e degradação, devido ao crescimento populacional desordenado, um processo penoso, pois acostumado com a liberdade, agora deveria torna-se escravo do sistema produtivo. Para reger o novo proletariado que não se integrasse, foram criadas leis disciplinares dentre elas, a que tornava o sujeito escravo daquele que denunciasse sua suposta situação de ócio, pode-se avaliar tão quão interessante seria aos proprietários das indústrias, prestarem este valoroso serviço ao rei, fazendo-se então cumprir a lei e manter a ordem social (NAVES, 2014).

Ao passo que se instituiu que o sistema econômico capitalista na sociedade, o/a trabalhador/a passa a ser visto tão somente pelo fator quantitativo, no que diz respeito ao quanto o/a trabalhador/a é capaz de produzir, o fator qualitativo da essência humana não mais é observado, exceto se isto atribuir valor à sua mão-de-obra. Surge então o Direito que acaba por exercer uma função em meio a este movimento, favorecendo a ideologia burguesa como afirma Naves (2014, p. 9) “[...] a ideologia burguesa se movimenta inteiramente dentro do espaço jurídico, a partir de suas categorias fundamentais de ‘sujeito de direito’, ‘propriedade’, ‘liberdade’ e ‘igualdade’”. Todas estas categorias estão devidamente articuladas para manter a ideologia burguesa dominante, favorecida pela “submissão voluntária”¹ dos dominados, legitimadas pelo Estado através do Direito (NAVES, 2014).

Para tanto o Direito somente se materializou de fato no capitalismo, em meio ao processo de acumulação, devido o momento em que os sujeitos se tornaram livres e dotados de igualdade jurídica uns perante aos outros/a, antes as relações eram mediadas pela religião e pela moral, nem mesmo homens/mulheres livres sobrepunham-se a isto. Contudo ser livre no capitalismo se traduzia, e se traduz na liberdade de realização de acordos e trocas, materializados através de contratos. Tudo agora pode ser legalmente trocado, negociado entre homens/mulheres iguais e

¹ Ao estabelecer uma relação de igualdade entre sujeitos livres, ao tempo de todos reconhecerem esta relação, não se faz necessárias imposições coercitivas, há de fato uma “subordinação voluntária” (NAVES, 2014).

livres, inclusive o único bem do/a trabalhador/a, sua força de trabalho, e o capitalista detentor dos meios de produção, ao comprar o produto a ser vendido, detém o direito de usufruí-lo como bem lhe for conveniente, basta apenas respeitar os valores de troca, a satisfação para com o trabalho, o desejo de produzir algo, não mais são relevantes, somente é relevante a criação de valor (NAVES, 2014).

Assim, não se observa mais as particularidades, as qualidades, a própria subjetividade humana a qual possibilita os seres humanos a realizarem as verdadeiras escolhas, tudo lhe é abstraído, passando a serem geridos pelo capital, tornando-se meros trocadores de mercadorias. Por conseguinte, homens/mulheres passam a não serem mais proprietários/as de sua liberdade, tornam-se escravos/as das amarras do sistema, pois como pode haver liberdade, sendo ela incompatível com a dominação.

Ocorre, pois, uma subalternação interiorizada na vida dos sujeitos, tal subordinação que ocorre nas relações econômicas e sociais de dominação/opressão são regidas por regras e valores morais próprios, ancorados pela ideologia capitalista que faz transparecer como algo natural. Para tanto, é neste processo que o/a homem/mulher se transforma em “sujeito de direito”, onde, como afirma Naves (2014, p. 50) “[...] o homem - qualquer homem – passa a ser dotado de uma mesma capacidade que o direito lhe confere, podendo realizar atos jurídicos e celebrar contratos”. As relações entre as classes antagônicas, o possuidor/a da força de trabalho e o possuidor/a dos meios de produção, passam a ser devidamente registradas via contrato, todo sujeito agora passa a ser registrado/a como mercadoria apta a transformar-se em força de trabalho, relações estas mediadas pelo Direito, como o nascimento, casamento, trabalho, etc. (NAVES, 2014).

O capitalismo passa a ser considerado um processo histórico, em um determinado período da vida humana, marcado pela característica básica da apropriação dos meios de produção por uma determinada classe em detrimento de outra. E não somente isto, como afirma Martinelli (2010, p. 29) “é preciso considerá-lo em sua condição de categoria histórica, social e econômica, como um modo de produção associado a um sistema de ideias e uma fase histórica”. Logo, o capitalismo materializa-se como uma marcha histórica da humanidade, marcada por conflitos, antagonismo e lutas, dentro de um sistema de polarização de classes sociais (MARTINELLI, 2010).

A criação da máquina a vapor e o tear mecânico tiveram uma imensa importância no processo revolucionário da classe burguesa, seguidos pelo surgimento das máquinas automáticas e das grandes fábricas, onde tais relações de produção extrapolavam o chão das fábricas, e espalhavam-se por toda a sociedade, mudando a face das relações sociais do século XIX. A vida humana passa a reduzir-se ao ambiente fabril, sendo desapropriada de sua força vital, assim como de sua força de trabalho em busca da produção de mais-valia. Há com isto a intensa e crescente necessidade de mão-de-obra, para acompanhar o aumento de instalação das máquinas e substituição dos/as trabalhadores/as que não acompanhavam o intenso ritmo de exploração, aumentando as precarizadas vilas operárias e modificando as estruturas das cidades (MARTINELLI, 2010).

Com a solidificação do capitalismo industrial, superando o inicialmente capitalismo mercantil, ocorre a implementação das ferrovias e a mercantilização das mercadorias ultrapassa as barreiras geográficas mundiais, ocorriam altos investimentos de capital e empréstimos, em especial a governos. Ocorre, neste período, um acirramento das lutas entre as classes antagônicas, a burguesia e o proletariado, onde neste momento a classe proletária toma um certo rumo revolucionário que primeiramente direcionou-se contra as máquinas, associando a elas a causa do seu pesar, traduzidas por longas e penosas jornadas de trabalho. Após a instituição de pesadas penas aos que viessem a destruir as máquinas, os/as trabalhadores/as passaram a tomar consciência que seus verdadeiros algozes seriam os donos dos meios de produção. Com isto os/as trabalhadores passaram a instituir movimentos mais organizados de luta (MARTINELLI, 2010).

A Revolução Francesa impeliu aos trabalhadores/as ideais de liberdade, onde nas primeiras décadas do século XIX, já se observava certa identidade de classe, assim como, o almejo à liberdade de associação. Havia duas fortes tendências em sua organização, a cooperativista e a sindical. Com a reconquista do direito político a livre associação, paralizações e greves tornaram-se frequentes, em prol de melhores salários e diminuição da jornada de trabalho (MARTINELLI, 2010).

Em 1842 a greve geral fez com que o Parlamento, adotasse nos cinco anos subsequentes, uma política mais branda, fazendo grandes concessões, conforme Martinelli (2010, p. 48) “[...] a lei de mineração, a abolição dos impostos de importação do trigo e, finalmente, em 1847, a tão almejada lei que fixava a jornada de trabalho em dez horas”. Contudo, o sindicalismo espontâneo e impulsivo do

movimento operário, dificultava a obtenção dos fins que nem sempre eram claros. O refluxo ocorrido neste movimento no fim da primeira metade do século XIX, não podia ser interpretado como seu fim, mas sim, como um momento de sua trajetória (MARTINELLI, 2010). A revolta dos/as operários/as em prol da melhoria dos salários, pois este não cobria sequer as necessidades básicas, foi regulada pelo Estado via legislações fabris expressas por duras repressões (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

A revolução de 24 de fevereiro de 1848 que ocasionou a queda de Louis Philipe e a proclamação da República teve a luta lado a lado da burguesia republicana e do proletariado, onde este por sua vez ambicionava depor o reinado burguês. Contudo, segundo Martinelli (2010, p. 50) “a Assembleia Nacional reunida em Paris, em 4 de maio de 1848, praticamente esvaziara o conteúdo da Revolução, transformando a República na expressão de objetivos e interesses burgueses e mantendo os antigos privilégios de aristocracia financeira”. Em 15 de maio de 1848, os/as trabalhadores/as revoltados invadiram o lugar onde ocorria a Assembleia Constituintes anunciando o Governo Revolucionário, sendo fortemente reprimidos pela Guarda Nacional, além disto, houve a prisão de vários líderes operários, o que não os impediu de redobrar suas forças e em 23 de junho de 1848 sair às ruas em um movimento jamais visto antes. Contudo em 26 de junho de 1848 os/as trabalhadores/as foram massacrados/as, muitos deportados pelas autoridades, retraindo temporariamente as lutas, mantendo-os/as na clandestinidade (MARTINELLI, 2010).

No entanto, anteriormente, em meados de 1847 os/as trabalhadores/as fundaram a associação operária Liga dos Comunistas, onde Marx e Engels redigiram um programa, denominado Manifesto do Partido Comunista, publicado em fevereiro de 1848, que insuflaram o movimento operário na busca de novas estratégias. Contudo, neste momento o capitalismo se firmava e expandia-se, freando os movimentos operários, instalando uma nova ordem social e econômica, que era julgado pelos capitalistas como irreversível, sempre no anseio de afastar seus medos da ameaça comunista. Em 18 de março de 1871 o retorno ao palco de lutas pelos/as proletários ocorre pela Comuna de Paris, onde fecha o ciclo do movimento trabalhista europeu, contando com a liderança e apoio da Guarda Nacional toma o poder por dois meses, tornando-se o primeiro governo proletário da história e tomando seu lugar nela (MARTINELLI, 2010).

A ascensão do Estado Liberal burguês, que conforme Simões (2013, p. 281) foi “fundada no pacto social, do qual se erigiu a teoria clássica da igualdade, da liberdade e da fraternidade, em que a cidadania se constituiu, entre outros direitos, pelo livre acesso de todos aos bens sociais”. Sendo esta liberdade e igualdade restrita à compra e venda de mercadorias, excluindo grande parcela do povo dos bens sociais, parcela esta, representada pela classe trabalhadora. O Estado torna-se um grande protetor da propriedade privada burguesa, inclusive fazendo uso da força se julgar necessária (SIMÕES, 2013). Institui-se então um Estado de Direito que

[...] assegura direitos fundamentais civis e políticos e determina a separação dos poderes, sob o primado absoluto da lei como expressão da vontade geral e da soberania nacional, emanado por ato de uma assembleia constituinte, composta por representantes eleitos pelo povo (SIMÕES, 2013, p. 282).

Contudo com as características de um Estado liberal desapropria a classe trabalhadora de sua liberdade, que ao contrário do que fora proposto, foi restringida e seus direitos civis e políticos foram drasticamente reduzidos.

Para sua manutenção, o sistema capitalista apresenta uma maleabilidade em sua adaptação diante de momentos de crise, inclusive no que diz respeito ao amortecimento das reivindicações da classe trabalhadora, quando estas colocam em xeque sua existência. Por conseguinte, a burguesia soube, durante todo este movimento histórico, engendrar ações para neutralizar a luta da classe trabalhadora e solidificar o sistema econômico que lhe é favorável. A classe subalterna por sua vez, perpetra duros esforços frente a opressão imposta em seu cotidiano, em prol de obter o máximo de dignidade que lhe é permitido. Logo, este sistema extremamente engendrado, perpetua sua existência apresentando articuladas facetas conforme as exigências de diferentes momentos históricos, conforme será apresentado na sequência.

3.1 As múltiplas facetas do capitalismo

Com o abandono da sociedade agrária na segunda metade do século XVIII, ascende o capitalismo mercantil a partir da divisão social do trabalho. Posteriormente desenvolve-se o capitalismo industrial, ascende então o crescimento

do processo de industrialização e a total dominação do trabalho pelo capital. Logo, identifica-se a forma industrial como hegemônica nas dimensões cultural, econômica, política, geográfica, pública e privada. Todavia tais forças produtivas não ocorreram de forma homogênea no tempo e espaço, como afirma Pochmann (2016, p. 23) “em cada nação, a fase do desenvolvimento industrial responde à estrutura econômica e social antecedente, bem como ao contexto mais geral do capitalismo no plano global”. Com isto, deu-se o fato do desenvolvimento da industrialização originária no século XVIII, sucessivamente a industrialização retardatária no século XIX, onde predominou o passado feudal, salvo a experiência dos Estados Unidos, por fim, a industrialização tardia no século XX, onde vigorou predominantemente a fase monopolista do capitalismo internacional, tendo em seu passado a condição colonial de economias exportadoras de produtos primários (POCHMANN, 2016).

Em meados do século XIX até a terceira década do século XX, o liberalismo traz em sua essência a total ausência da intervenção do Estado nas relações econômicas, garantindo o livre mercado, conforme Behring; Boschetti (2009, p. 56) “o predomínio do mercado como supremo regulador das relações sociais, contudo, só pode se realizar na condição de uma suposta ausência de intervenção estatal”. Neste ideário como valores universais se dá o individualismo; o bem individual acima do coletivo; liberdade e competitividade; naturalização da miséria; predomínio da lei da necessidade²; manutenção de um Estado mínimo; o princípio de que as políticas sociais estimulam o ócio e devem ser paliativas (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

A fase madura do capitalismo compreendida no período pós crise de 1929-1932, em especial no pós-Guerra é marcada por forte expansão, altas taxas de lucro e ganhos de produtividade para as empresas, assim quão políticas sociais para os/as trabalhadores/as. Esta fase conforme Behring; Boschetti (2009, p. 82) “[...] caracteriza-se por um intenso processo de monopolização do capital, pela intervenção do Estado na economia e no livre movimento do mercado, constituindo-se oligopólios privados (empresas) e estatais (empresas e fundações públicas) [...]”. A grande depressão significava o desemprego, crise geral da superprodução, onde operava a “mão invisível do mercado”, que não produziria necessariamente a harmonia dos agentes econômicos e o bem-estar global. Para superação da crise

² Baseados nas teses malthusianas, os liberais entendem que as necessidades humanas básicas não devem ser totalmente satisfeitas, pois sua manutenção é um instrumento eficaz de controle do crescimento populacional e do consequente controle da miséria (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

passa-se a ditar as teorias de Keynes. O Keynesianismo torna-se produtor e regulador, não significando a defesa da sociabilização dos meios de produção, do mesmo modo trazia a ideia que,

[...] cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 85).

Logo, esta política, estabelece que,

[...] a partir da ação do Estado, de elevar a demanda global, antes de evitar a crise, vai amortecê-la através de alguns mecanismos, que seriam impensáveis pela burguesia liberal *stricto sensu*. São eles: a planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do “controle de preços”; a distribuição de subsídios, a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais. Esse conjunto de estratégias e técnicas anticíclicas, realizadas pelos poderes públicos, objetiva conter a queda da taxa de lucros, obtendo, com isso, algum controle sobre o ciclo do capital. Dessa política econômica resultaria um déficit sistemático no orçamento. Dessa política econômica resultaria um déficit sistemático no orçamento. Nas fases de prosperidade, ao contrário, o Estado deve manter uma política tributária alta, formando um superávit, que deve ser utilizado para o pagamento das dívidas públicas e para formação de um fundo de reserva a ser investido nos períodos de depressão (BRAZ; NETTO, 2006; SANDRONI, 1992 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 85-86).

Todavia, o Estado passa a gerir estas ações para manter o processo de acumulação e ao Keynesianismo agrega-se o pacto fordista, que corresponde ao processo de produção em massa, e mantém acordos coletivos com os/as trabalhadores/as dentro do setor monopolista para agregar ganhos coletivos de produtividade, introduz a produção de linhas de montagem e de eletricidade. Henry Ford inova a linha mecânica de montagem, introduzindo princípios tayloristas e de Fayol, dando rumos brutais de produtividade, através de movimentos rigorosamente estudados, com controle do tempo, assim como estratégias de gestão, e monitoramento do fluxo de informações e de autoridade (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Por conseguinte, com a organização dos/as trabalhador/as na busca de melhores condições de subsistência, há a necessidade de modificações nos padrões do Estado liberal no final do século XIX e início do XX. Foram concedidos direitos políticos, de livre manifestação, organização dos sindicatos e partidos, isto foi um

salto para ampliação dos direitos sociais. Assim ocorre o esgotamento do Estado liberal e institui-se o *Welfare State*, onde o Estado cede políticas sociais e mantém investimentos nas relações de produção, ampliando a ideia de cidadania e não focalizando suas ações apenas na extrema pobreza como anteriormente (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Também ocorrem as primeiras iniciativas de benefícios previdenciários que vieram a constituir a seguridade social no século XX nascidas na Alemanha, no final do século XIX, mais precisamente em 1883, durante o Governo do Chanceler Otto Von Bismarck, em resposta às greves e pressões dos trabalhadores. No modelo Bismarkiano há a concessão de proteção social, assim como a organização dos/as trabalhadores/as em instituir caixas de poupança e previdência, estabelece-se um sistema de seguros sociais, cobrindo os/as trabalhadores/ e suas famílias mediante contribuição. Assemelha-se às de seguros privados, no que tange aos direitos, os benefícios cobrem principalmente os trabalhadores, às vezes exclusivamente; quanto ao financiamento, os recursos provêm da contribuição direta de empregados e empregadores, baseado nos salários. Cada benefício é organizado em Caixas, geridas pelo Estado e com participação dos contribuintes (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

As reivindicações da classe trabalhadora durante o século XIX, ampliadas no “consenso pós-guerra”, sobre a influência do *Plano Beveridge*, que teve sua publicação na Inglaterra em 1942, onde segundo Behring; Boschetti (2009, p. 93) “[...] propunha uma nova lógica para a organização das políticas sociais, a partir da crítica aos seguros sociais bismarckianos”. O *Plano Beveridge* aponta os princípios do *Welfare State* que se apresentam da seguinte maneira:

- 1) Responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais;
- 2) universalidade dos serviços sociais;
- 3) implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social.

Durante a terceira fase estágio do capitalismo imperialista iniciada no início da década 1970, com o fim dos “anos dourados”³, com a alta do preço do petróleo, redução do crescimento e queda da taxa de lucro, pressão dos trabalhadores em movimentos sindicais e sociais, esgota-se o modelo de acumulação rígida, própria do Taylorismo-fordismo e assenta-se o modelo de acumulação flexível⁴, havendo então a necessidade de sérias mudanças estruturais no capital monopolista a uma série de mudanças estruturais, o que vem por consumir nos últimos 30 anos, a mundialização do capital, tendo como suporte uma onda longa recessiva, minimizando as crises. Com isto ocorrem três respostas para a crise “a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 214).

Atribuisse à crise as conquistas dos movimentos sindicais, aos gastos públicos com os direitos sociais e a queda das taxas de lucro as faixas salariais, onde nos anos 80 o Estado adota medidas repressivas como o governo Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos da América (EUA) (NETTO; BRAZ, 2007). A reestruturação produtiva nivelou a taxa de lucros e em seguida a queda dos mesmos. Com inovações tecnológicas, o capital passa a se reproduzir, assim como com o progresso da ciência, que transformou a organização e a objetivação dentro das indústrias, trazendo grandes modificações nas relações capital/trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Os moldes da acumulação flexível mantêm a produção em grande escala, contudo destina-se a mercados específicos, rompe com a estandarização, incorpora tecnologias, robótica e informática, e assim promove a desterritorialização da produção, o que faz com que haja um movimento de transferência de unidades produtivas para áreas subdesenvolvidas e periféricas, podendo explorar com mais

³ Foi o período em que o Fordismo-Taylorismo se espalhou para todo o sistema produtivo como forma de organização da produção e do trabalho, que teve como elementos básicos a linha de montagem, produção em massa, produtos homogêneos, o consumo de massa, controle do tempo e movimentos do operário, existência do trabalho parcelado, separação entre elaboração e execução no processo produtivo e desqualificação do trabalhador. E essa forma de organização do trabalho é a marca do período de crescimento e expansão do pós-guerra que vai de 1945-1973 [...] (SANTOS, 2009, p. 2).

⁴ A acumulação flexível é o termo criado por Harvey (1992) para marcar a transformação da rigidez fordista para a flexibilidade dos processos de trabalhos, dos mercados de trabalho, dos produtos, dos padrões de consumo, da descontração industrial, da revisão do papel do Estado, da financeirização da economia, da heterogeneização e fragmentação da classe trabalhadora, da intensificação do trabalho, da precarização do trabalho, enfim, se fosse necessário simplificar essa nova fase de acumulação, a palavra seria “flexibilização”. Na acumulação flexível houve a mudança de centro dinâmico da acumulação capitalista. O setor produtivo não é mais o carro chefe, a financeirização da economia é a norma da vez (SANTOS, 2009, p. 6).

afinco a mão de obra destas regiões. O processo de incorporação de tecnologias pelos capitalistas não somente se dá para redução dos custos na produção, mas como recurso na concorrência com outras capitalistas, onde um subsume o outro que não acompanha as inovações (NETTO; BRAZ, 2007).

Passa haver a coletivização do trabalho, exigência de qualificação profissional, bem como a de que o trabalhador acumule várias funções, sendo em suma maioria, sem qualificação e com trabalhos extremamente precarizados. O Toyotismo então toma força, ao incorporar no trabalhador o “espírito de equipe”, criando uma imagem de pertencimento à empresa, tornando-os colaboradores. Há também o processo de terceirização das empresas, sendo que todas as ações têm o intuito de reverter à taxa de lucro e criar condições de exploração da força de trabalho, flexibilizar, precarizar, desregulamentar as relações de trabalho, desemprego maciço, sendo estas características naturalizadas, tidas como única alternativa. Outro fenômeno decorrente é a criminalização da pobreza, o controle da mídia, dos serviços educacionais e médico-hospitalares (NETTO; BRAZ, 2007).

O desenvolvimento e modernização da indústria gera uma concentração e acumulação de capital de maneira estrondosa na economia mundial, criando uma nova elite político-econômica que é instrumentalizada pelo capital como o “*Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e organismos vinculados à Organizações das Nações Unidas*” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 225). Esta elite passa a dominar o cenário mundial no aspecto econômico, político e social, principalmente nos países periféricos e centrais, mantendo, contudo, a hegemonia dos países imperialistas (NETTO; BRAZ, 2007).

O neoliberalismo destrói as conquistas construídas pelo movimento operário, o grande capital visa destruir todas as barreiras sociopolíticas, também as defesas alfandegárias dos países centrais, a fim de obter o máximo de liberdade. Os valores centram-se na competição, individualismo, no calculismo e na naturalização da desigualdade. Os neoliberais veem então a necessidade de reforma do Estado sendo que, “[...] a partir dos anos 80 do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco **processo de contra-reforma(s)**, destinado a supressão ou redução de direitos e garantias sociais” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 227). Com isto ocorre a diminuição do Estado, porém somente na satisfação dos direitos sociais, mínimo para o trabalho e máximo para o capital. Também o fenômeno das privatizações, da globalização, a liberdade de

comércio das mercadorias, onde os países imperialistas não desregulamentam seus mercados internos, deixando isto para os países periféricos e dependentes (NETTO; BRAZ, 2007). As políticas sociais e a formatação dos padrões de proteção social neste momento histórico se realizam de maneira paliativa e seletiva, pelo baixo investimento e total descaso do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

No que diz respeito a classe trabalhadora, ela é atualmente compreendida como, segundo Antunes; Alves (2004, p. 336) “[...] a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, conforme nossa denominação (Antunes, 1995 e 1999) – e que são despossuídos dos meios de produção”. Logo, esta classe trabalhadora se encontra nas mais diversas transformações no mundo do trabalho, onde a queda do taylorismo/fordismo resulta na redução do proletariado industrial, fabril, tradicional e especializado, dando lugar a uma forma desregulamentada de trabalho, reduzindo o contingente de trabalhadores formais, dando espaço para a terceirização e subcontratações, expandindo-se de maneira global (ANTUNES; ALVES, 2004).

Logo, o capitalismo se reconstrói em cada crise cíclica, pela qual passa em uma recorrente metamorfose para sua subsistência. Com isto, as relações sociais, econômicas e culturais são subsumidas. Inclusive os/as próprios/as burgueses/as, passam a adaptar-se às mudanças sofridas pelo sistema, alienados/as de sua própria essência humana, pois munidos de sua liberdade adepta desta sociabilidade, são manipulados em prol do capital, abstendo-se da real liberdade, onde as verdadeiras escolhas são materializadas. O capitalismo passa então a ser disseminado como algo necessário, segundo os critérios impostos por ele mesmo, difundindo-se mundialmente com toda a voracidade que lhe é própria.

3.2 A inserção do capitalismo no contexto brasileiro

Na América Latina, diferentemente do contexto europeu, o capitalismo somente se desenvolveu pela intervenção do Estado durante o século XIX, sendo este responsável por “instaurar” uma sociedade moderna. Foi então que após este período inicial, que já no século XX de 1930 a 1970, ocorre na América Latina o denominado modelo de “desenvolvimento para dentro”, que tem no Estado seu agente de mudanças, e não somente nos mercados externos na crise dos anos trinta, mas também para atender as demandas das classes emergentes, ampliando

os mercados internos. É o Estado que fomenta a industrialização substituindo importações, investe na infraestrutura, faz expansão dos serviços públicos e passa a promover mudanças estruturais no intuito da integração dos setores médios e populares. A intervenção estatal sugere a não se opor a economia capitalista, mas estruturá-la devido as mudanças da sociedade, também representa uma iniciativa política, embora não se apoie nos argumentos técnicos do Keynesianismo e, posteriormente, pelo desenvolvimentismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (LECHNER, 1993).

Dentro deste contexto de economia periférica, o Brasil se desenvolve no capitalismo, com o processo de Independência do país e passa a “organizar-se a partir de dentro”, rompendo com o passado escravocrata. Contudo o capitalismo é filtrado pelas elites, o Estado é visto como meio de internalizar políticas, o que confunde o público com o privado. Isto traz ao país uma mudança cultural das elites, formando o Estado nacional brasileiro, onde os traços do liberalismo europeu tornam-se desfocados, em um país regrado pelo favor, clientelismo e escravidão. Logo este período emerge o espírito burguês, todavia não pleno e sem romper com o mercado externo, sendo que a criação do mercado interno funciona de acordo com as possibilidades e limites socioeconômicos e culturais de expansão, baseado na exportação (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Em relação a cidadania política no Brasil, é importante salientar que a mesma não se deu como na Inglaterra ou países do Norte Europeu, onde houve uma ruptura institucional radical, aqui o processo deu-se de maneira instável e intermitente no período de 1881 a 1888. Observa-se neste período que a política brasileira tem como o ponto de partida para a instauração da cidadania, civil e política, a Revolução política burguesa, no período entre 1888 com a Abolição da escravidão e 1891 com a proclamação da Constituição Republicana. Neste momento surgem dois projetos políticos de classe o liberal democrático da classe média abolicionista e republicana e a burguesia mercantil-exportadora segmento mais organizado e poderoso da classe dominante pós-imperial, esta por sua vez, favorecida com a manipulação das massas rurais pelos coronéis da chamada república do café com leite, contudo houve o surgimento de uma classe média envolvida na luta pela cidadania (SAES, 2001).

Foi esta classe média urbana que chega como força dirigente em 1930 do aparelho Estatal central, sendo defensora de um projeto de industrialização,

relacionado com a afirmação da soberania nacional e em força política independente. Cai então o modelo da burguesia mercantil-exportadora agrícola e inicia-se uma “crise hegemônica”, onde se tem a burguesia industrial brasileira dependente do capital mercantil exportador, que lhe propiciava meios financeiros para importar e diante dos países capitalistas centrais que lhe forneciam uma tecnologia industrial avançada. O Estado apesar de incentivar a troca do modelo econômico agroexportador para um modelo urbano industrial, não antevê investimentos econômicos para a independência desta burguesia industrial nacional, que se interioriza e passa a oscilar politicamente, deixando de prestar um apoio claro, explícito e vigoroso à política econômica e social de Estado. Este por sua vez passa a implementar uma política aparentemente sem partido para conseguir o apoio da classe trabalhadora, tendo dois aspectos básicos:

[...] de um lado, o atendimento de aspirações difusas das classes trabalhadoras, como a criação de uma legislação fabril e o reconhecimento de direitos sociais a uma parte dos trabalhadores urbanos; de outro lado, a frustração do processo de conquista, por parte dos trabalhadores urbanos, de independência organizativa, frustração essa decorrente da criação de um sindicalismo rigidamente controlado pelo Estado e, por isso mesmo, sem força para atuar na construção de uma experiência partidária de massa de caráter independente (SAES, 2001, p. 397-398).

Realizaram-se neste período, onde se localiza também a era Vargas, compreendido de 1930 a 1964 sucessivas mudanças na construção da cidadania política no país, em uma primeira fase ocorre a Primeira República com instauração do Código eleitoral de 1932; a Constituição federal de 1934; representantes de classe ou profissionais, indicados por sindicatos ou associações de patrões e de empregados na Câmara dos Deputados; instauração da Justiça eleitoral, do voto secreto e da cabine indevassável; introdução do voto feminino. Em uma segunda fase houve a instauração do Estado Novo entre 1937 a 1945 e dentro dele a criação ou consolidação de direitos sociais para os trabalhadores urbanos, codificação das leis trabalhistas e sociais na CLT, criação efetiva do salário mínimo, etc. Contudo dentro deste regime revogam-se os direitos políticos em contraponto ao fornecimento de direitos sociais. Dentro da última fase o país passa por um período de redemocratização em 1945 com forte viés clientelista fomentando o plano eleitoral, logo de 1946 a 1964 houve uma evolução do universo eleitoral condicionada pelo crescimento econômico, a presença da Justiça Eleitoral que

intensificou a fiscalização no domínio dos coronéis na população rural, contudo aumentou a importância do clientelismo urbano, um jogo de poder tendo o povo como manobra de correlação de forças utilizada pela burguesia (SAES, 2001).

Em 1964 instaura-se o regime militar e com ele o confinamento da cidadania, aliou-se ao capital estrangeiro que via aqui um campo fértil para investimento econômico, visto que a crise de 1929 ainda tinha reflexo em países centrais. Foi mantido aberto o parlamento, com recessos parlamentares fora do prazo, ao passo que montou estratégias de limitar o direito ao voto, tendo os detentores de cargos executivos escolhidos por eleições indiretas ou nomeações. Os partidos foram limitados a apenas dois e o Parlamento restringia-se as decisões autoritárias do executivo militar. Implementou-se sucessivas emendas constitucionais uma em 1967 e outra 1969, em prol de afirmar seu poder político, criou legislações severas e mantinha seus aliados em rédeas curtas (SAES, 2001).

Em 1970 iniciam-se críticas de diferentes frações da classe capitalista ao regime militar, juntamente com movimentos da classe trabalhadora à política de contenção dos salários e com a política de violência e opressão do regime. A crise perdurou por uma década até o coroamento da cidadania política com a Constituição Federal de 1988, foi onde somente então foi reconhecido o voto do analfabeto, passando a uma relativa liberdade de organização partidária (SAES, 2001).

O processo de redemocratização, após 20 anos de ditadura militar, veio acompanhado de uma crise no modelo de Estado Desenvolvimentista que se alicerçava em investimentos do capital financeiro e no capital nacional, onde defendia o desenvolvimento do mercado interno. A crise deu-se pelo agravamento da dívida interna e externa do país. Emerge então, o Estado Democrático de Direito arduamente conquistado e firmado pela Constituição Federal de 1988. Conforme Simões (2013, p. 291) o Estado Democrático de Direito “assegura os direitos civis e políticos, os direitos sociais clássicos, mas também os universais e a democracia participativa, como condição de sua implementação”. Durante este quadro conjuntural, decorre uma democracia deficiente e conturbada, expressa pela eleição em 1985 do primeiro presidente civil após o período ditatorial, Tancredo Neves, onde depois de sua morte foi substituído por José Sarney (PORTO, 2009).

A década de 1980, conhecida como “década perdida”, tem um país sem condições econômicas e políticas e que mantém uma condição de neutralidade frente às políticas neoliberais que se expandiam por toda a América Latina. Esta

posição neutra não perdurou muito além da década de 1990, onde houve o agravamento da crise do Estado intervencionista inaugurado na década de 1930. Este fato materializa-se no último ano de gestão de José Sarney com uma deficitária autoridade governamental, aumento da inflação acarretando uma instabilidade político-econômica. Ascende então a política neoliberal no país com o Consenso de Washington, ocorrido em 1989 na capital dos EUA, onde o governo americano recomendava a ajuda financeira externa e suas deliberações eram a diminuição do Estado e o aumento da abertura econômica. Logo o governo brasileiro entra em conformidade com as políticas neoliberais mundiais com o presidente Fernando Collor de Mello que tinha em seu plano político-econômico a estreita relação entre o Estado e a iniciativa privada, tendo como principais medidas “uma ampla Reforma Administrativa, o Programa Federal de Desregulamentação e o Programa Nacional de Desestatização” (BOSCHETTI-FERREIRA, 1993, p. 48 *apud* PORTO, 2009, p. 5), tendo como centralidade as políticas de privatizações (PORTO, 2009).

O governo de Fernando Collor oferece o “Plano de Estabilização”, onde promete diminuir as taxas de inflação. Sua política tinha como propostas a plena liberdade dos mercados; privatizações; o Estado interferiria apenas o mínimo e comprometer-se-ia apenas com funções elementares como a educação básica e a saúde pública; assim como o compromisso com a criação e/ou manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico; e a liberalização do comércio exterior (PORTO, 2009). A promessa era de combater os altos salários no setor público, o monopólio e a inflação, assim como fazer mudanças na Constituição. O projeto traçado não alcança o desejado, pois a volta da inflação e a adoção da corrupção fazem com que seja destituído pelo Congresso Nacional em 1992 (FALEIROS, 2000).

O reflexo de tais ações além de não diminuir a inflação, refletiu negativamente na classe trabalhadora com o aumento do desemprego e precarização das políticas sociais, anulando as conquistas constitucionais recém-adquiridas. Com o *impeachment* de Collor, assume seu vice Itamar Franco que baseou seu plano de governo no Plano Real, contudo seguiu na perspectiva de uma política neoliberal. Na eleição subsequente assume o ex-ministro da Fazenda, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que apesar de um passado de esquerda segue embrenhado nas políticas neoliberais conforme seus dois antecessores. Inova ao implementar uma política monetária necessária à viabilização do Plano Real,

acelerando as importações e absorvendo recursos externos, controlando a cotação do dólar, mantendo também juros elevados e à compressão da massa salarial (PORTO, 2009).

Em 1996 o Plano Real instituiu a nova moeda o Real. Com o pretexto de diminuir o déficit público, promoveu mais privatizações, viabilizou a aprovação das reformas previdenciária e administrativa. Além de não melhorar o déficit público, as políticas do FHC reduziram drasticamente os fundos públicos destinados ao financiamento dos serviços sociais direcionados aos segmentos mais pobres, uma contradição, visto como um intelectual marxista e pautando sua campanha em um ideário democrático (PORTO, 2009).

Fernando Henrique tem como um de seus objetivos manter a moeda Real sobrevalorizada, a fim de facilitar as importações e suas ambições de reeleição, porém desestrutura a Indústria Nacional e reduz as exportações, provoca assim o maior desemprego. O Real manteve-se estável até 1999 onde em fevereiro tem uma queda, após acentua-se ainda mais o desemprego. As reformas constitucionais realizadas pelo presidente foram divididas por eixos, abertura da economia aos capitais internacionais com a eliminação do poder estatal, privatizar patrimônio público e redução dos direitos fragilizando as leis trabalhistas. A finalidade seria de reduzir o Estado em prol da expansão do mercado, a favor do capital ao invés de quem vive de seu trabalho (FALEIROS, 2000).

A reforma da previdência teve inicialmente a intenção de extinguir com a assistência, sem sucesso, contudo houve algumas modificações. O plano de governo segue o mesmo projeto, com a capitalização que vem de fora, segue a onda de precarização na área da saúde pública para expandir a rede privada. A assistência torna-se focalizada nos mais pobres, reduz a intervenção do Estado, fazendo parceria com organizações não governamentais. O neoliberalismo prevê que individualmente cada um busque seu bem-estar ao invés de garantia de direito através do Estado. A assistência passa a ser realizada através de rede solidária, a educação precarizada não garante vaga a todos na educação fundamental, bem como a qualidade que acaba contribuindo com a evasão e repetência e a habitação passa a ser repassada para o setor financeiro (FALEIROS, 2000).

O modelo neoliberal tem como intenção que as pessoas se mantenham sem o uso da assistência, mesmo com o desemprego estrutural e tem como propósito dificultar o acesso à previdência e a universalização da saúde. Ocorre a redução de

fundos públicos e o investimento em banqueiros e especuladores. Em alguns municípios os rendimentos visam aos pobres, mas são características isoladas não modificam o caos no mundo, isto é, não garante cidadania e direitos humanos a todas as pessoas (FALEIROS, 2000).

Em 2003 assume presidente Luiz Inácio Lula da Silva que apesar das promessas de mudanças, permanece servindo ao capital internacional (PORTO, 2009). Também considerado novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo⁵, apesar de estimular a ampliação e formalização de empregos, segue as diretrizes do receituário neoliberal e desenvolvimentista em um palco de contradições. Observa-se que primeiramente realiza a contrarreforma da previdência e da educação, juntamente com o aumento da taxa de juros ao mesmo tempo expande a assistência social, o crédito consumidor, os empréstimos populares e os aumentos do salário mínimo (SANTOS, 2012).

O então governo Lula mantém, contudo, um padrão de proteção social precarizado, por meio de uma assistência social focalista, assim como “a passivização dos trabalhadores e movimentos sociais – por meio da cooptação de lideranças do movimento social incorporadas à dinâmica governamental petista” (SANTOS, 2012, p. 440). Houve, no entanto uma mobilidade social devido à elevação real do salário mínimo; do crescimento do trabalho com carteira assinada; da expansão dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que faz uma política de seleção da pobreza. Novamente salientando que a estrutura de exploração do trabalho prevaleceu na figura do emprego informal, terceirizado, mal remunerado, exposto a condições e ambientes insalubres, também altas taxas de rotatividade entre os/as trabalhadores/as. Assim como a prevalência das taxas de desigualdades sobre o desenvolvimento humano (SANTOS, 2012). Esta mescla política que desenvolveu na era Lula novamente trouxe a política brasileira faces de ações onde a classe trabalhadora foi manipulada em prol da burguesia, contudo em uma lógica que ascende o conformismo diante de outros governos que de maneira nenhuma atenderam os interesses da classe subalterna.

⁵ O novo-desenvolvimentismo defende o modelo exportador e considera o modelo substituidor de importações superado. No modelo exportador, os países em desenvolvimento têm a possibilidade de usar duas grandes vantagens – mão de obra barata e possibilidade de comprar ou copiar tecnologia disponível. Por sua vez, se o país adota essa estratégia, as autoridades econômicas, que estão fazendo política industrial em favor de suas empresas, passam a ter um critério de eficiência em que se basear: só as empresas eficientes o bastante para exportar, serão beneficiadas pela política industrial (PEREIRA, 2012, p. 19).

Logo, pode-se observar o aspecto pelo qual se engendrou a solidificação do sistema econômico capitalista, alastrando-se mundialmente com intenso fulgor e veracidade, absorvendo toda a força vital da classe trabalhadora, em prol da acumulação de capital. Sendo neste cenário que ocorre a emergência do Serviço Social, mergulhado em contradições, pelas quais percorre um longo caminho de desalienação e superação de suas raízes. Este processo será analisado na sequência.

4. O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO

No final da metade do século XIX, onde ocorre a Grande Depressão do capital, a estratégia burguesa era propiciar alternativas para solucionar os problemas sociais, visto não incentivar o ressurgimento da mobilização dos/as trabalhadores/as, em busca da autopreservação do capitalismo. O objetivo era mascarar a intensa degradação do proletariado, instituindo a imagem de um sistema justo e adequado. Ideais impostos pela Revolução Francesa ao trabalhador/a livre e assalariado/a tinha como promessas conforme Martinelli (2010, p. 61) “[...] o direito à liberdade pessoal e à vida digna, até o direito à igualdade e à assistência, quando necessária. Ocorre que tal sociedade, plena de contradições, negava, na prática, aquilo que anunciava no discurso”. No entanto a consciência burguesa, esvaziada dos processos históricos, tinha estes fatos como leis naturais, em uma busca de preencher o vazio de suas vidas egoístas e de buscar proteger sua propriedade, em uma existência fundada na alienação (MARTINELLI, 2010).

Para manter o domínio de uma classe sobre a outra, a classe burguesa apropria-se de ações filantrópicas, ambicionando sua racionalização e normatização para enfrentamento da questão social⁶. Constituídas na figura da Escola Humanitária que conforme Martinelli (2010, p. 63);

Para tranquilidade de sua consciência, esforça-se para amenizar o mais possível os contrastes reais; deplora sinceramente as penúrias do proletariado e a desenfreada concorrência entre os burgueses; aconselha os operários a serem sóbrios, trabalharem bem e terem poucos filhos; recomenda os burgueses que moderem seu furor na esfera da produção.

É também a Escola Filantrópica, que o antagonismo entre as classes não é reconhecido, assim tentava-se converter todos/as os/as homens/mulheres em burgueses/as, prezava pela manutenção da ordem social, mantendo-a em seu controle, unindo-se a Igreja e ao Estado. Assim, a burguesia pregava o discurso de preocupação com as condições de vida da família operária, e assim com a aliança entre esta burguesia, o Estado e a Igreja, surgiu a Sociedade de Organização da

⁶ “Por *questão social* entende-se o amplo espectro de problemas sociais que decorreram da instauração e da expansão da industrialização capitalista. É a ‘expressão concreta das contradições entre o capital e o trabalho no interior do processo de industrialização capitalista’” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.58 *apud* MARTINELLI, 2010, p. 63).

Caridade em Londres, em 1869, congregando os reformistas sociais, desta forma, ocorre que;

Surgiam, assim, no cenário histórico os *primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social*, atividade que se profissionalizou sob a denominação de “Serviço Social”, acentuando seu caráter de prática de prestação de serviços. [...] A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes—alienação, contradição, antagonismo -, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido (MARTINELLI, 2010, p. 66).

Logo, o Serviço Social tem em suas origens uma identidade atribuída, em uma profunda ilusão de servir, mascarando as reais intenções do capitalismo, seu instinto voraz de dominação/opressão. A falta de uma construção própria de identidade dos agentes os sucumbiam da coletividade e do sentido histórico da profissão, seguindo, no entanto, a lógica alienante característica deste sistema. Na fase final do século XIX, com o crescimento do número de profissionais, exigia-se destes uma maior qualificação, originando-se assim as escolas de Serviço Social, com forte influência da Igreja Católica. Com o evoluir dos tempos a profissão passa a ligar-se muito mais ao Estado, e em sua base religiosa acrescenta-se a base científica (MARTINELLI, 2010).

Sendo o/a assistente social um/a profissional assalariado/a que através de políticas sociais ofertadas pelo Estado oriundas de tributações, garante, mesmo que indiretamente⁷, a taxa de lucro e exploração da classe dominante, mantendo assim a reprodução das relações econômicas e sociais. Pois, visto que o salário pago pelo trabalho, não corresponde ao lucro gerado por ele, o/a capitalista passa então a apropriar-se do excedente, a mais-valia. Sendo, todavia a exploração ocasionada por esta apropriação indevida da riqueza socialmente produzida, paga pelo salário, que por sua vez não fornece as condições necessárias para reprodução da força de trabalho, é neste viés que são instituídas as políticas sociais. Os serviços sociais, logo se transformam em complementação de renda, visto que suprem algumas necessidades básicas da vida dos/as trabalhadores/as, o que novamente, já que são torna-se benéficas ao capitalista. Sendo assim, o Serviço Social como executor

⁷ Na linguagem do poder, os benefícios são algumas vezes denominados “salário indireto”, já que são encarados como uma “complementação salarial”, preferível à elevação dos salários reais, à proporção que podem ser descontados total ou parcialmente dos beneficiários ou de impostos governamentais. Os serviços sociais tornam-se, portanto, um meio de reduzir os custos de reprodução da força de trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 108).

destas políticas, apresenta-se como instrumento da manutenção da ideologia burguesa e seu controle através de aparatos do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Os processos de alienação pelos quais os/as profissionais de Serviço Social, foram colocados/as nos primórdios de seu surgimento, nada mais expressam o envoltório de contradições pelo qual foram expostos, como trabalhador/a moldado/a para a finalidade de manutenção da desigualdade existente na divisão social de classes. Não se pode deixar de reconhecer as origens nefastas da profissão, contudo há de observar os rumos tomados pela categoria, seu amadurecimento e sua redenção, ainda em andamento, com a classe subalterna.

4.1 O Serviço Social no contexto brasileiro

A década que antecedeu o surgimento do Serviço Social no Brasil, foi palco de muitas conquistas para a classe proletária, porém muitas superficiais. No entanto a “questão social” torna-se aparente socialmente. Assim, conforme Iamamoto; Carvalho (2011, p. 149),

Datam desta época o que se poderia considerar como sendo as *protoformas* do Serviço Social no Brasil. No entanto, para o aparecimento do Serviço Social, enquanto conjunto de atividades legitimamente reconhecidas dentro da divisão social do trabalho, se deverá percorrer um itinerário de mais de duas décadas.

Após este processo desenvolvido moderadamente, segundo Iamamoto; Carvalho (2011, p. 149), “[...] se acelerará no início da década seguinte, com a mobilização, pela Igreja, do movimento leigo. Surgirá o Serviço Social como um departamento especializado da Ação Social, embasado em sua doutrina social”. A Igreja por sua vez, faz um intenso trabalho de doutrinação na busca de reconquistar seu prestígio perdido após a Contrarreforma, onde seu monopólio ideológico foi transferido aos movimentos políticos e ideológicos burgueses. Logo, a estratégia da Igreja passava a ser a manipulação das classes subalternas, em prol de cercar o Estado Liberal e conquistar o domínio indireto (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Por conseguinte, foi na década de 1930, que o Serviço Social se manifesta por intermédio da Igreja, devido às necessidades impostas pela “questão social” oriundas de uma sociedade escravocrata recente e um processo migratório do

campo para os grandes centros urbanos, ocasionando o aumento desordenado da população. As Leis Sociais marcam a pressão do proletariado por sua cidadania, enquanto o Serviço Social surge por uma demanda oposta. Neste período as condições de trabalho eram degradantes, assim como as condições de vida dos/as trabalhadores/as, dentre eles/as, mulheres e crianças. À vista disto, o exército industrial de reserva reduzia extremamente o preço da força de trabalho. De tal modo iniciam-se processos de resistência dos/as operários/as, destacando-se inicialmente as Ligas Operárias e posteriormente às Sociedades de Resistência e Sindicatos. Logo, também, movimentos mais organizados, os Congressos e Confederações Operárias e uma imprensa operária combatível. O movimento operário, no entanto, ficará restrito ao seu meio, seus líderes perseguidos, presos e deportados (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

O Estado da República nova que prezava pela “harmonia social” assumiu a responsabilidade da reprodução da força de trabalho. A Igreja por sua vez cria conforme Martinelli (2010, p. 123) “[...] na esteira do movimento constitucionalista de 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, que desempenhou um importante papel no sentido de qualificar os agentes para a realização da prática social”. Onde as famílias burguesas dispunham de suas mulheres para tal prática, o que interligou os primórdios do Serviço Social brasileiro com a classe burguesa e seu projeto conservador dentro da ação política e social de controle sobre a classe trabalhadora (MARTINELLI, 2010).

São as mulheres que passam a compor o quadro de profissionais, devido a construção da imagem feminina, vista como virtuosa, obediente, bondosa e educada para abnegar-se em prol da família, funções que as tornam propícias aos propósitos da profissão naquele determinado momento histórico, uma “vocação” a ser seguida. Neste período o Serviço Social apresenta-se com forte apelo de uma moral conservadora, ligada à Igreja Católica, a ideais positivistas e neotomistas⁸, com uma visão acrítica da realidade, onde ambicionam o “ajustamento social” e o “bem

⁸ O neotomismo procurará oferecer um calço mais consistente à igreja nos seus confrontos, também pela via da doutrina social, coma modernidade [...] insere-se num largo processo de mobilização da Igreja para fazer face, teórica, doutrinária e praticamente, aos desafios intelectuais, científicos, políticos e ideológicos postos, por um lado, pelo desenvolvimento filosófico e científico e, de outro, pela laicização das instituições sociais burguesas e pelo movimento operário orientado pelo marxismo e pelo magnetismo desencadeado pela primeira experiência de transição socialista (NETTO,1992, p.121 *apud* BARROCO, 2006, p. 92).

comum”. Com isto negam a ordem burguesa que trazia a “desordem social” em conjunto com o progresso, moralizando a questão social (BARROCO, 2006).

O Estado liberal burguês ao longo da década de 1930 a 1940 pregava o consenso entre as classes, com alguns benefícios cedidos aos trabalhadores/as, contudo com forte repressão dos movimentos coletivos. Neste período o Serviço Social caminha rumo à profissionalização. A classe dominante se apropriava dos trabalhos filantrópicos, agentes sociais e a profissão, acolhida por parte daqueles que incentivaram sua vinda para o país:

[...] os setores mais abastados da burguesia católica e a própria Igreja, os quais, movidos pelo medo da infiltração de novas ideologias e do avanço dos movimentos sociais e temendo a recorrência de conflitos mais graves como aqueles que marcaram o imediato pós-guerra, estavam envolvidos em uma verdadeira “guerra santa” (Martinelli, 2010, p. 126).

Foi ao final da década de 1940 que o Estado passa a ser o grande empregador do/a assistente social, devido ao adensamento do aparato burocrático, que exigia um preparo qualificado nas ações. As instituições apresentavam-se como um aparelho de enquadramento ideológico da classe trabalhadora. Até meados dos anos 1940, a categoria recebia especialmente a influência franco-belga, ao fim desta década o Serviço Social americano realizou um programa de intercâmbio cultural com o Brasil, recebendo assistentes sociais nos Estados Unidos e também em seus programas em andamento na América Latina. Profissionalmente, o objetivo agora não mais possuía um viés somente religioso, mas também de qualificação profissional. Contudo, a fragilidade de consciência social fôra bases para o fenômeno da “aristocracia profissional” e a ideologia de ascensão social propiciava o almejo de objetivos individualizados (MARTINELLI, 2010).

Houve então uma aproximação com as Ciências Sociais, onde teve para o Serviço Social fortes consequências, como afirma Lara (2009, p. 48), “[...] suas construções teórico-metodológicas, produz um saber fragmentado sobre a realidade social”. Isto se traduz em concepções acríticas, em referenciais positivistas, com caráter intervencionista de demandas imediatas. Em sua face funcionalista tecnicizou-se e burocratizou-se, novamente acriticamente e movidos/as pelo praticismo, a pesquisa e a investigação eram obsoletas. Foi somente na década de 1950 que os ideais se tornaram mais progressistas e modernizadores, o quadro

estrutural se dava guiado pelo desenvolvimentismo, porém agora se manifestavam alguns questionamentos sobre as práticas profissionais (LARA, 2009).

Com o crescente número de profissionais e diferentes concepções, que o Serviço Social passa a buscar novas estratégias de intervenção, o Serviço Social de Grupo passa a fazer parte das ações institucionais que se generaliza na década de 1960. São desenvolvidos programas baseados em técnicas de Desenvolvimento de Comunidade e são realizados importantes Seminários, que solidificam uma nova opção política social para a população marginalizada, em prol do desenvolvimento econômico (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Os anos 1960 foram marcados por uma intensa ascensão das ditaduras e cerceamento da liberdade. O país concentrava mais nas questões políticas e econômicas do que nas sociais, intensificando a luta de classes, com isto os vários setores da burguesia uniam-se com os militares, resultando no golpe de Estado de 1964, retraindo os movimentos sociais. O Serviço Social neste momento subdivide-se, ao passo que enquanto alguns profissionais permaneciam com uma visão acrítica da realidade, onde que segundo Martinelli (2010, p. 142) “bastava-lhes a prática fetichizada, ritualística e fragmentária [...]”. O mesmo não ocorria com a parcela minoritária dos/as profissionais, que superaram a alienação e compreenderam o significado social da profissão na sociedade capitalista. Porém, o enraizamento do processo histórico contribuiu para o afastamento da categoria, em suma maioria, de esforços para construir e preservar espaços democráticos dentro da opressão do contexto ditatorial (MARTINELLI, 2010).

Intrinsecamente a este processo, a profissão aproximou-se, ainda que com uma interpretação equivocada e simplista da tradição marxista, que mesmo falha deu fôlego ao seu amadurecimento como profissão, conforme afirma Silva (2007, p. 284), “[...] é preciso reconhecer que o Serviço Social não sobreviveria como profissão sem essa intensa revisão teórico-prática”. O fator marcante da opressão da ditadura militar agravava o distanciamento real da teoria marxista. A própria natureza revolucionária era embrutecida, pela falta de rigor teórico. Todavia este caráter revolucionário comprometeu-se com a mudança, assim como também defrontar as investidas da burguesia sempre combatente (SILVA, 2007).

O intenso debate da categoria pela construção de uma nova identidade profissional fez insurgir o Movimento de Reconceituação abrindo o debate e a crítica, bem como produzindo profundas reflexões. Contudo, conforme Martinelli (2010, p.

143) “não obteve, porém, uma resposta unívoca, pois a cisão do único sobre a qual o capitalismo se constrói havia penetrado na categoria profissional, transformando-a em uma categoria fragmentada, fragilizada e desunida”. No entanto, esta foi segundo Barroco (2006, p. 100) “uma época ‘revolucionária’, especialmente por sua potencialidade de ruptura ideológica com instituições, papéis sociais e princípios historicamente vinculados à moralização dos costumes: a família, o papel ‘feminino’, a tradição”.

Foi somente na década de 1980 que o Serviço Social se aproximou de uma tradução mais fidedigna da teoria de Marx, e passa a construir sua autoimagem a partir de produções internas da categoria, afirmando seu lugar na luta de classes sociais, reconhecendo a contradição ao qual se inseria. Este processo vê-se em um contínuo desenvolvimento até os dias atuais, com uma intensificada produção teórica, incentivo a pesquisa, aprimoramento acadêmico e um rol de legislações para guiar o agir profissional perante as demandas do exercício profissional, buscando a emancipação política e humana da sociedade (SILVA, 2007). Também nas três últimas décadas, ocorre no espaço acadêmico e em sua matriz curricular do Serviço Social, o debater sobre a questão social, o ser social, o antagonismo de classes, os motivos pelos quais se escolheu o trabalho como categoria central, enfim toda a discussão dos processos históricos dentro da categoria. Assim como as limitações profissionais do/a assistente social como trabalhador/a assalariado/a (LARA, 2009).

Observa-se então o campo fecundo de contradições no qual o Serviço Social esteve engendrado durante sua construção social e histórica, pelo qual não pode abnegar-se, pois este processo está intrínseco ao seu amadurecimento enquanto profissão. Ao passo que a categoria transforma a questão social de uma demanda moral, para ser um dos seus objetos de intervenção, também deixa para traz a penumbra do conservadorismo e a neutralidade. Assim se reconstruindo enquanto uma profissão capaz de fomentar uma nova trajetória, ambicionando um projeto societário, onde os princípios de equidade e justiça social sejam observados e respeitados, sendo este, um dos princípios de seu Código de Ética Profissional.

O Serviço Social traz em sua construção sócio histórica um salto de qualidade na prestação de seus serviços aos usuários/as, assim como também ocorre na construção histórica da saúde mental. No instante que humanizar o atendimento torna-se uma bandeira de ambos os processos, a saúde mental se

interliga ao Serviço Social, em um movimento retilíneo de resistência frente a dominação/opressão imposta pelo sistema econômico capitalista, que constantemente, para sua reprodução, ataca os direitos da classe trabalhadora. Logo, será abordado, o processo de evolução da saúde mental, para uma melhor análise.

5. O PROCESSO HISTÓRICO DA SAÚDE MENTAL

O fenômeno da loucura é reconhecido na antiguidade grega e romana, juntamente com outras doenças consideradas mitológicas e manifestações sobrenaturais ligadas a deuses e demônios e tinham grande influência religiosa. Na inquisição foi diretamente ligada à bruxaria, tendo seus portadores/as perseguidos/as. Com o abalo histórico do poder eclesiástico, foi permitido um novo olhar sobre a doença e o/a portador/a de doenças mentais (MILLANI; VALENTE, 2008).

No período Renascentista, os/as loucas/as eram embarcados/as em embarcações náuticas chamadas de “Nau dos Loucos”, com intuito livrar a sociedade dos loucos para que os mesmos não ficassem vagando pelas cidades, em total processo de exclusão, entregues a sua própria sorte. Houve, no entanto, em várias cidades da Europa, em especial na França, os processos animalescos defrontados na figura do homem/mulher como louco foi demonstrado na arte, na literatura e na pintura, o que diferencia o olhar sobre a loucura em um processo de ascensão, sendo percebido no simbolismo gótico⁹. Com o surgimento da razão filosófica, surgia a consciência crítica do modo de tratar a loucura, contudo sendo detentora do aspecto moral que tratava os erros de conduta postos (MILLANI; VALENTE, 2008).

Com o desenvolvimento da industrialização, em meados do século XVII, a loucura passa de uma marca do divino e constitui-se como modo de exclusão. Assim, foram criados, em território europeu, os primeiros estabelecimentos de internação que possuíam determinada característica,

Essas casas de internamento eram verdadeiros cárceres que aprisionavam uma série de indivíduos, portadores de doenças venéreas, mendigos, vagabundos, libertinos, bandidos, eclesiásticos em infração, os próprios loucos, enfim, todos aqueles que, em relação à ordem da razão, da moral e da sociedade, demonstravam fonte de desordem e desorganização moral (MILLANI; VALENTE, 2008, p. 6).

⁹ A origem do gótico remonta à reforma artística que o abade Suger empreendeu em Saint-Denis entre 1137 e 1144. Em poucos anos o curso da arte ocidental foi alterado: um novo estilo de arquitetura e escultura surgiu, novas formas – como a estátua-coluna – foram inventadas, e o vitral encontrou a sua utilização em larga escala. O estilo gótico conquistou a arte europeia durante três séculos, e seu impacto pode observar-se no estilo neogótico dos séculos XIX e XX (GOMES, 2012).

Por conseguinte, em 1656, em Paris, foi fundado o Hospital Geral advindo dos preceitos de ordem burguesa e monárquica, contudo não tinha caráter médico, e sim, uma representação do papel da polícia e da justiça, destinado aqueles que perturbassem a ordem social. Aos internos praticava-se a punição, no sentido da manutenção do equilíbrio e evitar a tensão. A este processo se misturava a tradicional assistência da Igreja e a contraditória preocupação da burguesia com a miséria, assim, os loucos eram aprisionados em significações políticas, econômicas, religiosas, sociais e morais (MILLANI; VALENTE, 2008).

Posteriormente em 1676, foram ampliadas as instituições, em um período conhecido como a “grande internação”. E na sequência, no final do século XVIII, no Hotel-Dieu, os internados eram separados por sexo, em aglomerações inadequadas. Não havia a consciência sobre a necessidade de cuidados médicos devido ao temor da contaminação do “mal”, a “febre nas prisões”, que a sociedade acreditava existir em lugares fechados ocupados por pessoas doentes (MILLANI; VALENTE, 2008).

O louco era visto como um animal, sendo isto, sinônimo de humilhação e sofrimento. Sendo que segundo Millani; Valente (2008, p. 6), “os loucos aparentemente mais furiosos eram expostos como animais ao público, para evidenciar a verdade e a virtude pela razão, eram também utilizados nas lavouras em substituição às bestas de carga”. Todavia, na segunda metade do século XVII iniciam-se protestos daqueles/as internos/as que não sofriam de transtornos mentais, contudo ainda assim defendiam o internamento dos loucos. Com a revolução burguesa, o internamento sofreu mudanças, passando a ser vista como medida econômica inviável, já que quanto menor a população, menor seria também a produção. Por conseguinte, foi ao final do século XVIII, que a loucura passou a ser vista como ausência de liberdade, vindo com isto a aumentar sua loucura. Assim ao invés de repressão, o internamento passava a buscar a libertação, contribuindo para seu fim e assim o surgem os asilos (MILLANI; VALENTE, 2008).

Em 1792, um membro da associação protestante Quacre, na Inglaterra, fundou um hospício em York, a fim de humanizar a prestação de serviços ao implantar aos internos/as a ideia de uma família fictícia, já que o mesmo era uma ameaça para a sua família verdadeira, com isto, o/a doente era submetido/a à uma introjeção do controle moral familiar. Neste viés se realizavam experimentos para julgar as reações vivenciadas pelos/as doentes em sua projeção de influências e

situações psicológicas, através de seu modelo familiar e ideia de liberdade (MILLANI; VALENTE, 2008).

Foi com Pinel, que se iniciou o tratamento dos doentes, em 1786, sendo médico no asilo de Bicêtre, onde somente eram tratados indivíduos do sexo masculino, e na Salpêtrière, um asilo feminino que conforme Millani; Valente (2008, p. 10) “[...] reunia, sem distinção, loucos e criminosos, mantidos acorrentados em celas baixas e úmidas, fossem ou não perigosos”. Ocorre então, a inovação no tratamento, como traz o trecho a seguir;

O tratamento nesse local baseou-se em medidas humanitárias em prol dos doentes, no intuito de libertá-los e tratá-los como doentes comuns, para isso, o médico utilizou-se de estudos e observações, a partir de seus comportamentos. Dessa forma, os transtornos mentais foram considerados como resultado das tensões sociais e psicológicas excessivas, de causas hereditárias ou, ainda, originadas de acidentes físicos, desprezando a credence popular de que fossem resultado de possessão demoníaca. Essa nova perspectiva de tratamento rompeu com a cadeia dos alienados, tornando-se a primeira a distinguir vários tipos de psicose e a descrever as alucinações, entre outros sintomas. Incluiu-se nessa terapia o contato próximo e amigável com o doente, a discussão de dificuldades pessoais e um programa de atividades dirigidas (MILLANI; VALENTE, 2008, p. 10).

Todavia, o asilo tinha como principal função homogeneizar a sociedade em nome da sociedade burguesa, as instituições neste processo se dava segundo Millani; Valente (2008, p. 10) “[...] como apenas um local de repressão, condenação, julgamento dos indivíduos, portanto, sem nenhuma prática terapêutica”. Ocorria um tratamento moral como núcleo da nova prática, o discurso da verdade dava-se em oposição, ao erro do discurso do louco, sendo que o corpo deveria ser educado pelo exercício, e o trabalho serviria para este fim. Seria necessário construir a ideia de vigilância, centrada na figura do psiquiatra como instrumento fundamental da terapêutica. Todavia conforme Millani; Valente (2008, p. 11) “o gesto de liberar os loucos das correntes não propicia a inclusão desses num espaço de liberdade, mas os classifica e acorrenta como objeto de saberes, discursos e práticas na instituição da doença mental”. Isto representa o primeiro e mais importante passo para a medicalização do hospital, sendo esta não mais vista como social e filantrópica, mas sim pela apropriação da loucura pelo discurso e pela prática médica (MILLANI; VALENTE, 2008).

A razão era fator crucial para ser livre, o/a alienado/a, no entanto, não possuía razão, portanto não poderia ser livre e, conseqüentemente, não poderia ser

cidadão/ã. Com o evento da Revolução Francesa, e seu lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, o alienismo começou a sugerir uma possível condição civil e política dos/as alienados, pois os/as mesmos/as não poderiam gozar dos direitos de cidadania, contudo não poderiam ser excluídos dos ideais da Revolução. Logo, o asilo tornou-se espaço de cura da razão e liberdade em prol de tornar os/as alienados/as sujeitos de direito, sendo isto adotado na maior parte do mundo ocidental. O asilo tornou-se um depósito de todos os considerados loucos, fazendo-se um espaço de todo o tipo de exclusão (AMARANTE, 1995).

Na passagem do século XVIII para o século XIX a medicina não consegue explicar a loucura em sua essência, os médicos consideram critérios morais, comportamentos e gestos dos doentes, e assim, age sem ciência alguma. Em torno de 1885, considerava-se uma arte discriminar uma doença mental de outra e diferenciá-las das físicas, o que provocava uma excitação intelectual aos estudiosos, o que resgatou a hipnose das mãos dos/as curandeiros/as e charlatões. Por conseguinte, a defesa da prática acima da teoria, despertou o interesse de Freud, que firmou na hipnose o interesse e crescimento progressivo de seus estudos, o que concretizou a psicanálise em 1890, e em 1891, sob a influência de Breuer segundo Millani; Valente (2008, p. 14) “evoluiu para o tratamento catártico por meio da fala, o que, por mais três décadas, o fez remodelar o mapa da mente, refinar a técnica psicanalítica, proporcionando relevante uso para os portadores de distúrbios da mente até os dias de hoje”.

Depois da Segunda Guerra, e com diversas modificações nas estruturas sociais, a comunidade profissional conclui que o hospital psiquiátrico deveria ser transformado. Mediante diversos movimentos sociais em diversos lugares do mundo, foram levantados questionamentos sem precedentes da ordem social contemporânea, rompendo com os paradigmas psiquiátricos previamente constituídos. Houve então, uma busca coletiva de uma sociedade mais livre, igualitária e solidária, com o acréscimo dos psicotrópicos, da psicanálise e da saúde pública nas instituições psiquiátricas, movimentos estes que viabilizaram a reforma psiquiátrica. Sendo traçado tal movimento conforme as características de cada país (MILLANI; VALENTE, 2008).

Foi Basaglia, um dos primeiros médicos modernos a sugerir que as práticas em saúde mental deveriam se orientar por uma linha humanística, comparando sua vivência na prisão com as condições que viviam os institucionalizados em hospitais

psiquiátricos, o que sugere um ideal que perdura até hoje, consistindo conforme Millani; Valente (2008, p. 14) “[...] a transformação radical das práticas e das instituições psiquiátricas”. Com esta negação do *status quo*, assim como a reinvenção das políticas e das práticas de saúde mental ocorre que,

Se a doença é colocada entre parênteses, o olhar deixa de ser exclusivamente técnico, exclusivamente clínico. Então, é o doente, é a pessoa o objetivo do trabalho, e não a doença. Desta forma a ênfase não é mais colocada no processo de cura, mas no processo de “invenção da saúde” e de “reprodução social do presente” (AMARANTE, 1996 *apud* MILLANI; VALENTE, 2008, p. 15).

Com a perspectiva da centralidade na pessoa, no sujeito concreto socialmente constituído, permeando a materialização da cidadania e garantia de direitos. Busca-se então a reforma das práticas manicomiais e a reinvenção das instituições, assim, podendo abalar a onipotência médica. Ao firmar os direitos de cidadania, no contexto da Reforma Psiquiátrica atual, ocorre a necessidade de novos equipamentos e dispositivos de assistência, de um novo objeto de conhecimento, onde o doente mental não necessite ser excluído socialmente para sua recuperação e tenha seus direitos de cidadania respeitados (MILLANI; VALENTE, 2008).

Se for analisado o comportamento humano por diferentes ângulos, o que é considerado como adequado pode ser questionável, pois segundo Laplantine (1998) *apud* Bisneto (2011, p. 174) “as pesquisas etnográficas mostraram que o comportamento humano varia muito nas diferentes sociedades, podendo ser tão díspar que o que é considerado adequado em uma sociedade pode não sê-lo em outra”. Esta prerrogativa questiona os padrões de comportamentos sociais ajustados ou não, especialmente no que diz respeito a concepção de doença fisiológica, devido ao fato de a medicina ser uma ciência positiva. Tais questionamentos interrogam a positividade da medicina em considerar a loucura de doença mental exclusivamente orgânica, o que traz a relatividade da loucura, dependendo de qual grupo social a determina (BISNETO, 2011).

Assim, percebe-se o longo caminho percorrido pela saúde mental entre a visão do louco como um ser desprovido de sua cidadania e liberdade, sendo visto como um sujeito aquém de direitos. Como resultado a isto, subscreve-se um processo de higienização social, excluindo os considerados alienados do convívio

social, assim como de sua própria condição humana. No evento que percorre caminhos de luta e engajamento coletivo, constrói-se um novo modelo de atendimento ávido a edificar novos caminhos na obtenção de uma sociedade onde todos os sujeitos sejam respeitados em suas particularidades, incluídos socialmente como cidadãos/as capazes de construir sua própria história.

5.1 A Saúde Mental no Brasil

Ao passo em que se instituiu o sistema capitalista na sociedade brasileira, a loucura passou a ser apropriada pela medicina, assim como na Europa, o que passou a determinar como se relacionar com a loucura. Isto definiu os asilos como lugar de verdade médica na saúde mental, concretizando as funções terapêuticas e político-administrativas, sendo o objeto de estudo a “doença” e o objetivo a “cura”. Ao fim do século XIX, o país instituiu mecanismos de exclusão/inclusão, reproduzidos até os dias atuais, através de políticas sociais, que atendam as demandas da classe trabalhadora (SILVA; BARROS; OLIVEIRA, 2002).

No Brasil colônia, a loucura não era vista como ameaça social, devido ao regime escravocrata, onde a mão de obra escrava era uma mercadoria, conforme padrões da época. Sendo que quando a loucura afetava os ricos, passava a ser tratada na Europa e os pobres soltos à própria sorte, alguns autores da época não se referiam à loucura como doença. Logo, o processo de urbanização no século XIX, em especial no Rio de Janeiro e as epidemias da época, atrapalhavam os interesses dos latifundiários e do comércio exterior, que detinham a determinação social para o “saneamento”, assim, passaram a privar a liberdade de transitar dos indesejáveis, entre eles os loucos. Isto motivou a criação da primeira instituição psiquiátrica no Brasil em 1852, o Hospital São Pedro II (SILVA; BARROS; OLIVEIRA, 2002).

A psiquiatria do século XIX resumia-se a recolher e excluir, todavia no século seguinte, além destes propósitos acrescentava-se o fator da moral. Com a instituição do Estado Brasileiro, o mesmo passa a preocupar-se com a saúde pública, fomentando normas e medidas para o enfrentamento das epidemias e da loucura. A base deste Estado, concentra-se segundo Silva; Barros; Oliveira (2002, p. 5), no “modelo de intervenção campanhista, marcado pela centralização, autoritarismo, clientelismo e populismo, próprios de um Estado oligárquico”, isto se dá pela

perspectiva de um Estado que concentra o poder e exclui as classes populares (SILVA; BARROS; OLIVEIRA, 2002).

Em prol da modernização do hospício, no âmbito liberal republicano, Oswaldo Cruz e Juliano Moreira, que diferentemente de seu antecessor substituiu a orientação francesa pela Psiquiatria Alemã, o que repercutiu sobre a discussão da etiologia da doença mental, onde o biologismo passa a explicá-la, além de fatores étnicos, éticos, políticos e ideológicos. Segundo Silva; Barros; Oliveira (2002, p. 5) “nessa gestão foi promulgada a primeira Lei Federal, nº 1.132 de dezembro de 1903, que reorganiza a assistência aos alienados, concretizando a legitimação jurídico-política da psiquiatria nacional”.

O sanitarismo das décadas de 1920 e 1930 traz a organização em grupos privados no atendimento à saúde, as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), transformadas por Getúlio Vargas em 1937, em Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), com o intuito de favorecer o desenvolvimento industrial. Todavia até os fins dos anos 50 os IAPs não contemplavam a assistência psiquiátrica, isto dava-se ao fato da psiquiatria ainda não gozar do status científico em relação a outras áreas, devido ao fato de seus tratamentos apresentarem-se ineficazes, a precarização de seus hospitais, assim como não possuir uma medicação específica. Com isto, os hospitais além de permanecerem superlotados, permaneciam no viés de prover a exclusão social (SILVA; BARROS; OLIVEIRA, 2002).

Foi então, concomitantemente ao contexto da ditadura militar que a psiquiatria começa a ser vista com novos olhares, baseado em modelos europeus de atenção à saúde mental, com sérias críticas a psiquiatria tradicional. Trabalhadores da psiquiatria e psicologia se reuniram no Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental (MTSM), organizando congressos em níveis regionais e até nacionais o que na década de 1980 originou o Movimento de Reforma Psiquiátrica. Em 1989 um projeto de Lei do deputado Paulo Delgado do Partido dos Trabalhadores (PT), que conforme Bisneto (2011, p. 35) “dispõe sobre a substituição progressiva dos manicômios por serviços psiquiátricos alternativos, é um marco histórico da luta antimanicomial, do movimento de desinstitucionalização da Psiquiatria tradicional”.

O Movimento da Luta Antimanicomial iniciou nos anos de 1980, devido à crise financeira da Previdência social, emergiram então, propostas de reformulação da assistência médica e da saúde como um todo. Houve então, a convocação da 8ª Conferência Nacional de Saúde, aonde foi revolucionada a forma de participação

social de políticas públicas, trazendo a ideia de saúde como direito, reformulação do sistema nacional de saúde e financiamento do setor. Foram convocadas na sequência Conferências específicas, como a da saúde mental, onde ocorreram muitas dificuldades, pois o setor da saúde mental do Ministério da Saúde era desfavorável aos novos olhares deste movimento. Todavia, o MTSM convocou conferências sem a participação do governo central. Nestes encontros houve uma intensa luta por “uma sociedade sem manicômios”, onde posteriormente se transformará no Movimento da Luta Antimanicomial, que prima pelos direitos dos doentes mentais, a inclusão social e a desinstitucionalização (AMARANTE; NUNES, 2018).

Ao passo da inclusão dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS)¹⁰ na Constituição Federal de 1988, abriu-se uma nova perspectiva para autonomia e o desenvolvimento das políticas municipais de saúde. Contudo, mesmo sob a vigência do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), os gestores recém-eleitos apressaram-se na instalação do SUS em hospitais psiquiátricos onde ocorriam graves violações dos direitos humanos. Com a extinção dos hospitais psiquiátricos, que não se adequavam aos princípios da reforma, criou-se uma “rede substitutiva” que se apresenta como, segundo Amarante; Nunes (2018, p. 2071) “composta não apenas de serviços descentralizados, distribuídos pelo território, mas também de dispositivos que pudessem contemplar outras dimensões e demandas da vida, tais como moradia, trabalho lazer, cultura, etc.” (AMARANTE; NUNES, 2018).

Há de se considerar que a implementação da Reforma Psiquiátrica perdura até hoje, pois os entraves colocados inicialmente pela ditadura militar foram substituídos pelo do pensamento neoliberal (BISNETO, 2011). Este ideário neoliberal reflete diretamente na materialização da Reforma Psiquiátrica, pois cria-se uma cultura onde a dependência pessoal é reconhecida e até mesmo cultivada, onde os elementos de autonomia não são valorizados. Sendo um país de capitalismo periférico, onde nossas políticas sociais são pobres e segmentadas, com exploração e desigualdades entre classes (ROSA *et al.*, 2006).

As políticas sociais são predominantemente estatais, mas também do terceiro setor, serviços estes financiáveis pelo Estado para suporte em saúde mental,

¹⁰ Vide Capítulo II, Artigo 7º, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

contudo transferindo a responsabilidade direta do mesmo. Os profissionais de saúde e de saúde mental tem uma cultura terapêutica e não focados na autogestão e cogestão dos serviços e no suporte mútuo, onde ocorre um comportamento mais elitista e segregador da loucura, subsumindo a identidade do/a usuário, dificultando a mobilização das lideranças em busca da materialização dos direitos historicamente conquistados (ROSA *et al.*, 2006).

A grande contribuição para a materialidade da Reforma Psiquiátrica somente se afirmou com a Lei 10.216/2001 que impõe um novo impulso e ritmo ao processo de transformação do modelo hospitalar/asilar, e traz grandes contribuições para a saúde mental no país. São criadas linhas específicas de financiamento pelo Ministério da saúde, destinados aos serviços abertos e substitutivos dos hospitais psiquiátricos, assim como para fiscalização, gestão e redução dos leitos psiquiátricos. Com isto é criado o Programa “De volta pra casa” para o processo de desinstitucionalização das pessoas internadas (BRASIL, 2005).

O Programa de Volta para Casa é um dos instrumentos mais efetivos para a reintegração social das pessoas com longo histórico de hospitalização. Trata-se de uma das estratégias mais potencializadoras da emancipação de pessoas com transtornos mentais e dos processos de desinstitucionalização e redução de leitos nos estados e municípios. Criado pela lei federal 10.708, encaminhada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva ao Congresso, votada e sancionada em 2003, o Programa é a concretização de uma reivindicação histórica do movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, tendo sido formulado como proposta já à época da II Conferência Nacional de Saúde Mental, em 1992 [...] O Programa possibilita a ampliação da rede de relações dos usuários, assegura o bem estar global da pessoa e estimula o exercício pleno dos direitos civis, políticos e de cidadania, uma vez que prevê o pagamento do auxílio-reabilitação diretamente ao beneficiário, através de convênio entre o Ministério da Saúde e a Caixa Econômica Federal (BRASIL, 2005, p. 17).

Também nesta visão de substituição dos manicômios que surgem os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que se constitui como um lugar de referência e de cuidado na comunidade, promotor da vida. Conforme Brasil (2015, p. 10) “o primeiro CAPS do Brasil foi criado em 1987, na cidade de São Paulo e, em 1989 foram criados, em Santos, os Núcleos de Apoio Psicossocial (NAPS), com atenção 24 horas, posteriormente denominados de CAPS III”. Após este processo os CAPS se distribuíram por diversos municípios do país, afirmando a substituição do modelo hospitalar/asilar, bem como se tornando um novo modelo de atenção à saúde mental e uso de álcool e outras drogas (BRASIL, 2015).

Os CAPS oferecem tratamento às pessoas com transtornos mentais severos e persistentes e também com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, abrange todas as faixas etárias, oferece tratamento clínico, psiquiátrico e psicológico, e visa a reinserção social dos/as usuários/as através de equipes multiprofissionais, sobre uma ótica interdisciplinar e do trabalho em rede. Também promove o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos/as usuários/as, tal como a garantia de direitos, incentivo a autonomia e exercício da cidadania, sendo uma grande conquista da Reforma Psiquiátrica para a saúde mental no país, pois promove a reinserção social e a afirmação dos/as usuários/as quanto sua posição social, histórica e cultural (BRASIL, 2005).

Outro investimento na política de Saúde Mental é a avaliação realizada pela implantação do Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares – PNASH/Psiquiatria, que visa a desinstitucionalização dos/as usuários/as. O PNASH avalia a qualidade dos leitos de psiquiatria em hospital geral, restringindo os leitos inadequados que desrespeitam os direitos humanos e as exigências mínimas de qualidade prestadas a população, sendo retirados do sistema (BRASIL, 2005).

Para consolidação da Reforma Psiquiátrica, deve haver a construção de uma rede comunitária de cuidados, sendo esta articulação de vários serviços importantíssima aos serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, para acolher a pessoa em sofrimento mental. A rede de atenção à saúde mental do SUS define-se assim como de base comunitária, sendo que sua construção busca a emancipação das pessoas com transtornos mentais. Tendo foco no território, que não se define apenas como uma área geográfica, mas nas pessoas, suas vivências, sua história de vida. Assim, trabalhar no território envolve vários componentes, onde a comunidade que propõe soluções e apresenta demandas, que podem construir objetivos comuns. Conforme Brasil (2005, p. 26) “trabalhar no território significa assim resgatar todos os saberes e potencialidades dos recursos da comunidade, construindo coletivamente as soluções, a multiplicidade de trocas entre as pessoas e os cuidados em saúde mental”.

As equipes de Atenção Básica aproximam as famílias e a comunidade, sendo um recurso estratégico para o enfrentamento de importantes problemas de saúde pública, como a saúde mental. O trabalho também se faz um aliado para inclusão social dos/as usuários/as e promoção da cidadania, contudo é um desafio da

Reforma Psiquiátrica. Pois ainda mais se tratando de uma sociedade excludente, onde não há espaço para todos/as no mercado de trabalho (BRASIL, 2005).

A Economia Solidária se faz um movimento de luta contra a exclusão social e econômica, onde surge como um processo de inclusão das pessoas com transtornos mentais do mercado de trabalho. A mesma compartilha seus princípios fundamentais com o movimento quando fazem a opção ética, política e ideológica por uma sociedade marcada pela solidariedade. Somente em 2004 que estes movimentos passam a se encontrar, tendo a reinserção social de egressos de manicômios por meio da construção de empreendimentos solidários e auto gestionários (BRASIL, 2005).

Os Centros de Convivência e Cultura (CECOs) têm desempenhado um importante papel na inclusão social das pessoas com transtornos mentais. Dentro da perspectiva da Reforma Psiquiátrica o surgimento, em variados momentos e em diversas regiões, de experiências inovadoras e de novas tecnologias para responder ao desafio do cuidado e da inclusão social. Os CECOs são espaços públicos que oferecem espaços de sociabilidade, produção cultural e intervenção na cidade, facilitam a construção de laços sociais e a inclusão das pessoas com transtornos mentais, dentro de seu território como espaços de articulação com a vida cotidiana e a cultura (BRASIL, 2005).

Todavia, um dos grandes desafios para a Reforma Psiquiátrica está no manicômio judiciário, pois é um espaço de reforço da violência e exclusão. Estes hospitais, não estão submetidos às normas de funcionamento do SUS ou a órgão de fiscalização ou reestruturação da Assistência Hospitalar Psiquiátrica, mas por órgãos da Justiça. São estabelecimentos onde as denúncias de maus tratos e óbitos são frequentes, prevalecendo o encarceramento sem o devido tratamento, o que não colabora com a ideia de reinserção social (BRASIL, 2005). A lógica punitiva e de segregação se faz presente nestes espaços, o que vai de encontro com a lógica da Reforma Psiquiátrica.

Portanto muitas são as contribuições da Reforma Psiquiátrica para a saúde mental no Brasil, assim como no mundo, principalmente pela desinstitucionalização dos/as usuários onde promove a autonomia, o exercício da cidadania e a inclusão social. Quanto aos investimentos realizados na saúde mental, apesar de diversas conquistas muito há de se fazer, visto os ataques financeiros, políticos e sociais ocasionados pela política neoliberal.

6. O PROCESSO DE ADOECIMENTO MENTAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

O adoecimento mental da classe trabalhadora torna-se visível a partir dos dados oriundos do site da Secretaria da Previdência (2019)¹¹ que traz que os transtornos mentais e comportamentais têm afastado muitos trabalhadores. Episódios depressivos, por exemplo, geraram 43,3 mil auxílios-doença em 2017, sendo a 10ª doença com mais afastamentos, mesma posição apresentada em 2016. Enfermidades classificadas como outros transtornos ansiosos também apareceram entre as que mais afastaram em 2017, ocupando a 15ª posição, onde foram constatados 28,9 mil casos. O transtorno depressivo recorrente apareceu na 21ª posição entre as doenças que mais afastaram, tendo a ocorrência de 20,7 mil auxílios.

A cobrança pela produtividade da classe trabalhadora acarreta a potencialização da competitividade, o que resulta em uma corrida frenética por objetivos que em suma maioria, jamais serão alcançados ou serão parcialmente. Isto devido ao fato que neste ideário a acumulação de riquezas se restringe a uma parte minoritária da sociedade. Além da falta de trabalho, necessidade de inserção em empregos precarizados, informais e terceirizados, dentre outras. Com a exploração da mão de obra da classe trabalhadora, em prol da obtenção da mais valia, abstrai-se dela intensas cargas de trabalho, onde lhes é retirado sua força vital, criando nela perspectivas alienadas de ascensão social que as leva para caminhos de imensas frustrações, um esvaziamento de anseios que produz um demasiado desânimo, corroborando para o adoecimento físico e mental. Conforme Werlang; Mendes (2013, p. 744) “as pessoas sofrem quando há estados de privação material, com a perpetuação da injustiça social e com a perda da liberdade em todas as suas formas e expressões”.

Em vista disso, os/as trabalhadores/as embrenhados/as em sua individualidade, são levados/as a dificuldades referentes ao sofrimento e com o passar do tempo, ficam desesperançosos e estagnam possibilidades de ação, o que repercute em sua saúde física e psíquica. Logo, sua estratégia seria então, não se

¹¹ BRASIL. 2019, [sp] < <http://www.previdencia.gov.br/2018/03/saude-do-trabalhador-dor-nas-costas-foi-doenca-que-mais-afastou-trabalhadores-em-2017/> Acesso em: 04 de mai. 2019.

preocupar com o coletivo como um tipo de mecanismo de defesa. Neste instante, o trabalho perde seu sentido principal, de dar-lhe satisfação, pois se torna uma série de atividades inúteis, desinteressante e sem conteúdo. A precariedade da vida social lhe fornece perdas concretas em todos os aspectos de sua vivência, como decorrência disto ocorre uma sucessão de medos, o de ficar sem emprego, de não ser reconhecido/a, da invalidez social. Assim, passa-lhe pela insegurança em relação ao futuro, a auto exclusão ganha corpo e a alienação ganha forma (WERLANG; MENDES, 2013).

As mais diversas violências sociais e econômicas que sofre este/a trabalhador/a estariam engendrados em certos fatores como exposto, segundo Werlang; Mendes (2013, p. 747): “os inúmeros sofrimentos a que se está exposto na contemporaneidade seriam oriundos do choque de interesses, de disposições, de estilos de vida diferentes que a coabitação apresenta, destacando-se, neste contexto, os locais de moradia e trabalho”. A realidade social seria, portanto, cruel para aqueles que não se adaptam, assim o sofrimento ganha forma das estruturas sociais violentas que geram precariedades nas mais diversas dimensões, e em contrapartida manifestam-se sob a forma de suicídio, delinquência, drogadição e em pequenas e grandes violências cotidianas. Logo, isto vem a reforçar, o individualismo e cada vez mais comportamentos cheios de desesperança e sofrimentos (WERLANG; MENDES, 2013).

A alienação que ocorre nas relações engendradas pelos sujeitos em seu cotidiano, abstrai-os da criticidade, naturalizando suas vivências de imensas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, devido ao fato que conforme lamamoto (2010, p. 48) “na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam”. Com isto, há, senão, o reforço da lógica de alienação capitalista que propicia a distribuição de papéis historicamente construídos de dominação/opressão, que reprimem os sujeitos ocasionando profundos processos de adoecimento mental.

Constituindo o sofrimento psíquico como um problema de saúde pública, pois a perda de funcionalidade reflete na vida social, isto se faz diretamente influenciado pelas políticas públicas, que dependem de investimentos no setor da saúde, ao passo que isto não ocorra as demandas podem aumentar significativamente, devido à falta de amparo a este/a trabalhador/a que necessita de atendimento imediato e de

qualidade. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) o sofrimento psíquico faz parte de grande maioria das doenças mundiais, a depressão tem características disfuncionais na vivência social e o suicídio é a segunda causa de morte entre os/as jovens (MAZZAIA, 2018). Devendo-se considerar as seguintes causas:

[...] a legião de jovens desempregados com alterações de imagem e estima altamente influenciados por uma mídia perversa; conseqüente marginalização e empobrecimento da sociedade como estímulo para a violência doméstica e abusos; questões de sobrecarga de trabalho, muitas vezes informal e a causar preocupações e estresse, além de outros aspectos a serem observados a partir de cada realidade e contexto (MAZZAIA, 2018, p. 2198).

Estas causas são, senão, oriundas do sistema capitalista vigente que produz diversas mazelas econômicas e sociais, inferindo no cotidiano dos sujeitos, processos de adoecimento tanto físico, quanto mental. Ao capital não importa a qualidade de vida, mas sim a reprodução da força de trabalho da classe trabalhadora, quando um/a trabalhador/a não é mais economicamente viável, é facilmente substituído/a pelas fileiras do exército industrial de reserva e pela engrenagem que move este sistema econômico, sendo que;

É compreensível a insensatez da sabedoria econômica, que prega aos trabalhadores que ajustem seu número às necessidades de valorização do capital. O mecanismo da produção e acumulação capitalistas ajusta constantemente esse número a essas necessidades de valorização. A primeira palavra desse ajuste é a criação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva; a última palavra, a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do pauperismo (MARX, 2008, p. 875).

Por conseguinte, tais engrenagens do sistema econômico capitalista, infere diretamente no atendimento das demandas dos/as usuários dos serviços de saúde, e não somente. Mazzaia (2018) revela que nos países considerados emergentes, ocorre um baixo investimento na saúde em relação aos países desenvolvidos, sendo preocupante o fato de haver maior investimento em internações hospitalares do que serviços da base comunitária. Outro fator preocupante é que apenas 1% dos/as profissionais tem atuação na saúde mental, além do despreparo dos/as profissionais para o atendimento do sofrimento psíquico.

Os ataques do Estado burguês neoliberal aos direitos historicamente conquistados, são fonte da precarização das políticas públicas, cada vez mais precarizadas e focalizadas. Segundo Bisneto (2011, p. 41) “[...] o avanço do

neoliberalismo que prega o Estado mínimo, em que as políticas sociais públicas são reduzidas ou repassadas para o setor privado”. Sendo este um lugar de extremas contradições onde o Serviço Social deve se tornar ativo na criação de estratégias de enfrentamento, para manutenção dos direitos conquistados e obtenção de novos. A conjuntura em que se insere o trabalho do/a assistente social, como todo/a trabalhador/a assalariado, é extremamente desfavorável, contudo esta identificação com a classe trabalhadora, em uma única cisão, pode prover processos de resistência mesmo que horas em ascensão, horas em micro revoluções. Para Bisneto (2011, p. 182);

Torna-se necessário conhecer a relação entre sociedade capitalista contemporânea e Saúde Mental, e articulá-las com a alienação social, loucura, sofrimento mental, apropriação social pelas instituições, modos de subjetivação social, institucionalização dos sujeitos. Isto dá apoio para o assistente social compreender o significado de sua atuação em Saúde mental.

Logo, para o/a assistente social torna-se fundamental apropriar-se do que diz respeito ao objeto do seu trabalho e a estrita relação deste para com a saúde mental, visto que as expressões da questão social se manifestam, dentre outras, pela precarização do trabalho e das políticas públicas, violência estrutural, mazelas econômicas e sociais, assim como os processos de resistência, sabendo que;

A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É inseparável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais (IAMAMOTO, 2010, p. 156).

Destarte, se faz de suma importância que os/as profissionais adentrem as bandeiras de luta do movimento da Reforma Psiquiátrica, que vem ao longo dos anos agregando conquistas ao atendimento referentes à saúde mental, entendendo assim que não corroborar para preservar os direitos historicamente conquistados se faz também um empecilho para materializar o Projeto Ético Político profissional.

Seria, pois, crucial definir metas para diminuir a violência estrutural que atinge a classe trabalhadora, na perspectiva de melhoria da qualidade de vida e diminuição do adoecimento mental, mas como objetivar isto em um sistema desigual e excludente, com princípios morais próprios. Sendo que a moral segundo Barroco

(2006, p.42) “[...] responde à necessidade prática de estabelecimento de determinadas normas e deveres, tendo em vista a socialização e a convivência social [...]”, por conseguinte neste sistema econômico seria duvidoso conceber que os sujeitos conseguissem em plenitude se desvencilhar da moral característica dele, sendo ela necessária para integração social.

Sequencialmente serão abordados alguns aspectos relacionados ao adoecimento mental, ocasionados ou agravados pela sociabilidade capitalista contemporânea, referente aos papéis de gênero, restritos aqui ao âmbito biológico, assim como de crianças e adolescentes.

6.1 A relação com o papel socialmente instituído à mulher

Valores de individualidade e naturalização dos processos devidos a alienação, típicos da sociabilidade capitalista, transformam o cotidiano em campos de lutas pela própria vida, pois os sujeitos tornam-se abstraídos da empatia em relação ao sofrimento do outro. Fato como a violência contra a mulher, que perpassa a violência física, mas também a violência psicológica, o uso indevido de sua imagem, dentre outros. Valores e fatos diretamente oriundos da sociedade capitalista também remetem a mulher ao adoecimento mental, pois a sociedade patriarcal alicerçada pelo capitalismo oprime a mulher em toda a sua vivência.

Ocorre, pois, certa permissibilidade quanto ao acometimento da violência contra a mulher, uma vez que, quando há a naturalização dos fatos, também há uma contradição quanto ao que é socialmente e/ou culturalmente aceito como crime. Saffioti (2001) atenta para a contradição que há entre a permissibilidade social e cultural que legitima o homem a manter sua hierarquia diante a mulher, mesmo que para isto seja utilizada a força física e como a mesma sociedade define que qualquer tipo de violência seja considerado crime, o que traz a reflexão de como os processos de dominação/opressão são naturalizados e reproduzidos sem inferir uma reflexão mais aprofundada. Isto pode ser evidenciado em uma pesquisa realizada em maio e junho de 2013 pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dentre várias questões indagadas, 91% dos entrevistados concordaram, total ou parcialmente, com a afirmativa de que “homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia”. Contudo, 89% dos

entrevistados concordaram que “a roupa suja deve ser lavada em casa” e 82% que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” (IPEA, 2014).

Por conseguinte, o adoecimento físico e mental de mulheres acometidas pela violência fica claro quando segundo Adeodato *et al.* (2005, p. 109) “mulheres procuram atenção médica com sintomas que podem sugerir uma história de violência doméstica, incluindo depressão, ansiedade e desordem de estresse pós-traumático, aumento do uso de álcool e drogas e mudanças no sistema endócrino”

No que tange a permissibilidade social em relação à violência, se têm as redes sociais como um exemplo desta prerrogativa, pois ali as imagens são compartilhadas de maneira frenética, tendo-se um difícil controle dos conteúdos expostos. Sendo estes por vezes uma agressão psicológica, moral, dentre outras, tanto às pessoas que visualizam quanto as que são vitimadas pelo vazamento de sua imagem. A estrita ligação entre o compartilhamento indevido de imagens femininas, que por sua vez venham a causar adoecimento mental e o modo de produção vigente, pode ser observada a seguir:

Há na Internet uma ampla divulgação imagética pessoal que abrange todos os momentos das vidas das pessoas comuns. Ligados a este fenômeno estão a cultura do espetáculo, a mercantilização da vida e a busca da fama como categorias específicas do sistema de reprodução social. Neste contexto, de identificação de sujeitos em sua forma jurídica e contratual, surgem novas formas de relacionamento entre jovens – através do envio de imagens íntimas por redes sociais, comunicadores instantâneos etc. – com a finalidade de ampliar virtualidades e realidades. Vem à tona a persistência – para além de um direito individual – da configuração patriarcal como representação redutora de uma modernização estabelecida e garantida com as esferas econômicas e políticas da própria riqueza abstrata quando as imagens de mulheres são mais divulgadas, repercutidas e ridicularizadas no papel/ lugar de objeto de desejo sexual de outrem (MENEZES; CAVALCANTI, 2017, p. 35).

Não obstante, é inegável que o compartilhamento de imagens íntimas, se faz uma violência por vezes irreparável, pois em alguns casos, as vítimas podem sofrer de quadros depressivos intensos chegando até a cometerem suicídio (EHRENKRANZ, 2018). Tais ações em suma maioria, são praticadas por homens motivados pelo machismo que ancorado em valores capitalistas tem a ideia de posse em relação a mulher, como se esta fosse sua propriedade, como traz Menezes; Cavalcanti (2017) inibem a liberdade da mulher em relação a seu próprio corpo, pois a mesma torna-se refém do medo de praticar quaisquer ações que venham a comprometer sua vida pública e privada. Ao passo que o mesmo não

aconteceria com um homem, pois este pode, todavia, expor seu corpo sem retaliações ou discriminações, visto que não há nele a mesma moralidade opressora construída historicamente sobre o corpo da mulher.

Deve-se considerar que a grande parcela, mais precisamente 90% da população do país, se faz representada pela classe menos favorecida economicamente (BRASIL, 2017a). Se considerarmos a exclusão social ditada por fatores socioeconômicos que corroboram para violência doméstica, cita-se alguns fatores de risco para a perpetração da violência pelo homem, representados pelo desemprego, falta de dinheiro ou baixo nível de renda, alcoolismo, baixo nível de escolaridade. Quanto à vitimização da mulher pela violência, ao levar em consideração os fatores socioeconômicos, estão dentre outros, o baixo nível de escolaridade, dependência econômica, baixo nível do status socioeconômico (IPEA, 2014). Portanto, afirma-se a prerrogativa de que a exclusão econômica ocasionada pelo sistema econômico vigente corrobora para a perpetuação da violência contra a mulher, assim propiciando também o aumento do adoecimento mental entre as mulheres.

Para manutenção deste poder histórico e culturalmente instituído, delegado aos homens, firmado em uma sociedade burguesa de desigualdades, onde ocorre a subordinação da mulher em relação a este poder, há a inferioridade salarial que chega ser de 22,9% em relação aos homens (BRASIL, 2017a), o fator cultural do cuidado unilateral dos filhos incumbido às mulheres, fazendo-as por vezes abandonar e/ou ser demitida do emprego ou a abandonar os estudos e a capacitação profissional, o que resulta em uma dependência financeira perigosa, aprisionando-as em uma relação abusiva. Beauvoir (1970) cita que a mulher traz consigo um destino nefasto traçado desde o ventre de suas mães, as mulheres passam por um fortíssimo ritual de abdicação de ideias próprias, onde as instituições inicialmente a família e posteriormente a escola, a igreja, enfim, doutrina-as para ocupar sua posição na hierarquia social, sendo esta secundária a dos homens.

Esta inferiorização da mulher em relação ao homem atinge diretamente em sua autonomia e sua autoestima, logo em sua integridade psíquica. Todavia ao sistema econômico vigente sugere-se que seria interessante a ele, desqualificar a mão de obra feminina, pois isto proporcionaria uma melhor barganha quanto ao valor pago para a mão de obra.

Quanto à função materna e o cuidado unilateral dos filhos, da casa e do marido, “agradar ao esposo” é visto como uma obrigação, pois se faz necessário em prol da manutenção do casamento tido para muitas como uma necessidade, em especial àquelas educadas com princípios guiados pela religiosidade. O casamento passa a ser um cárcere dos prazeres, das vontades, das ambições e de qualquer aspiração à independência e felicidade. Não é o casamento em si o ônus, mas as condições ao qual se alicerça. Conforme Castro (2014, p. 265, grifo nosso), “[...] nas sociedades primitivas, aquelas que não conheceram a propriedade privada, as tarefas domésticas, como a criação dos filhos, **era função de todos da comunidade**, e não apenas de uma família particular [...]”, foi somente depois que as tarefas se tornaram privativas e que o papel secundário foi atribuído a mulher, o que lhe tirou inclusive o direito do prazer sexual delegado somente aos homens. Assim foi distribuído a brutalização do “macho” e a emoção como “coisa de mulher”. Muitas lutas travaram-se desde então, contudo a liberdade sexual se faz presa ao patriarcado que monopoliza a mulher e a transforma em propriedade privada (CASTRO, 2014). A sucessiva rotina de abstenção dos prazeres, da própria felicidade e a complementariedade da fragilidade emocional, são peças-chaves para profundas angústias e tristezas.

Logo, a pressão social e cultural imposta no sentido da perpetuação do casamento em casos de violência doméstica, acarreta uma carga emocional intensa que segundo Nascimento; Brêda; Albuquerque (2015, p. 485-486);

“[...] produz sequelas nocivas ao desenvolvimento do eu. É comum mulheres, nessa situação, usarem, abusivamente, medicamentos, apresentarem pensamentos suicidas, depressão, insônia, pesadelos, ansiedade, dificuldade de tomar decisões [...]”.

Quando a mulher busca seus direitos reprodutivos e sexuais, dentre outros, ao negar sua função social preestabelecida, ela nega também o convívio com certos meios sociais, assim como muitos também lhes são negados, as aprisionando em um mundo por vezes, solitário, incompreendido. No sentido de exclusão, a solidão é razão de sofrimento (FERRAZ, 2006). Logo, uma mulher sozinha não seria, no entanto, “respeitável”, o que as torna vulneráveis de acordo com tal lógica, tendo ela que fazer por merecer um protetor. Segundo a afirmativa Beauvoir (1970) traz este protetor como sendo o “príncipe encantado”, que a salvará dos problemas, da

pobreza, da crueldade das pessoas que as cercam, lhe fornecerá riquezas, então será com ele e somente com ele que ela poderá viver feliz para sempre.

Histórias de princesas de contos de fadas são lidas nas escolas, em casa, durante toda a infância e por vezes além dela, o que incentiva à criação de uma válvula de escape ao sofrimento. Isto se faz agravante ao fato de que, quando expostas as mazelas da pobreza o pouco por vezes pode cruelmente parecer muito, um verdadeiro conto de fadas, fazendo-as exporem-se a uma dependência mais agudizada de seus parceiros, seus “príncipes encantados”. Para tal lógica a mídia, em especial a televisiva e a de radiodifusão, fazem um papel deveras ativo, assim como legitimam a violência no caso em que a mulher rejeite a felicidade que lhe está sendo ofertada. Conforme Blay (2003, p. 93), “contraditoriamente, o rádio e a televisão continuam a reproduzir em seus programas musicais os antigos sucessos em que o homem mata a mulher que não mais quer a “felicidade” que ele lhe proporcionava”.

Todavia homens, mesmo que em proporções menores, também são cotidianamente oprimidos por valores da sociabilidade capitalista, valores estes que suscitam em processos de adoecimento mental.

6.2 A relação com o papel socialmente instituído ao homem

O patriarcado¹², constituído anteriormente ao capitalismo, porém reforçado por ele, por valores individualistas e de extrema competição entre os sujeitos, instituí a figura masculina como o pilar da família e da própria sociedade. Quando o mesmo não corresponde as expectativas, é visto como incompetente, tendo sua função social menosprezada, segundo Minayo; Meneghel; Cavalcante “[...] (2012, p. 2666) o leva a descuidar de sua saúde e a negar riscos frente a qualquer falha na função de provedor. Quando afetado pela doença, ele tende a se calar e a não buscar apoio”. Observa-se nesta prerrogativa que para manter o estereótipo de homem “macho” e não expor sua suposta fraqueza, o sujeito isola-se socialmente, onde a solidão neste sentido acarreta sofrimento. O homem deve responder então as perspectivas pelas quais lhes são atribuídas, conforme Nader (2002, p. 462) “quanto ao homem, o

¹² “[...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres” (HIRATA *et al.*, 2009, p. 173).

principal papel que a sociedade lhe atribui é o de ser corajoso e calculista diante da vida”. Isto requer a habilidade de brutalizar os sentimentos e as emoções, fornecendo-lhes certa agressividade nas relações pelas quais compartilha que tanto pode ser naturalizada quanto provocar diversas angústias nos sujeitos. Como se observa na prerrogativa trazida por Nader (2002, p. 476);

O “ser homem” é um esforço que deve ser feito constantemente e qualquer falha implica perda de respeito, de poder, e causa danos irreparáveis à identidade masculina, provoca crises em todo o meio social e, principalmente, ocasiona distúrbios psíquicos, desfecha violência, assassinato e suicídio”.

Em uma sociedade capitalista patriarcal, que tem como sujeito central o homem, este por sua vez para manter-se nesta centralidade, vem a competir seja com quem for. Este homem tem a virilidade como atributo, sendo esta ligada segundo Hirata *et al.* (2009, p. 100) “a força, a coragem, a capacidade de combater, o “direito” à violência e aos privilégios associados à dominação daquelas e daqueles que não são – e não podem ser – viris: mulheres, crianças; [...] a forma erétil e penetrante da sexualidade masculina”. Tal atributo deve, todavia, ser analisado com afinco nos processos de adoecimento mental. Visto que, conforme Nader (2002, p. 476-477) “o homem, de modo geral, tem pouca confiança em sua identidade sexual. A constante cobrança da sociedade para que prove sua virilidade o deixa permanentemente alerta para enfrentar e superar as provações que a mulher nem chega a conhecer”.

Estatísticas demonstram que nos países ocidentais as taxas de mortes por agressões e acidentes entre homens são duas a cinco vezes maiores que entre as mulheres, sendo o suicídio de três a cinco vezes. Apesar de o suicídio ter múltiplas causas, a fragilidade ligada ao gênero tem um aspecto importante. Quando idosos, o suicídio, vem na perspectiva das indagações sobre valores e problemas culturais internalizados. Quando na velhice ou na doença, há uma intensa rigidez de valores exacerbando do machismo e competitividade, devido ao fato de outros adultos assumirem a função de mandantes na sociedade. Logo, a sensação de estar em segundo plano, os faz sentir-se inúteis, pelo afastamento do trabalho, dificuldades econômicas e humilhados frente a problemas quanto ao desempenho sexual (MINAYO; MENEGHEL; CAVALCANTE, 2012). Por conseguinte, dentro da sociabilidade capitalista o trabalhador somente adquire valor quando produz mais-

valia, quando não o faz perde sua função social, sendo isto introjetado nos sujeitos que por vezes perdem o sentido da vida. A cobrança pelo *status* econômico, como provedor central da família, é própria de um sistema econômico opressor, que mantém a ganância do trabalhador, assim como aspirações de poder, em prol da manutenção da virilidade, onde a busca incessante disto interfere diretamente em sua integridade psíquica.

Quando se chega ao agravamento do adoecimento psíquico, levando ao extremo de suicidar-se, os seres humanos são julgados e discriminados, conforme afirma Marx (2006, p. 26) “[...] faz-se do suicídio um ato de covardia, um crime contra as leis, a sociedade e a honra”. Contudo não se observa os fatores que levaram este sujeito a este ato, sendo estes com forte apelo da opressão gerada pelo sistema econômico de produção, conforme o trecho a seguir:

Em outros termos, para Marx/Peuchet, a crítica da sociedade burguesa não se pode limitar à questão da exploração econômica – por mais importante que seja. Ela deve assumir um amplo caráter social e ético, incluindo todos os seus profundos e múltiplos aspectos opressivos. A natureza desumana da sociedade capitalista fere os indivíduos das mais diversas origens sociais (MARX, 2006, p. 17-18).

Por conseguinte, 11 mil pessoas tiram a própria vida em média por ano no Brasil, onde apesar da maioria das tentativas de suicídio serem entre as mulheres 69% dos casos, são homens os mais concretizam o mesmo ficando em 79%. Os dados do Ministério da Saúde trazem a alta taxa de suicídio entre idosos com mais de 70 anos, onde foram registradas médias de 8,9 mortes por 100 mil nos últimos seis anos, sendo que a média nacional é 5,5 por 100 mil. O que também chama a atenção o alto índice entre jovens, principalmente homens e indígenas. O diagnóstico do Ministério da Saúde registrou entre 2011 e 2016, 62.804 mortes por suicídio, a maioria (62%) por enforcamento. Os solteiros, viúvos e divorciados, foram os que mais morreram por suicídio, 60,4%. Também em meio aos jovens de faixa etária entre 15 a 29 anos, o suicídio é maior dentre os homens, cuja taxa é de 09 mortes por 100 mil habitantes. Entre as mulheres, o índice é quase quatro vezes menor, 2,4 por 100 mil habitantes. Por conseguinte, os dados demonstram que quando há a intervenção do CAPS, o risco de suicídio diminui em 14% (RIO GRANDE DO SUL, 2017).

A relação entre a intervenção do CAPS e a diminuição da taxa de suicídio, demonstram a importância da intervenção do Estado através de políticas públicas efetivas no âmbito da prevenção e tratamento do adoecimento mental. Pois quando somente seletivas e paliativas acabam por não atender as necessidades da população, banalizando a vida dos sujeitos.

Uma cartilha elaborada pelo Ministério da Saúde para as campanhas do setembro amarelo expõe alguns fatores que podem aumentar a vulnerabilidade quanto ao risco do suicídio, o que corrobora com o pressuposto de que alguns são resultantes das engrenagens do sistema econômico capitalista;

[...] como a exposição ao agrotóxico, perda de emprego, crises políticas e econômicas, discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, agressões psicológicas e/ou físicas, sofrimento no trabalho, diminuição ou ausência de autocuidado [...] (BRASIL, 2017b, p. 5).

Observa-se a presença da seguinte prerrogativa quanto a exploração do/a trabalhador/a nas mais diversas formas, sem importar-se com sua qualidade de vida, assim como a imposição de uma sociedade patriarcal e discriminatória em relação ao gênero, também situações expostas na vida dos sujeitos e não observadas pelos/as demais, que movidos/as pela alienação do cotidiano, reproduzem o individualismo e falta de empatia.

Não obstante, o adoecimento mental ocasionado por valores ligados a dominação/opressão, oriundas da sociabilidade capitalista, abrange tão somente em relação ao gênero, mas também as diversas faixas etárias, como vimos brevemente e também veremos na sequência, onde apesar de pouca vivência as crianças e adolescentes já sentem os reflexos do adoecimento mental interligado ao modo de produção vigente.

6.3 A relação à criança e o/a adolescente

A construção da fase compreendida como adolescência não é um processo natural, mas uma construção histórica, um fenômeno social. Conquanto, as transformações corporais, referentes a uma fase de turbilhões hormonais que geram diversos processos agindo diretamente na formação corporal, se fazem sim, um processo natural. Características vistas antigamente como funcionais, por exemplo,

os seios femininos para amamentar e a força muscular dos meninos para trabalhar, atualmente são símbolos da beleza e sexualidade (BOCK, 2007). Tais atributos podem, por vezes, levar ao início precoce da vida sexual, que mal planejada pode levar a uma gravidez indesejada, o que resulta em diversos problemas psíquicos. Meneses *et al.* (2008, p. 52), cita que:

Freitas e Botega realizaram um estudo para determinar a prevalência de depressão, ansiedade e ideação suicida em adolescentes grávidas, verificando possíveis associações com variáveis psicossociais e observando prevalências de 23,3% para ansiedade, 20,8% para depressão e 16,7% para ideação suicida, que apresentou relação estatisticamente significativa com depressão e com o fato de a adolescente não ter um companheiro.

A situação socioeconômica baixa torna-se um fator de risco para gravidez não desejada, o agravamento desta situação se dá pelo abandono dos estudos (MENESES *et al.*, 2008). O que denota que o maquinário socioeconômico capitalista, negligencia situações de risco no que diz respeito a gravidez mal planejada na adolescência. O abandono dos estudos acarreta em uma inserção precarizada no mercado de trabalho, com isto uma sobrecarga de funções em uma fase que deveria ser de formação da identidade.

Esta formação de identidade como um grupo social que possui características próprias manifestadas por, conforme Bock (2007, p. 69) “crises de identidade e busca de si mesmo; tendência grupal; necessidade de intelectualizar e fantasiar; atitude rebelde; onipotência e outras”. Nesta fase, ocorre que, segundo Bock (2007, p. 65) “lutos e fragilidades psíquicas afloram neste período em que o adolescente tende a buscar autonomia, liberdade, prazer e status, agindo de maneira compulsiva e agressiva”. Tais acometimentos da adolescência ocasionam a emergência de uma diversidade de emoções muitas vezes de difícil controle, que podem ser levadas à processos de adoecimento que merecem a devida atenção.

Com a Revolução Industrial, o trabalho se sofisticou, passou a exigir qualificação, o que prolongou a passagem dos jovens no meio escolar. O desemprego estrutural existente na sociedade capitalista trouxe a exigência do retardo do ingresso deste/a jovem no mercado de trabalho. Logo, criou-se um novo grupo social com padrão coletivo de comportamento, afastado dos pais e da família como exigência social (BOCK, 2007). O mercado de trabalho quanto a dificuldade de inserção é vista como degradação, como crise. Para este processo, difere-se em cada classe social. Para os/as do meio popular está ligado a normas tradicionais e o

desemprego é vivido como exclusão; já os da classe média desvalorizam o trabalho assalariado, o desemprego é vivido como tempo para projetos existenciais (BOCK, 2007). Logo, a adolescência se faz, não somente como uma criação da sociedade moderna, mas diretamente influenciada por ela, criando diversos acometimentos a vida destes sujeitos que corroboram para o ataque a sua saúde mental.

A sociabilidade capitalista se expressa pela necessidade dos sujeitos em colocar os interesses individuais, acima do coletivo. Nos jovens, tais valores centralizam a figura do “eu” e manifestam-se através da carência em expor-se para o outrem, assim como a necessidade que estes o aceitam, onde as redes sociais neste sentido, se fazem instrumentos para materializar esta necessidade. Conjuntamente aos *likes*, produtos são comercializados em altas proporções e neste processo também se comercializa a vida humana.

A publicitação que é feita em torno das redes sociais, com objetivos puramente comerciais, se faz um atrativo para a exposição dos sujeitos. Moreira *et al.* (2017) traz que nas relações sociais virtuais a relação entre o público e o privado se faz cada vez mais limítrofe, especialmente entre os adolescentes que buscam a aceitação social, ocorre o compartilhamento de tais relações que antes se restringiam a intimidade, agora são viralizadas publicamente. Nos relacionamentos amorosos via rede, o que se busca no outro, não necessariamente é o que se encontra, trazendo profundas frustrações. Logo manter os relacionamentos a distância conduz a ver no/a parceiro/a perfeição, manter o gozo, ambicionando a pura satisfação pessoal, típica de uma sociedade que preza pelo egoísmo. Conforme Moreira *et al.* (2017, p. 15) “diante de tantas exigências de exaltação de si, de felicidade, de amor e consumo, as pessoas, que, muitas vezes, a qualquer custo se sentem compelidas a atendê-las, tornam-se vulneráveis ao sofrimento”.

A rede de comércio digital, que emergiu desde os anos 2000, incita a exposição da privacidade, da imagem íntima, relativos a sexualidade e corporalidade. O abuso sexual torna-se então uma nova forma de violência entre parceiros, o que pode ocasionar alguns agravos a saúde, até mesmo o suicídio (FLACH; DESLANDES, 2017). Sendo os/as adolescentes extremamente expostos a estas situações, devido a características próprias da faixa etária, conforme a seguinte prerrogativa:

Como já reportado pelos estudos da área, os adolescentes são extremamente vulneráveis a essas modalidades de violência. A sociabilidade digital atrai de forma particular os adolescentes, que no processo de construção da identidade incorporam a Internet ao seu cotidiano e nela se expressam e se expõem. As tecnologias digitais suscitam aos adolescentes a hiperexposição de sua imagem, de forma voluntária e sem crivos críticos ou protetivos. Assim, postagens com conteúdos íntimos podem ser replicadas sucessivamente para terceiros (FLACH; DESLANDES, 2017, p. 3).

Por conseguinte, a preocupação com a imagem e com a aceitação social por parte dos adolescentes em sua conturbada fase da vida, em uma sociedade onde é preconizado o individualismo, o consumo, com isto a busca por corpos perfeitos, modificados a partir de procedimentos estéticos altamente lucrativos. Os/as adolescentes, em busca desta aceitação social, apresentam perturbações de ordem emocional, enfrentando diversas insatisfações, conforme;

As dificuldades dos adolescentes em lidar com a imagem corporal estão relacionadas a sintomas de baixa autoestima, ansiedade e depressão os quais, por sua vez, podem predispor a inúmeros comportamentos que põem em risco a vida do indivíduo e, especificamente, a pensamentos e comportamentos suicidas o que faz com que a imagem corporal constitua um potencial fator de risco para o suicídio nessa fase da vida (CLAUMANN *et al.*, 2018, p. 5).

O mesmo corpo que anseia por atenção, pode ser alvo de perversões sexuais por parte de adultos, como a exploração sexual. Krüger *et al.* (2013) traz que o abuso sexual, não se caracteriza como expressão da questão social, no entanto as relações sociais complexas subscritas de desigualdades sociais, são marcadas pela lógica do Capital. Ao passo que a maioria da população vivencia a privação e/ou dificuldade de acesso aos direitos, há a violação de direitos, dentre eles a exploração sexual de crianças e adolescentes. Neste âmbito o sistema de produção capitalista, impõe desafios de sobrevivência a seus membros, o que reflete no posicionamento das famílias que estão em situação de vulnerabilidade social no caso de convivência em relação a esta exploração. Pois quando expostas a uma infinidade de carências econômicas, sociais e culturais, por sua vez expõem-se a qualquer oferta de amenização do seu sofrimento.

Quando expostas a violência sexual, crianças desenvolvem diversos agravos a sua saúde física e mental, que tendem a refletir em suas aspirações futuras, tais agravos manifestam-se de tal forma, segundo Deslandes *et al.* (2016, p. 866);

Os danos físicos e emocionais da VS a crianças e adolescentes variam: desde doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), lesões geniturinárias e gravidezes indesejadas até manifestações como desconfiança, dificuldade de expressão, baixa autoestima, isolamento, comportamento agressivo e/ou defensivo, retraimento e depressão.

Não obstante, também a de se considerar que as famílias expostas as mais diversas situações de vulnerabilidade social, em prol de uma complementação de renda explorem a mão de obra infantil. Alberto (2010) traz que o trabalho expresso de maneira formal, informal, rural, enfim de diversas maneiras, sendo praticado por crianças e adolescentes, ainda se faz presente no país apesar de diversas legislações que coíbem tais atividades, onde criam uma relação estrita entre a entrada precoce no mundo do trabalho e sua saúde mental e física, pois o mesmo interfere diretamente em seu desenvolvimento.

Este trabalho especialmente praticado na informalidade da rua, se expressa por longas jornadas de trabalho, em situações extremamente insalubres, expostos à violência e o uso de drogas, também pelo assédio moral, descrito via humilhações e constrangimentos. Ocorre também a violência institucional devido a omissão do Estado devido à falta de políticas sociais destinada a tais situações. Além da família, outros indivíduos veem na mão de obra barata um extremo atrativo para abstrair ao trabalho estas crianças e adolescentes. Estes por sua vez, não necessariamente sofrem de doenças e loucura, conquanto isto não signifique que privados dos prazeres, não se tornam expostos ao sofrimento (ALBERTO, 2010).

Logo, esta faceta do sistema econômico, onde para sua reprodução utiliza diversas formas de exploração de toda e qualquer mão de obra, barateando-a ao máximo, propiciando a concorrência desenfreada de seus membros. O trabalho então ao invés de satisfação proporciona desprazeres, insatisfação, sofrimento físico e mental.

Sobrepujar tais pressões do mundo do trabalho de imediato seria um passo demasiadamente difícil, mas é possível dignificar tais processos, como prestar um atendimento humanizador às demandas das pessoas acometidas de patologias referentes à saúde mental. É neste âmbito que deve se inscrever os/as assistentes sociais, prezando pelo atendimento de qualidade, respeitando o Código de Ética da categoria, suas legislações em prol da materialização do seu Projeto Ético-político.

7. CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL I DRº CAIO ESCOBAR

O CAPS I Drº Caio Escobar localiza-se na zona urbana do município de São Borja na Rua Eddie Freire Nunes, nº 1496, Bairro Centro, encontra-se próximo a Secretária de Saúde do município, assim como do Hospital Ivan Goulart, instituições de suporte ao atendimento da instituição. O Centro de Referência Assistência Social (CRAS), instituição de referência dos/as usuários/as do CAPS I, também se localiza na região da instituição, tal como o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) que faz parte da rede de atendimento em Saúde Mental, parceira em diversas atividades destinadas a melhoria dos serviços prestados. O atendimento é ambulatorial substituindo o modelo hospitalar/asilar, incentivando a autonomia dos sujeitos. É realizado atendimento domiciliar nos casos da não possibilidade de deslocamento do/a usuário/a à instituição, quando solicitado pela família ou pela equipe do Programa de Saúde da Família (PSF), em caso de resistência ao tratamento, evasão do CAPS.

A instituição foi criada em março de 2003, sua criação considera a Lei 10.216/2001 que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental”, onde demonstra a responsabilidade do Estado em prover o atendimento em estabelecimentos públicos as pessoas com transtornos mentais, conforme o Art. 3º desta Lei;

É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

A instituição também segue a portaria 3.088/2011 que “institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”, demonstrado no Art. 7º desta Lei;

Art. 7º O ponto de atenção da Rede de Atenção Psicossocial na atenção psicossocial especializada é o Centro de Atenção Psicossocial.
§ 1º O Centro de Atenção Psicossocial de que trata o caput deste artigo é constituído por equipe multiprofissional que atua sob a ótica interdisciplinar

e realiza atendimento pessoas com transtornos mentais graves e persistentes e às pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em sua área territorial, em regime de tratamento intensivo, semi-intensivo, e não intensivo.

§ 2º As atividades no Centro de Atenção Psicossocial são realizadas prioritariamente em espaços coletivos (grupos, assembleias de usuários, reunião diária de equipe), de forma articulada com os outros pontos de atenção da rede de saúde e das demais redes.

§ 3º O cuidado, no âmbito do Centro de Atenção Psicossocial, é desenvolvido por intermédio de Projeto Terapêutico Individual, envolvendo em sua construção a equipe, o usuário e sua família, e a ordenação do cuidado estará sob a responsabilidade do Centro de Atenção Psicossocial ou da Atenção Básica, garantindo permanente processo de cogestão e acompanhamento longitudinal do caso.

§ 4º Os Centros de Atenção Psicossocial estão organizados nas seguintes modalidades:

I - CAPS I: atende pessoas com transtornos mentais graves e persistentes e também com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas de todas as faixas etárias; indicado para Municípios com população acima de vinte mil habitantes;

Os CAPS estão vinculados a política de saúde, oferecem tratamento às pessoas com transtornos mentais severos e persistentes e também com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas de todas as faixas etárias oferecendo tratamento clínico, psiquiátrico e psicológico, visando a reinserção social dos/as usuários/as através de equipes multiprofissionais, sobre uma ótica interdisciplinar e do trabalho em rede. Também promove o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos/as usuários/as, tal como a garantia de direitos, incentivo a autonomia e exercício da cidadania.

A noção de território é trabalhada em todos os aspectos, visto que território são as pessoas, suas vivências, suas histórias. É nessa noção que se organiza a rede de atenção às pessoas que sofrem com transtornos mentais, suas famílias e aqueles por quem delas se interessarem, sendo elas o eixo organizador desta rede. Os CAPS devem assumir um papel estratégico na articulação desta rede, tanto na assistência direta quanto na regulação da rede de serviços de saúde, na promoção da vida comunitária e autonomia dos usuários, articulando todos os recursos existentes, desenvolvendo projetos terapêuticos e comunitários (BRASIL, 2004).

O objetivo dos CAPS é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. É um serviço de atendimento de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos (BRASIL, 2004, p. 13).

Também nacionalmente os CAPS visam:

Prestar atendimento em regime de atenção diária; gerenciar os projetos terapêuticos, oferecendo cuidado clínico eficiente e personalizado, promover a inserção social dos usuários através de ações inter setoriais que envolvam educação, trabalho, esporte, cultura e lazer, montando estratégias conjuntas de enfrentamento dos problemas. Os CAPS também têm a responsabilidade de organizar a rede de serviços de saúde mental de seu território; dar suporte e supervisionar a atenção à saúde mental na rede básica, PSF (Programa de Saúde da Família), PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde); regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental de sua área; coordenar junto com o gestor local as atividades de supervisão de unidades hospitalares psiquiátricas que atuem no seu território; manter atualizada a listagem dos pacientes de sua região que utilizam medicamentos para a saúde mental (BRASIL, 2004, p. 13).

Este sistema de gestão está regulamentado pela Lei 8.080/1990 que “Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a reorganização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”. Esta legislação regula os serviços de saúde, seu funcionamento a nível Federal, Estadual e Municipal em instituições públicas de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS. Em seu Artigo 7º, inciso IX fala sobre a “descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo” onde e traz em suas alíneas “a) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios; b) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde”. O que regulamenta a hierarquização entre a 12ª Coordenadoria Regional de Saúde e a Secretaria de Saúde do município pela qual responde o CAPS I e onde se materializa os espaços de decisão da instituição.

7.1 Serviço Social no CAPS I Drº Caio Escobar

O/a usuário/a pode fazer um acompanhamento intensivo onde frequenta diariamente o serviço, acompanhamento semi-intensivo onde frequenta mais de uma vez por semana e o acompanhamento não intensivo onde o acompanhamento é mensal. O atendimento é ambulatorial substituindo o modelo hospitalar/asilar, incentivando a autonomia dos sujeitos. É realizado atendimento domiciliar nos casos da não possibilidade de deslocamento do/a usuário/a à instituição, quando solicitado pela família ou pela equipe do PSF, em caso de resistência ao tratamento ou evasão do CAPS.

As demandas para o Serviço Social apresentam-se de maneiras diversas referentes a usuários/as internos, como encaminhamentos de suporte nutricional e isenção para documentação de registro geral, solicitação de isenção para vale transporte, visitas domiciliares, laudos sociais, dentre outros. Também realiza atendimento aos usuários/as e familiares para os mais diversos encaminhamentos, assim como atendimentos individuais e coletivos.

Os/as assistentes sociais ao interferirem nas demandas sociais, ele/a se coloca na linha entre a esfera pública e privada, sendo um agente do Estado no espaço doméstico, podendo representar uma invasão de privacidade com condutas autoritárias e burocráticas, como um agente coercitivo deste Estado. Por outro lado, pode expandir o acesso das famílias a serviços e direitos sociais, além de, através de estudos sociais, expandir a visibilidade das expressões contemporâneas da questão social. Portanto, a contradição exposta dentro dos espaços públicos torna-se um espaço contraditório de lutas coletivas políticas (IAMAMOTO, 2009).

As demandas do Serviço Social nas instituições de Saúde Mental no Brasil se dão por parte dos/as usuários/as devido às mazelas sociais pelo qual os/as mesmos/as são atingidos/as, devendo ser prestada uma assistência social conjugada à assistência psiquiátrica, como atenção à família e a concessão de benefícios. Quanto por parte dos profissionais de Saúde Mental que veem os transtornos mentais como fundamental no processo de desinstitucionalização e para os donos e dirigentes de hospitais psiquiátricos ou serviços da área, como uma forma de reduzir custos e gerar lucro (BISNETO, 2011).

Desde a consolidação do Código de Ética de 1986 onde o Serviço Social rompe com o conservadorismo e a neutralidade, afirmando-se com um perfil técnico e não mais apenas um agente subalterno e executivo, exercendo suas funções de maneira técnica, teórica e política. O/a profissional passa a estar diretamente imbricado/a nos interesses da classe trabalhadora, amadurecendo seus interesses juntamente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, após este momento houve a necessidade de revisão do presente código o que ocorre em 1993. O referido código tem dentre outros a liberdade como valor central, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, defesa do aprofundamento da democracia, posiciona-se em favor da equidade e justiça social, empenhar-se em favor da eliminação de toda forma de preconceito (BRASIL, 1993).

Estar diretamente envolvido com os princípios do Código de Ética é fundamental para que a qualidade dos serviços prestados à população seja efetivada, sendo um compromisso de todo/a profissional como um/a agente criativo/a, propositivo/a, ético/a e transformador/a da realidade em prol da superação da ordem societária vigente, outro princípio fundamental do presente Código.

Este/a profissional também deve estar comprometido com o Projeto Ético-Político da categoria, atento as demandas dos/as usuários/as, mas também como um/a trabalhador/a assalariado/a atento/a as demandas institucionais. Para analisar os espaços sócio ocupacionais nos quais se insere o/a profissional, deve-se considerar o momento histórico que se vive mundialmente. A busca pelo lucro incessante atinge diretamente os direitos e a vida dos trabalhadores, sendo que a busca pela saída da crise envolve a exploração direta do trabalho, extraindo ao máximo a mais-valia, expandindo os monopólios, subsumindo recursos naturais e a própria vida humana. Onde a ampliação da questão social se faz um farto campo de atuação para o Serviço Social na última década. O consenso de classes é alimentado por diversos fatores como a mídia, que a serviço do capital manipula as informações prestadas à população, também a contrarreforma do Estado transparecendo favorecimento a esta população, reorganizando os gastos públicos em prol do grande capital (IAMAMOTO, 2009).

O espaço ocupacional é um produto histórico condicionado pela hegemonia e as repostas teórico-práticas políticas da profissão. A correlação de forças de classe e grupos cria as condições para o profissional agir guiando-se com suas habilidades técnicas e políticas nos novos tempos. Assim o espaço sócio ocupacional não pode ser visto como algo já previamente determinado, mas um espaço com demandas que se renovam historicamente. Sendo assim, a autonomia do/a assistente social é condicionada pelas lutas hegemônicas da sociedade que podem alargar ou suprimi-la. A coletividade da categoria apoia-se nos conhecimentos teórico-metodológicos referentes ao Serviço Social, nas relações entre Estado e sociedade de classes e em princípios éticos e políticos que norteiam o comportamento dos profissionais (IAMAMOTO, 2009).

Para tanto o/a profissional deve estar atento/a à sua condição de trabalhador/a assalariado/a, sendo assim de sua autonomia relativa, mas estar ciente de seu compromisso com os/as usuários/as, proporcionando um serviço de qualidade baseados nos preceitos do Projeto Ético-Político da profissão. As

demandas são diversas assim como os desafios, contudo o/a profissional deve ter a real dimensão do seu trabalho e o comprometimento com a profissão, assim como, ser um agente ativo de mudança mesmo que em nível micro societário.

7.2 Identificação das expressões da questão social no CAPS I Drº Caio Escobar

A lógica liberal em tempos de mundialização de capital tem no mercado o grande regulador das relações sociais, estimulando o individualismo e a competitividade, desarmando o trabalhador das lutas coletivas. Assim abre espaço para as privatizações e mercantilização das necessidades, transferindo ao Estado somente apaziguar a extrema pobreza. Cresce então o desemprego e a mão de obra excedente, incentivando a desregulamentação e informalização do trabalho. As políticas sociais tornam-se paliativas ofertando os mínimos sociais e incentivando o consenso das classes (IAMAMOTO, 2009).

Tem-se, portanto algumas das expressões sociais que assola a classe trabalhadora. A pobreza apresenta-se como uma das principais características dos/as usuários/as da instituição, por ser uma instituição pública ligada a política de saúde, atende os princípios do SUS de gratuidade, integralidade, equidade e universalidade, estando aberta para quem dela necessitar, contudo em suma maioria os/as usuários/as que demandam dos serviços são aqueles atingidos pelas mais diversas privações sociais e econômicas.

A questão social, a pobreza, a miséria e todas as suas manifestações passam a serem naturalizadas e vistas como um problema individual no momento em que classe burguesa perde seu intuito revolucionário. As manifestações da questão social passam a ser vistas como déficit educativo, problema de planejamento, problemas de ordem moral-comportamental, todas descoladas das imposições do sistema econômico, surgindo às bases da cultura da pobreza. A ação passa a ser de educação e filantropia, surgindo os abrigos para os pobres e as organizações de filantropia e caridade (MONTAÑO, 2012).

No contexto neoliberal a pobreza também é vista como um problema individual, devolvendo-o para a filantropia, a intervenção social, o terceiro setor, filantropia empresarial e o voluntariado. As ações do Estado passam a ser focalizadas na extrema pobreza, precarizadas, regionalizadas e passíveis de clientelismo. Nesta sociedade o acúmulo é necessário, contudo a riqueza acumulada

nas mãos de uns/as gera a extrema pobreza nas mãos de outros/as. A pobreza é, portanto, a manifestação da exploração entre capital e trabalho, sendo para os neoliberais algo necessário para a produção e reprodução da acumulação privada de capital (MONTAÑO, 2012).

Dentro desta lógica de exploração da força de trabalho, ocorre a necessidade de um conjunto de situações que forcem os trabalhadores a venderem esta mesma força de trabalho pelo preço mais favorável ao capitalista, para assim estimular o processo de acumulação, dentre estes a formação de uma massa de trabalhadores excedente a qual se encontra na penumbra da miséria, ditando as regras do mercado de trabalho.

Logo, o desemprego se mostra como uma expressão da questão social na instituição no momento em que os benefícios recebidos pelos/as usuários/as tornam-se uma fonte de renda para suas famílias, forçando a situações como a retenção do cartão bancário. Esta situação também pode vir a gerar uma abstração da autonomia do/a usuário/a no momento em que ele/a não usufrui de seu benefício, o que fere o Artigo 2º da Lei 10.216/2001, inciso III que diz respeito ao direito de a pessoa com transtorno mental “ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração”.

A violência intrafamiliar mostra-se como outra expressão da questão social presente na instituição, sendo que esta violência não é só no espaço onde ocorre, mas também nas relações construídas. A violência se caracteriza como,

[...] toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra (BRASIL, 2001b, p. 15).

A violência intrafamiliar torna-se uma demonstração de dominação/opressão, expressões de uma sociabilidade onde estes fatores imperam no cotidiano social, onde os considerados mais fortes impõem esta condição àqueles que por algum motivo não possuem as condições necessárias para defender-se.

Dentre a violência intrafamiliar destaca-se a violência física com agressão, causa de dano não acidental, castigo repetido e não severo. Violência psicológica que se manifesta das seguintes maneiras:

Insultos constantes, humilhação, desvalorização, chantagem, isolamento de amigos e familiares, ridicularização, rechaço, manipulação afetiva, exploração, negligência (atos de omissão a cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros), ameaças, privação arbitrária da liberdade (impedimento de trabalhar, estudar, cuidar da aparência pessoal, gerenciar o próprio dinheiro, brincar, etc.), confinamento doméstico, omissão de carinho, negar atenção e supervisão (BRASIL, 2001b, p. 20-21).

Ocorre também a violência econômica e financeira devido ao fato de conforme Brasil (2001b, p. 21) “uso dos recursos econômicos de pessoa idosa, tutelada ou incapaz, destituindo-a de gerir seus próprios recursos e deixando-a sem provimentos e cuidados”. O uso abusivo de álcool e outras drogas também se manifestam no atendimento do/a Assistente Social, vindo por vezes das situações supracitadas, contudo são as construções vividas pelos indivíduos que refletem em suas ações, impulsionados pelo seu meio social, cultural, econômico e histórico.

Estas são as expressões da questão social, mais significativas acompanhadas pelo CAPS I, contudo intrinsecamente a estes processos há possibilidades de desenvolvimento de muitas outras, deve o/a profissional estar atento para a totalidade das situações e realizar o desvendamento da realidade posta.

7.3 A Intervenção no CAPS I e na Escola Técnica Olavo Bilac

Devido as precariedades econômicas, sociais e culturais presentes no cotidiano dos/as usuários/as da instituição CAPS I, adveio a motivação para a aplicação do projeto de intervenção internamente na mesma. No entanto, a pedido anterior de professoras da Escola Estadual Técnica Olavo Bilac à coordenadora do CAPS I, a assistente social Elisane Ferreira, quanto a possibilidade de realização de atividades na Escola com temáticas semelhantes as abordadas em meu projeto de intervenção, a assistente social sugeriu então que expandisse o projeto à esta Escola, onde fui prontamente recebida.

Ainda não há a presença de assistentes sociais na escola, e apesar de recentemente o Plenário da Câmara dos Deputados aprovar proposta que obriga as redes públicas de educação básica a terem equipe multiprofissional com psicólogo e assistente social (PL 3688/00), tendo como relatora a deputada Jandira Feghali

(PCdoB-RJ), tal proposta foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro, sendo alegado que há inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. Deputados e senadores irão analisar o veto quando ele for incluído na pauta do Congresso Nacional (AGÊNCIA SENADO, 2019). Não se faz surpreendente o veto presidencial, que novamente expõe interesses privados, como se fossem públicos.

A importância da presença de assistentes sociais se dá na perspectiva de que com os ataques neoliberais aos direitos conquistados pela Constituição de 1988, e com desmonte destes direitos reduzindo os investimentos e aumentando as privatizações, as políticas públicas passam a ser precarizadas, dentre elas a educação. Logo, sendo a educação garantida por diversas legislações, no viés da formação dos sujeitos para exercício da cidadania, preparando para o trabalho e participação na sociedade. Estes direitos devem, pois, ser perseguidos por todos/as os/as profissionais da educação, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do/a adolescente. Por conseguinte, dado a complexidade da realidade social e a percepção de que a escola está inserida neste processo, e devido as mazelas sociais enfrentadas pelos/as alunos/as em seu cotidiano, isto incita a desmotivação e a evasão escolar. Com isto é trazido a primazia do Estado em garantir que os direitos destes sujeitos à educação estejam garantidos, o que identifica a importância da inserção de assistentes sociais neste campo de atuação, via Estado, pois isto propiciaria a realização de encaminhamentos a assistência e serviços sociais, em prol da permanência destes alunos na escola (CFESS, 2001).

Com isto prover ações de aproximação do Serviço Social com a Política de Educação, pode vir a demonstrar a importância destes/as profissionais neste âmbito de atuação, visto que segundo as diretrizes curriculares o profissional de Serviço Social é o,

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 1999, p. 1).

No que tange as intervenções realizadas na Escola Estadual Técnica Olavo Bilac e no CAPS I Drº Caio Escobar, que proporcionaram os dados de análise da

realidade deste RTP, foram abordadas temáticas sobre como a sociedade capitalista engendra situações que agravam e/ou acarretam o adoecimento mental. Sendo programados seis encontros em cada instituição, no entanto sendo efetivados quatro encontros, com uma média de 30 alunos do 9º ano do ensino fundamental na escola e 15 usuários/as no CAPS I.

Considerando as metas propostas, apesar do empenho da acadêmica em cumprir com os seis encontros previstos e marcados na escola no mês de março 2019, foi possível a realização de apenas quatro, pois um dia houve uma paralização não prevista, outro dia marcado a vice-diretora solicitou que não fosse realizado o encontro, pois os/as alunos/as estariam em revisão de provas que se encontravam atrasadas e outro dia foi o primeiro “Dia D” do ano de 2019. A atividade é parte do processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas escolas das redes pública e privada do Rio Grande do Sul. A professora orientadora que foi o contato existente na escola e marcou as datas dos encontros de acordo com a disponibilidade, não previu esta data especificadamente. Devido a indisponibilidade de datas de acordo com a orientadora prof^a Geruza, foi possível dos três encontros desmarcados, a remarcação de apenas um encontro.

Já no CAPS I foram previstos seis encontros, no entanto foi possível a realização de apenas quatro, por vezes pelas limitações de saúde da estagiária, incluindo um acidente de motocicleta, outra vez a colega de estágio extrapolou o tempo que havia sido acordado entre ambas estagiárias para aplicação dos projetos de intervenção das mesmas, tendo que ser adiado o encontro. Como foi optado pela execução dos encontros nas sextas-feiras, para dar continuidade sempre com os/as mesmos/as usuários/as, houveram feriados e comemorações festivas, o que impossibilitou a realização dos encontros nas datas específicas.

Uma das dificuldades no CAPS foi trazer as temáticas de uma maneira leve para não acarretar desconforto entre os usuários/as, pois os/as mesmos/as estão acostumados/as a lhe exporem certa infantilização por parte tanto da família, quanto dos profissionais da instituição. Contudo no último encontro foi percebida maior maturidade e participação nas discussões, o que traz a hipótese que os encontros contribuíram para tal.

Na escola, no entanto, a dificuldade se deu devido à falta de maturidade de alguns/as aluno/as, onde suas idades variaram entre 14 a 16 anos, pois foi optado em realizar os encontros com o 9º ano do ensino fundamental, por avaliar

juntamente com a orientadora da Escola, ser uma idade que compreenderia os assuntos discutidos. Foi um desafio mantê-los concentrados/as e evitar discussões dispersas, apesar de tais discussões se fazerem, em suma maioria da própria temática, sendo isto de certa forma um ponto positivo, visto que os/as mesmos/as se expressaram de sua maneira e com seus/as colegas. Houve dificuldade no manejo dos aparelhos eletrônicos da escola e a falta de pessoas aptas a fazê-los, o que atrapalhou algumas vezes o andamento dos encontros.

O projeto de intervenção teve, por sua vez, um resultado extremamente satisfatório em relação a aceitação dos envolvidos e sua interação com os temas propostos. Os/as mesmos/as solicitaram novos encontros e temáticas. De acordo com as falas dos/as usuários/as de ambas as instituições, as temáticas foram interessantes, em suma maioria, referiram que nunca haviam refletido sobre as questões expostas, sequer haviam escutado sobre.

Ao materializar a intervenção foi necessário considerar que realizar ações de educação na comunidade contribui para expansão da cidadania e compreensão de cada indivíduo quanto ao seu papel para com o /a outro/a. Segundo Tonet (2006, p. 7) “[...] a educação tem a tarefa de permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano”. Dentro de uma sociabilidade onde impera o individualismo, a educação é um instrumento para romper esta lógica, logo projetos que levem diferentes informações a fim de fomentar ações que propiciem uma tomada consciência, devem ser vistos como um incentivo para aproximação dos seres humanos entre si, tendo na educação um processo libertador e gratificante visto como “[...] um processo pelo qual o educador convida os educandos a reconhecer e desvelar a realidade criticamente” (FREIRE, 1985, p. 125).

Academicamente, no processo educativo ocorre a troca de saberes entre os indivíduos envolvidos neste processo, há o aprofundamento dos conhecimentos, o amadurecimento como ser humano dotado de capacidade de viver coletivamente e vivenciar o crescimento intelectual, social e cultural.

O quadro apresentado na sequência foi elaborado para uma melhor visualização da proposta dos encontros, no que se refere aos assuntos abordados e discutidos.

Quadro 1: Assuntos abordados e discutidos nos encontros

Primeiro encontro	Naturalização dos valores da sociedade capitalista; o papel dos/as usuários/as como cidadãos/ãs; apresentação do CAPS I, seu funcionamento, qual o papel da estagiária e da instituição na aplicação do projeto e seus objetivos; e como a mídia e as redes sociais influenciam e estimulam os princípios capitalistas.
Segundo encontro	Política de redução de danos; vídeo de Eduardo Marinho, “O sentido da Vida”, que traz a discussão sobre a importância de traçar objetivos na vida para além de bens materiais; reflexão do que é considerado “normal” física e psiquicamente e padrões pré-estabelecidos que a sociedade atual exige.
Terceiro encontro	Transmissão do vídeo titulado como “Tipos de Violência”, onde expunha diversos tipos de violência; na escola frisado na violência sexual, pedofilia, auto exposição e viralização de imagens íntimas.
Quarto encontro	Como se apresentam os papéis socialmente instituídos para homens e mulheres; cuidado unilateral dos/as filhos/as; consequências trazidas pelas teorias em relação ao príncipe encantado; músicas e imagens de propagandas comerciais, na perspectiva de inferir a reflexão de que a opressão e exigência da subserviência da mulher em relação ao homem são cotidianas e subliminares.

Fonte: Elaboração da autora (2019).

Na escola, no primeiro encontro foi realizada a dança das cadeiras com os/as alunos/as, a fim de exemplificar que assim como na dinâmica, também na sociedade capitalista não há lugar para todos/as, que mesmo sem mencionar um prêmio ou razões para tal dinâmica, os/as envolvidos/as competiram entre si. Os/as mesmos/as referiram que não haviam refletido sobre a questão, corroborando com o

pressuposto de ocorre a naturalização desta competitividade, apenas um aluno respondeu quando estimulado, que a centralidade da dinâmica era demonstrar que não há lugar para todos/as, o que gera a exclusão, mas não correlacionou com a sociedade. Foi dada continuidade ao diálogo com os/as alunos/as e também no CAPS I quanto o papel destes/as usuários/as como cidadãos dentro de uma sociedade de classes e sobre os princípios capitalistas de competição, individualismo, consumismo, naturalização das desigualdades e má distribuição de renda. O incentivo à reflexão se faz uma tarefa primordial do Serviço Social, uma vez que a naturalização dos valores capitalistas aliena os demandantes de seus serviços, fazendo-os/as, pois, reproduzirem a lógica do sistema, como a afirmativa que segue;

Os sujeitos demandantes de serviços sociais são confrontados com um cotidiano de relações de exclusão e ao mesmo tempo de aceitação ou rejeição das suas exclusões e os profissionais têm o desafio de contribuir para mudanças de trajetórias no processo de empoderamento dos sujeitos em relações de direito, de acesso ao estado de direito e a condições concretas de sobrevivência (FALEIROS, 2014, p. 710).

A reprodução da lógica burguesa, cobra do/a trabalhador/a sua integridade física e psíquica, como já discutido anteriormente, constituindo um dever profissional romper com este processo. Assim, foi necessário expor que ao internalizarmos os valores da dinâmica desta sociedade, que se apropria do trabalho, sendo ele conforme Netto; Braz (2006, p. 29) “[...] que torna possível a produção de qualquer bem, criando os *valores* que constituem a riqueza social”. Sendo que ao passo desta apropriação imérita, se faz infundido dentre os/as trabalhadores/as a desmotivação quanto a possíveis aspirações de uma cooperação interna, visto que a transformação social se realiza através do trabalho. Ao contrário, é infuso nas metas destes/as trabalhadores/as a ganância pelo poder e mesmo sendo o trabalho um processo construído coletivamente, a alienação de si e do outro “[...] deixam de promover a humanização do homem e passam a estimular regressões do ser social¹³” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 45).

¹³ O ser social se revela não como uma forma eterna e atemporal, a-histórica, mas como uma estrutura que resulta da auto-atividade dos homens e permanece aberta a novas possibilidades – é uma estrutura histórica inconclusa, apta a reconfigura-se e a enriquecer-se no curso da história presente e futura (NETTO; BRAZ, 2006, p. 42).

Tanto na escola como no CAPS I, foi explicado o que é a instituição, e a que se destina seu funcionamento, qual o papel da estagiária e da instituição na aplicação do projeto e seus objetivos. Assim foi posto, como sendo o CAPS uma instituição importantíssima no processo de aprendizagem e formação profissional no que diz respeito às diretrizes e princípios do SUS. Fazendo parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) onde versa pela ampliação e articulação dos pontos de atenção à saúde mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no âmbito do SUS. Dentre outros aspectos preza pela liberdade e autonomia das pessoas, pela garantia de direitos, promove a equidade social, combate os estigmas e preconceitos, desenvolve atividades no território afim da inclusão social, e enfatiza o controle social dos/as usuários/as e familiares (BRASIL, 2015). Logo uma instituição capaz de prover ações que diminuam os impactos do adoecimento mental entre os sujeitos.

De mesmo modo, fomentar ações para viabilizar a tomada de consciência é abrir novos horizontes, novos valores, novas crenças, contribuir para o processo de desalienação dos sujeitos. Por vezes as pessoas ignoram o que está posto, educar, informar é colaborar para que a ignorância não impere nas ações dos indivíduos,

Ignorar é não saber alguma coisa. A ignorância pode ser tão profunda que sequer a percebemos ou a sentimos, isto é, não sabemos que não sabemos, não sabemos que ignoramos. Em geral, o estado de ignorância se mantém em nós enquanto as crenças e opiniões que possuímos para viver e agir no mundo se conservam como eficazes e úteis, de modo que não temos nenhum motivo para duvidar delas, nenhum motivo para desconfiar delas e, conseqüentemente, achamos que sabemos tudo o que há para saber (CHAUI, 2000, p. 111).

Portanto é dever do/a estagiário/a em Serviço Social envolver-se em ações educativas, cumprindo com seus deveres éticos para com os/as usuários/as, seguindo os princípios do Código de Ética profissional e fomentando seu crescimento crítico, como um/a futuro/a profissional propositivo/a e interventivo/o na realidade social. Tendo por objetivo primar pela qualidade dos serviços prestados, observando suas aptidões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas. Também Buriolla (2006) traz que a estagiária deve ter no campo de estágio a possibilidade de adquirir experiência; questionar os conhecimentos, habilidades, visões de mundo; aprimorar a visão crítica das relações existentes no campo institucional, a fim de elaborar novos conhecimentos.

Igualmente foi dialogado como a mídia e as redes sociais influenciam e estimulam estes princípios capitalistas. Pois conforme Guareschi (2008) os aparelhos ideológicos da comunicação são os mais centrais e abrangentes da sociedade atual, parecendo ser o mais importante instrumento de resistência à mudança e materializador da manutenção da dominação/opressão deste sistema, que controla a sua produção, distribuição e divulgação, sendo assim torna-se grande influenciadora da cultura e manipuladora de opiniões.

No segundo encontro na escola foi discutida a política de redução de danos¹⁴, devido ao fato do uso abusivo de álcool e outras drogas se fazer presente na vida dos/as jovens, e ao passo de não resistirem por vezes a pressão social deste uso, sentem-se frustrados frente esta suposta fraqueza. Sendo relatado este anseio entre os/as mesmos/as e como isto está difundido em suas relações sociais.

Na perspectiva do adoecimento mental, o uso abusivo de álcool e outras drogas dentre diversificados sintomas conforme Marques; Cruz (2000, p. 33) “[...] induz a síndromes psiquiátricas semelhantes a depressão, ansiedade, pânico, mania, esquizofrenia e transtornos de personalidade”. A condição agrava-se quando os adolescentes são expostos as mais variadas situações de vulnerabilidade, ao passo que esta incide a ser,

[...] compreendida não somente por condições de desigualdade social ou falta de recursos materiais, mas também diversas modalidades de desvantagens enfrentadas por alguns grupos, como fragilização dos vínculos de pertencimento, violência, perda dos direitos fundamentais, alto índice de reprovação escolar, falta de perspectivas profissionais e de projetos para o futuro, inserção precoce ao mundo do trabalho, entre outros aspectos (SCHENKER; CAVALCANTE, 2015, *apud* SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015, p. 340).

Afirmativas que corroboram que o uso abusivo de álcool e outras drogas está intrinsecamente ligado aos processos de produção de desigualdades do sistema econômico vigente e por sua vez ao adoecimento mental dos/as adolescentes. Também demonstram a asseveração no que tange esta produção teórica, onde traz que o sistema burguês de produção oprime toda a classe trabalhadora em diferentes faixas etárias.

¹⁴ A estratégia da RD se faz uma forma mais humanizada de atenção ao usuário, com medidas de baixa exigência em contraponto com as de alta exigência, onde não visa a abstinência total do uso de drogas, e pressupõe que atenção à saúde chegue até o/a usuário/a, onde quer que ele esteja, fazendo com que este/a participe do seu tratamento, construído coletivamente (MACHADO; BOARINI, 2013).

Em ambas as instituições, foi reproduzido o vídeo de Eduardo Marinho, “O sentido da Vida”, que traz a discussão sobre a importância de traçar objetivos na vida, mas não somente metas materiais, pois ao passo de não as alcançar, abrem margem para decepções e anseios. Conquanto, a importância de dar valor aos sentimentos, as pessoas, pois são elas que nos acompanham pela vida. Por conseguinte, traçar metas que lhe tragam felicidade, sem prejudicar os demais, contudo não somente para satisfazer o que os/as outros/as esperam, vindo assim a diminuir angústias, processos de sofrimento e adoecimento.

Ocorreu também a reflexão do que é considerado “normal” física e psicologicamente, de padrões pré-estabelecidos que a sociedade atual exige, deixando de fora aqueles que não se adequam, propiciando estigmas e pressões na vida dos sujeitos. Foi manifestado em especial pelas usuárias, que há esta intensa cobrança por estereótipos de beleza, o que demonstra a desigualdade de gênero neste aspecto das relações humanas. Novaes (2006) afirma que se vive em uma sociedade de consumo impositora de desejos, que por sua vez não serão satisfeitos, pois é o desejar sempre mais que alimenta o maquinário do sistema. Indivíduos que destacam os/as outros/as pela sua aparência, sua vitrine, uma ditadura da aparência. A beleza então passa ser um privilégio de poucos/as e desejo de muitos/as, instigada pelo mercado através da moda. Esta exige de seus súditos os mais diversos sacrifícios, cotidianamente renovados, onde a estética passa a ser um passaporte para a felicidade.

As pessoas, principalmente as mais jovens, são drasticamente pressionadas a seguirem biótipos que as oprimem, em um incentivo pelo consumo de produtos que se renovam dia-a-dia, formando uma indústria de degradação da vida humana, em prol do lucro. Os “escravos” da beleza entram em adoecimento físico e psíquico, ambicionando o ser “normal” e ideal, onde os meios de comunicação vendem estes padrões na ânsia de reproduzir seu capital e assim,

O corpo, portanto, assume o lugar de objeto que precisa ser moldado e adequado aos padrões e normas vigentes, impostos por uma sociedade que tem implicações na indústria cultural. E nessa espetacularização de imagens o indivíduo percebe e assume o dever moral da beleza [...] também os meios midiáticos, como a televisão, revistas, jornais, outdoors e redes sociais, contribuem na produção e propagação de valores e, portanto, de modos de se constituir sujeito. Com a evolução de recursos técnicos e tecnológicos, esses meios se instrumentalizam e se põem, dentre outros, à serviço de chamar a atenção e estimular comportamentos de consumo. A mídia aponta o caminho a ser traçado e o consumo é a falsa ilusão do

alcance do objeto de desejo simbolicamente produzido (LOPEZ; MENDONÇA, 2016, p. 22).

No que se refere à “normalidade” psíquica, foi exposto aos usuários/as do CAPS I que a doença mental sofreu uma construção histórica, conjuntamente com os estigmas, onde os/as mesmos referiram sentir diretamente seu reflexo. Logo, foi dialogado sobre esta evolução histórica da doença mental, e a suposição que os estigmas que se apresentam hoje, podem ser irrelevantes futuramente. Pois sendo a normalidade uma construção social e cultural, tem uma base frágil e mutável. Ceccarelli (2010) traz que os discursos sobre “normalidade” que pode ou não ser patologizada, são prerrogativas historicamente determinadas pela elite dominante, pela religião e pelo Estado, para que a coesão dos grupos seja mantida. Com a modernidade, a religião deteve por séculos o controle das normas aceitáveis, posteriormente deu espaço para a ciência, que passa a deliberar entre o “normal” e o patológico. Todavia com os avanços tecnológicos, tudo passou a ser medido pela velocidade de informação, quem sabe mais, passa a possuir mais poder, podendo este ser facilmente manipulado, a exemplo da mídia. Com a pós-modernidade o conhecimento passa então a ter o peso das decisões. No entanto, a necessidade do ser humano em sentir pertencimento a um grupo, sentir-se acolhido/a, “normal”, pode ser ideologicamente utilizada em diversos sentidos na construção psíquica dos sujeitos. Contudo no momento histórico vivenciado, fabricantes de medicamentos buscam clientes, e assim pessoas são convencidas que qualquer contrariedade se faz insuportável o que transforma o sofrimento psíquico em doença mental.

A “normalidade” deve ser vista de diversos ângulos, pois a própria etimologia da palavra não a ilustra sua real dimensão, visto que a “normalidade vem do grego norma que significa medida, com a acepção de perfeição, de máximo, de protótipo, que não corresponde ao uso atual da palavra” (DOYLE, 1950, p.155). Logo, isto não vem por dar bases para a compreensão de algo tão complexo, ao qual possui diversas interpretações, colocadas como sendo o “homem normal” do ponto de vista clínico, aquele homem sem sintomas, constitucionalmente “homem normal” seria igualado a "estrutura genotípica normal". Sociologicamente seria “normal” aquele que se adapta ao seu meio. Criminologicamente, “normal” é o homem que não transgredir as leis. Sob o critério médico-legal seria o indivíduo capaz de dirigir civilmente as suas ações e pode ser imputado responsável pelos seus atos. Do

ponto de visto psicanalítico não se fala em “normalidade”, devido à grande quantidade de estudos sobre psicologia normal, neuroses e psicoses após Freud, que chegou a se perder esta perspectiva (DOYLE, 1950).

A busca por conceituar o “homem normal” vem de longa data, perpassando por diversas definições,

Aristóteles pensou encontrar uma fórmula, na base dos valores prototípicos da humanidade, e aproximou a normalidade da perfeição. Platão disse que o homem normal é aquele "que possui um organismo suscetível de compreender a noção do que é justo; anormal é o que não se pode adaptar a esta compreensão, à educação e à instrução, sem as quais a vida social se torna impossível". Pascal tropeçou no caráter paradoxal do homem, assustou-se com a difusão das neuroses, e chegou a escrever: "Les hommes sont si nécessairement fous, que ce serait être iou par une autre tour de folie de n'etre pas fou". Para muitos filósofos, sociólogos e literatos modernos, a normalidade equívale à mediocridade, e é caricaturada como algo de que o indivíduo devesse se envergonhar. O "filisteu" de Schopenhauer e de Heine, o "burguês" de Flaubert, o "homem medíocre" de Ingenieros, o "homem domesticado" de Lombroso, o "equilibrista" de Bovril, o "indiferenciado" de Kibot, o "perfeito pai de família" de Rojas, o "Babbitt" de Sinclair Lewis, o "homem vulgar", o "bom rapaz", são expressões com que se tem procurado ridicularizar um dos aspectos da normalidade — a adaptação ao grupo sócial (DOYLE, 1950, p. 157).

Outros pontos importantes apresentam-se da seguinte forma:

Tão pouca é a atenção dada ao problema da normalidade pelos demais psiquiatras, que para concluirmos o conceito de muitos deles, temos que inverter os termos das definições apresentadas para a loucura. Normal, para Locke e Lauret, é o homem que acerta. Para Lemoine, normal é o indivíduo que pensa e atua como os demais. Binet e Simon dizem: "E' o que conserva um bom equilíbrio mental e revela-se capaz de adaptar-se ao meio ambiente". De acordo com Dupré, normal é o homem que não está sob qualquer influência mórbida, que não comete atos estranhos, imotivados e perigosos para ele e os demais. Otto Lenghi, impregnado da orientação organicista, diz que o normal é o que não apresenta nenhuma alteração da personalidade psíquica, dependendo de alguma anomalia ou processo mórbido cerebral. Para Gamier e Santin Rossi, pode-se falar em normalidade no caso dos indivíduos que não apresentam nenhuma detenção no desenvolvimento, desvio ou enfraquecimento das faculdades mentais, correspondente a uma entidade mórbida definida, que são capazes de ter consciência e exercer voluntariamente os direitos e obrigações estabelecidos pelas leis (DOYLE, 1950, p. 158).

Para falar em “normalidade” psíquica é necessária uma visão ampla e profunda vista de uma maneira explícita e implícita, observando não se tornar uma visão fraudulenta, seja como ajustamento, obrigação, ambição, conveniência, ou qualquer outra motivação espúria que contamina tantas vezes a personalidade humana. A capacidade de o “homem normal” manter-se em equilíbrio com princípios

sociais-éticos exige ajustamentos com determinadas circunstâncias, demonstrando uma flexibilidade, uma capacidade de adaptação. Para tanto, manter sua “normalidade” psíquica exige dele que seja produtivo, podendo desenvolver plenamente suas potencialidades, sendo necessário para isto que tome consciência de sua realidade, necessidades, possibilidades e limitações, afirmando-se em mundo fruto da neurose de muitos (DOYLE, 1950).

Observa-se nestas prerrogativas que o conceito de “normalidade” se faz mutável tanto entre períodos históricos, quando entre pensadores, mas mantém a concepção que é o meio social o principal determinante do que se pode nomear como “homem normal”. Logo, é complexo então definir o que seria o ser “normal ou anormal” na sociedade, sendo necessário traçar perspectivas de socialização para todos/as, a fim de não lhes negar o desenvolvimento pleno da cidadania. Contudo, dentro desta sociabilidade de exclusão, opressão e supressão da subjetividade humana, materializar condições de uma integração social ampla, torna-se algo que deve ser ambicionado cotidianamente e não somente isto, deve ser colocado na pauta dos movimentos de resistência.

No terceiro encontro em ambas as instituições foi transmitido um vídeo titulado como “Tipos de Violência”, onde expunha diversos tipos de violência como contra a mulher, a verbal, psicológica, física, institucional, no trânsito, na rua, moral, patrimonial, preconceito, *bullying*, homofobia, discriminação de gênero e raças, exigência da magreza o que causa patologias como bulimia, anorexia, dentre outras, também as guerras e violência contra criança e adolescente. A soma maioria dos/as usuários/as referiram já terem presenciado algum tipo de violência, alguns/as inclusive de terem-na sofrido, os relatos vieram acompanhados de angústias e preocupações quanto a segurança pública, a cultura e a propagação de valores que incentivam tal ação humana. Muitos/as não entendiam que certos comportamentos eram considerados violência por naturalizá-los no cotidiano, como a exigência pela magreza, tão presente especialmente dentre as mulheres, as usuárias relataram o sofrimento desta opressão social.

A violência deve ser concebida como um problema social, onde os indivíduos sociais que fragilizados pela exposição à esta situação, por vezes, necessitam da intervenção do Estado no sentido da segurança pública e atendimento nos estabelecimentos públicos de saúde devido a sequelas físicas e psicológicas. O debate sobre o tema deve ser amplamente difundido e em muitos dos casos,

retirado do espaço privado onde se faz velado, traduzindo uma cultura onde a dominação/opressão do mais forte se faz presente. Há senão diversos conceitos de violência, mas para formular um específico conforme traz Coelho; Silva; Lindner (2014, p. 12),

[...] é importante considerar a diferença entre conflito e agressão, pois os maus-tratos não são uma consequência inevitável de conflito, mas uma estratégia de resolução de problemas que traz danos aos envolvidos. Assim, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que há relação clara entre a intenção do indivíduo que apresenta ou se envolve num comportamento violento e o ato ou a ação praticada.

Logo;

Neste sentido, a violência é definida como o uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG *et al*, 2002 *apud* COELHO; SILVA; LINDNER, 2014, p. 12).

A violência é senão refletida no indivíduo que é construído social, cultural, histórica e economicamente, guiado por leis e normas preestabelecidas por seu meio. No entanto condições precárias de vida predispõem os sujeitos aos mais diversos tipos de violência, com sucessivas gerações de degradação humana, naturalizadas na esfera global. A deficitária ação do Estado também se apresenta como propulsora da violência, devendo ela ser considerada um caso de saúde pública, pois suas consequências ameaçam a vida, a saúde, causam enfermidades e a morte (MINAYO; SOUZA, 1998).

A violência traz ao ser humano diversas sequelas físicas, mas também psíquicas, que se refletem não somente na esfera individual, mas também coletivas, com as seguintes manifestações:

a) o estado de desestruturação sutil da personalidade; b) a desorganização do comportamento em relação aos valores socialmente aceitos; c) a reativação dos núcleos de violência sádica e ira vingativa; d) a eclosão de impulsos agressivos como reação para não cair no adoecimento; e) a perda do autocontrole pela estigmatização; e f) o recrudescimento da raiva que se orienta contra os outros e contra o próprio grupo (MINAYO; SOUZA, 1998, p. 525).

Isto traz a prerrogativa que a violência abala diretamente a saúde mental dos sujeitos, devido a isto se justifica a importância do uso desta temática na intervenção realizada nas instituições. No que tange a ligação da violência à sociedade capitalista contemporânea, há de se observar que ela não é específica deste modo de produção, mas é aqui reforçada por todo seu aparato estrutural, como já foi abordado anteriormente. Minayo (2006) traz a perspectiva que a violência estrutural referente aos processos sociais, políticos e econômicos da sociabilidade capitalista, acaba por reproduzir diversas desigualdades sociais, de gênero e étnicas, sendo esta a base de outros tipos de violência. O que vem por perpetuar assim processos sócio-históricos, naturalizados em todas as esferas culturais e sociais, onde geram privilégios e diversas formas de dominação/opressão.

Na escola foi focado na violência sexual contra crianças e adolescentes, que se expressa como abuso sexual e exploração sexual, podendo ser entendida “como todo ato, de qualquer natureza, atentatório ao direito humano ao desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, praticado por agente em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual em relação à criança e adolescente vítimas” (BRASIL, 2013, p. 22).

Também como distinção na perspectiva da violência sexual contra crianças e adolescentes, pode-se considerar o abuso e a exploração sexual conforme sendo:

O Abuso sexual é o ato sexual, relação heterossexual ou homossexual, acometido entre um ou mais adultos e uma criança ou um adolescente, com ações sem ou com contato físico, e com a intenção de busca da satisfação sexual. Já a exploração sexual, consiste, em participação do adolescente, em atividades de prostituição e pornografia infantil, turismo sexual, e tráfico para fins de exploração sexual, ou seja, alimentando o mercado sexual (AZEVEDO; GUERRA, 2007 *apud* PEDERSEN *et. al.*, 2018, p. 3).

Para uma melhor compreensão foi exposto o ponto de vista legal, com o Decreto Lei nº 2.848/1940 que se refere ao Código Penal, explicitando o título VI “dos crimes contra a dignidade sexual”, capítulo I “dos crimes contra a liberdade sexual”, também o capítulo I-A “da exposição da intimidade sexual”, o capítulo II “dos crimes sexuais contra vulnerável”, correspondendo desde o artigo 213 ao 226 deste Decreto. Foram levantadas diversas questões, como a diferença entre o pedófilo e o abusador sexual, de tal modo,

[...] a pedofilia é um transtorno parafilico¹⁵, nem sempre implicando em atos ilícitos, ou seja, nem todo pedófilo pode ser considerado agressor sexual. Sendo assim, os portadores de tal transtorno podem manter uma vida comum, sem a prática de qualquer ato criminoso. No entanto, a figura do abusador traz consigo diversas motivações para o crime, não estando necessariamente atrelada ao transtorno (ARAKAKI *et. al.*, 2018, p. 2).

Do mesmo modo foi discutida a relação sexual entre adolescentes e redes virtuais de pedofilia, assuntos que levantam alguns tabus, pois,

A partir do século XVIII importantes transformações ocorreram de modo a afetar as concepções de infância, bem como sua educação. As crianças passaram a ser percebidas como sujeitos instituídos de uma “natureza” infantil, possuidoras de características específicas próprias para a idade (FELIPE, 2006, p. 203-204).

As mesmas foram então consideradas “inocentes, frágeis, imaturas, maleáveis, naturalmente boas, seres que constituem promessa de um futuro melhor para a humanidade” (BUJES, 2005, p. 190 *apud* FELIPE, 2006, p. 204). Devendo assim ser protegidas pelos adultos, passando a serem infantilizadas e dessexualizadas, abstraídas de certos conhecimentos como o sexo e a sexualidade (FELIPE, 2006).

Por conseguinte, a partir dos escritos de Freud¹⁶ que se passou a reconhecer a sexualidade infantil, apesar de se saber que elas foram usadas como objetos sexuais por séculos. À vista disto, na atualidade ocorreram profundas transformações sociais, políticas e culturais, que afetaram os conceitos de família, infância e instituições de educação, assim como o atendimento de suas necessidades. O que deve ser considerado é que com tais modificações emergiu a era da informatização, e com isto a pedofilia expandiu-se, não demonizando as novas tecnologias, mas reconstruindo as barreiras fragilizadas entre a fase adulta, a juventude e a infância (FELIPE, 2006).

¹⁵ Critérios diagnósticos CID F65.4: A. Por um período de pelo menos seis meses, fantasias sexualmente excitantes, impulsos sexuais ou comportamentos intensos e recorrentes envolvendo atividade sexual com criança ou crianças pré-púberes (em geral, 13 anos ou menos). B. O indivíduo coloca em prática esses impulsos sexuais, ou os impulsos ou as fantasias sexuais causam sofrimento intenso ou dificuldades interpessoais. C. O indivíduo tem, no mínimo, 16 anos de idade e é pelo menos cinco anos mais velho que a criança ou as crianças do Critério A (MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS, 2014, p. 698).

¹⁶ Sigmund Freud foi o fundador da Psicanálise, teoria que pretende explicar o funcionamento da mente humana, transformando-se num método de tratamento de diversos transtornos mentais. Possui dois fundamentos: 1) Os processos psíquicos são em sua imensa maioria inconscientes, a consciência não é mais do que uma fração de nossa vida psíquica total; 2) os processos psíquicos inconscientes são dominados por nossas tendências sexuais (UOL, 2019).

Há de se considerar, no entanto, que para os pais/mães, tratar da sexualidade dos/as filhos/as, por vezes é um momento de muita fragilidade, o que tarda em demasia a introdução deste assunto entre os/as adolescentes, os/as expondo a conceitos deturpados e por vezes a iniciação sexual precoce e desprotegida. Logo, muito mais expostos a aliciadores que usufruem desta desinformação. “Uma crítica feita pelos poucos especialistas em sexualidade infantil diz respeito à lentidão em abordar esse assunto e a resultante formação de uma concepção negativa sobre sexo” (SANDERSON, 2005, p. 26-28 *apud* HAMADA; SANCHEZ, 2007, p. 2). O que reforça a importância da discussão sobre temática em ambientes que participem da formação intelectual deste público, a fim de ofertar um suporte adequado para suas decisões.

Para coibir a violência sexual contra crianças e adolescentes foi promulgada a Lei 8.069 de julho de 1990, titulada como Estatuto da criança e do adolescente (ECA), que decorre na perspectiva de proteger este público extremamente vulnerável, pois “dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. Também para protegê-los/as dos avanços tecnológicos foi criada a Lei 11.829 de novembro de 2008 que altera o ECA dos artigos 240 ao 241-E, aonde vem “para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet”. Também neste viés surgiram outras Convenções e Organizações de defesa de crianças e adolescentes. Contudo, há de se ressaltar que neste processo de defesa da infância,

Podemos, no entanto, pensar nessa interessante contradição, pois ao mesmo tempo em que se criam leis de proteção à infância, incentiva-se a exibição dos corpos infanto-juvenis como objetos de desejo e sedução. Em especial a sociedade brasileira tem utilizado bastante essa prática de exibição dos corpos através de inúmeros mecanismos e artefatos culturais veiculados principalmente pela mídia (FELIPE, 2006, p. 208).

Por conseguinte, deve se considerar diversos outros fatores que predispõe a disseminação da violência sexual, como o patriarcado onde o homem tem na mulher uma propriedade, a vulnerabilidade social das famílias, a busca do lucro incessante dos envolvidos nestas redes de pedofilia, que vendem imagens de violência sexual de crianças e adolescentes por altas taxas aos pedófilos e relações de poder entre adultos e crianças (FELIPE, 2006).

Logo, a influência do modo de produção fica implícita nesta correlação entre a violência sexual, a vulnerabilidade e a busca do lucro. Isto posto a violência sexual especialmente nesta fase de formação da personalidade, não pode ser vista superficialmente, mas como fruto de uma violência estrutural maior e que produz sequelas irreparáveis na integridade psíquica dos sujeitos,

As experiências de violência ou abuso sexual na infância correlacionam-se a perturbações psicológicas e comportamentais na vida adulta, especificamente sendo identificada a associação entre o abuso sexual de crianças e os distúrbios psiquiátricos como transtorno de estresse pós-traumático, transtornos do humor e transtornos psicóticos (SERAFIM *et al.*, 2009, p. 105).

Assim, perceber o assunto como algo necessário na educação de crianças e adolescentes se faz crucial, a fim de alertá-las aos perigos presentes no cotidiano devido ao fato de que os abusadores são indivíduos usualmente fora de suspeitas,

Segundo os dados do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, criminosos sexuais são indivíduos que podem pertencer a qualquer classe socioeconômica, raça, grupo étnico ou religião. A grande maioria não tem comportamento criminal específico [...]. Os crimes sexuais não acontecem simplesmente, pois somente pequeno número de molestadores de crianças age sem planejamento ou premeditação. Para a maioria desses criminosos o planejamento se inicia horas, dias ou até meses antes da ação. Apesar de compreenderem que estão agindo fora da lei, racionalizam seu comportamento, convencendo-se de que não estão cometendo nenhum crime e de que seu comportamento é aceitável (SERAFIM *et al.*, 2009, p. 106).

Dentro desta mesma perspectiva foi trazido durante a discussão, o alerta quanto aos perigos da auto exposição e a viralização de imagens íntimas nas redes sociais. Não obstante, com o avanço das tecnologias, as redes sociais se tornaram uma potente ferramenta de comunicação, possibilitando a integração social e cultural em escala mundial. Todavia a exposição da vida íntima, tomou proporções estrondosas, a necessidade de “curtidas” impulsiona os mais variados tipos de atitudes dos/as usuários/as envolvidos/as, em prol da aprovação de outrem. O acesso de crianças e adolescentes neste mundo envolvente se faz um ponto que merece atenção, visto a imaturidade das escolhas que os/as mesmo/as venham a seguir e a grande rede pornográfica virtual existente. Cabe destacar segundo Felipe (2006, p. 207) “no campo da sexualidade, surgiram novas modalidades de exercício

do prazer e de experimentação do desejo através do mundo informatizado”. Não cabendo desmerecer os benefícios das novas tecnologias, mas salientando seus perigos.

Na juventude ocorrem as práticas de *sexting*, que é o compartilhamento de vídeos e fotos íntimas, principalmente entre as meninas, gerando sofrimento e culpa, pois muitas não sabem como agir no caso de vazamentos, normalmente procuram ajuda de amigas, que tão pouco sabem como agir. Normalmente estes vazamentos ocorrem por vingança ou punição à mulher que não agiu conforme o desejo de seu companheiro (UNICEF, 2019). Sendo novamente ressaltada a desigualdade de gênero presente em nossa sociedade, trazendo sofrimento psíquico às mulheres expostas a esta cultura contemporânea.

As novas maneiras de expressarem a sexualidade como o “*sexting*” e o “*nude selfie*”, sujeita os/as envolvidos aos riscos de auto exposição. Para a psicóloga Juliana Cunha, da ONG Safernet Brasil, afirma "O '*selfie*' com nudez é mais um jogo sexual, em uma fase de descobertas que sempre aconteceu na adolescência. Para muitas, é uma prova de cumplicidade e intimidade com o parceiro". A pesquisa feita em 2013 pela Safernet, em parceria com a operadora de telecomunicações GVT, afirmam que garotas de 13 a 15 anos representam a maioria das vítimas de "*nude selfie*" e "*sexting*" que buscam ajuda psicológica (G1, 2014).

A ligação do tema proposto com o projeto se faz ao passo que o mesmo sofre influência direta do modo de produção, pois são interesses individualistas, correlação de poder/dominação, desigualdades sociais, econômicas, culturais, políticas e a busca do lucro, alguns fatores predominantes para este tipo de agressão ao espaço íntimo dos sujeitos. Conforme Machado (2016) o que rompe o espaço privado para a observação pública é o que causa o erotismo, de tal maneira a pornografia da indústria cultural segmenta-se para alcançar maior público, inclusive forjando vídeos objetivando alcançar um público específico e segmentado, visando o lucro. Onde “a sexualidade está inserida em uma série de disputas de poder, desigualdades e modos de opressão” (MACHADO, 2016, p. 32).

No quarto e último encontro em ambas as instituições foi discutido como se apresentam os papéis socialmente instituídos para homens e mulheres, como se materializa as imposições de uma sociedade androcêntrica a qual se vivencia. Segundo Bourdieu (2010, p. 18) “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não

tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”. Para o autor ocorre uma “dominação simbólica”, que se perpetua e naturaliza, gerando uma sequência de desigualdades que oprime as mulheres em todas as esferas da vida. Assim como também as cargas infligidas por esta sociedade aos homens que necessitam impor a virilidade, sendo esta como preceito ético de conservação e aumento da honra, assim esperada de um homem que seja realmente um homem.

No instante que os homens impelidos a não exporem seus problemas e suas fragilidades, negam auxílio para suas angústias e pesares, o que vem por agravar patologias tanto físicas quanto psíquicas. Assim como às mulheres que tem as desigualdades a elas impostas, ocultadas pela naturalização cotidiana, introduzidas desde o nascimento por instituições como a família, igreja, escola e as normas sociais, tendo o sofrimento psíquico como um fruto desta opressão.

As leis, normas e costumes, por exemplo, têm seu aspecto construído relativamente, conforme a cultura e a história, portanto assumem a forma que convém determinado momento histórico, atendendo determinados interesses. A escola se apresenta como uma superestrutura, na maioria das vezes imposta obrigatoriamente e controlada pelos detentores do poder, sendo, portanto, um aparelho ideológico do capital, onde a educação posta nestes moldes não produz uma prática educativa diagonal, pois isto produziria questionamentos sobre o próprio funcionamento do sistema, o que não é interessante para o mesmo. A família por sua vez recebe grande influência do modo de produção pela qual está inserida, assim forma cidadãos conforme as necessidades do sistema pela qual foi moldada. A religião se torna uma superestrutura quando se torna um conjunto de simbolismos e rituais, uma doutrina explicativa do mundo a serviço de nações e impérios. Também, o aparelho ideológico da comunicação que sendo ela quem fabrica, controla e distribui as informações, torna-se grande influenciadora da cultura e manipuladora de opiniões, mantendo o sistema de dominação/opressão (GUARESCHI, 2008).

Foram trazidos assuntos como o cuidado unilateral dos/as filhos/as, que ocasiona muitas vezes a desmotivação pela vida devido à desvalorização do trabalho doméstico e a sobrecarga de trabalho quando a mesma trabalha fora, o que também lhe propicia o adoecimento. Deve ser considerado que, ainda assim, com as modificações da família na contemporaneidade,

O homem, mesmo ampliando suas atividades no cotidiano do lar, no cuidado com os filhos e em demais atividades, que anteriormente eram atribuições exclusivas do universo feminino, este ainda continua sendo prioridade no mundo público, não sendo responsabilizado por não prover o lar e tampouco por não reconhecer o filho – nos aspectos morais e legais (OLIVEIRA, 2009, p. 45).

À vista disto, o que se observa dentro da perpetuação do sistema, da divisão desigual do trabalho e da desvalorização do papel da mulher na família e na sociedade é que,

Ainda que avanços tenham ocorrido, a questão social que permeia esta relação, especialmente entre os cônjuges, é caracterizada pelas relações de dominação e de poder que a própria cultura incorporou na execução dos papéis familiares. A família, em sua relação interior, é influenciada pela prerrogativa do poder e da dominação que foram explicitados, principalmente, no seio da família patriarcal, e atualmente, apesar de tantas superações, ainda estão presentes no cotidiano da vida familiar (OLIVEIRA, 2009, p. 46).

Conquanto, foram expostas as consequências trazidas pelas teorias em relação ao príncipe encantado, criando nas meninas a ilusão da dependência em relação a figura masculina para ser feliz, as aprisionando por vezes em relacionamentos abusivos. Tais histórias criam estereótipos do ser ideal tanto para crianças e adolescentes do gênero feminino quanto do masculino, contudo são mais disseminadas entre as do feminino, visto serem impostas a elas desde os primórdios da vida. Isto se naturaliza no desenvolvimento da criança, sendo reproduzido por gerações.

O príncipe e a princesa, como personagens de contos de fadas, são emblemáticos e trazem consigo elementos simbólicos e representativos de várias questões como o amor romântico, o ideal de masculinidade e de feminilidade, os conflitos familiares, os desafetos e as maldades que movem as relações interpessoais, a eterna luta entre o bem e o mal e, sobretudo, as possibilidades de encontrarmos proteção e amor eterno ao final da história (FILHA, 2011, p. 591-592).

Para demonstrar esta naturalização da violência em relação às mulheres no que tange vários processos cotidianos, foram reproduzidas músicas e imagens de propagandas comerciais, na perspectiva de inferir a reflexão de que a opressão e exigência da subserviência da mulher em relação ao homem é cotidiana e subliminar, de acordo com o interesse da manutenção do *status quo*, pois, “a burguesia conservadora continua a ver na emancipação da mulher um perigo que

lhe ameaça a moral e os interesses. Certos homens temem a concorrência feminina” (BEAUVOIR, 1970, p. 18).

Dessa forma, ocorre através da cultura uma romantização da violência contra a mulher, que transforma a tragédia em romance, tornando-a poética e desejável, ao mesmo tempo a sexualiza, perdoa, tolera e exalta, através da música, cinema, literatura e dos meios de comunicação. Músicas nacionais e internacionais transmitem ideias de controle e submissão, propriedade do homem em relação a mulher, até mesmo da violência como prova de amor (OLIVEIRA *et al.*, 2016)

Esta naturalização da violência contra a mulher é senão reflexo da sociedade patriarcal e capitalista que impõe cotidianamente seus ditames, expandindo desigualdades sociais, culturais e econômicas. Por conseguinte, Beauvoir (1970) afirma que apesar de necessitar do/a oprimido/a, o/a opressor/a não vem por demonstrar esta situação, ao passo que em qualquer circunstância este/a opressor/a será sempre favorecido/a. Economicamente, homens ocupam situações mais vantajosas em cargos e salários, onde assim podem “proteger” as mulheres consideradas seres inferiores. A mulher por sua vez, nunca veio apresentar igualdade de posições, mesmo quando os direitos são iguais, os costumes não lhe expressam esta condição. Logo, deve se considerar que a história foi feita por homens, onde o mundo sempre os pertence e tendo eles a centralidade desta história a mulher passa a ser então o *Outro*.

Dessa maneira observa-se que todos os assuntos abordados nos encontros tanto no CAPS I, quanto na Escola estão intrinsecamente ligados a processos que incidem e/ou agravam o adoecimento mental, propiciados pela sociedade capitalista contemporânea. Assim os documentos produzidos a partir destes encontros do Projeto de Intervenção, deram, assim como os demais documentos dos Estágios I e II, suporte para produção deste Relatório Teórico Prático.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando ser a Sociedade Capitalista uma sociedade de classes extremamente excludente e opressora, pela qual torna os sujeitos manobras de sua manutenção. Sendo a classe trabalhadora a classe dominada e a grande produtora de mais valia, onde para isto abstrai-se dela toda sua força vital, sua integridade física e psíquica. Reproduz então esta classe dominada um ciclo incessante deste processo de dominação de uma classe sobre a outra, onde somente a classe burguesa colhe os frutos oriundos desta escravização.

À vista disto, devem ser observados os processos que incidem e/ou agravam o acometimento do adoecimento mental na sociedade capitalista contemporânea. Apesar desta problemática ser discutida por alguns autores, percebe-se que isto se faz sem o devido aprofundamento, visto ser um assunto contemporâneo e afetar diretamente o mercado de trabalho, gerando afastamentos e disfuncionalidades na mão de obra da classe trabalhadora, grande propulsora da geração de mais-valia. Mesmo tal classe ser considerada facilmente substituível segundo a lei capitalista, os afastamentos refletem diretamente nas contas da Previdência Social, o que acarreta danos a toda população. Conquanto, tais usuários/as são vistos/as pelo sistema supostamente apenas como um número, retirando-lhes a dignidade como ser humano dotado de singularidades e particularidades. Neste âmbito também deve ser observado o desmanche das políticas públicas, precarizando os serviços, propiciando a baixa qualidade dos serviços prestados, onde deixa ou tarda de oferecer atendimento à população e assim agravando seu quadro patológico, os/as encarcerando/a em um ciclo cruel e desumano.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, traduzido em um Relatório Teórico Prático, foi elaborado a partir de documentos do Estágio Supervisionado em Serviço Social, que fazem parte da grade curricular do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. Para complementar a estruturação do trabalho, foram realizadas leituras referentes a temática em questão. Isto especialmente no que tange o Projeto de Intervenção, o qual propiciou a experiência prática deste relatório, onde foram realizados quatro encontros no CAPS I e quatro na Escola Técnica Olavo Bilac.

Quando abordado os diversos temas referentes ao adoecimento mental na sociabilidade capitalista contemporânea nos encontros realizados nas referidas

instituições, foram despertadas muitas indagações, sendo construída em processo conjunto com os/as usuários/as uma leva de conhecimentos, através de discussões e análises das situações. À vista disto, houve o enriquecimento da experiência acadêmica, instigando a pesquisa de assuntos que emergiram durante o processo, agregando novas proposições e expectativas quanto a novas pesquisas.

O trabalho traz em seu capítulo dois a categoria trabalho e alienação, a qual expressa como o capital se apropria de forma indevida da mais-valia, tal como o/a trabalhador/a se aliena do seu trabalho e passa a não reconhecer aos outros/as, desvinculando-se das lutas coletivas, abstraindo-se de sua essência humana, apenas reproduzindo a lógica dominante. Também é demonstrado que para se reproduzir, o capital necessita acumular, vindo por gerar estratégias como a concentração e a centralização, nem que para isto tenha que oprimir os próprios donos dos meios de produção.

O terceiro capítulo demonstra como o sistema capitalista se adaptou com o passar do tempo para a manutenção do *status quo*, abordando neste trabalho o contexto europeu e o brasileiro. O capitalismo aparece como uma nova forma onde alguns homens exploram, enquanto outros são explorados, diferindo-se assim dos sistemas reprodutivos anteriores. Assim sendo, a liberdade deste ideário se traduz apenas em fazer trocas, não permitindo o ser humano a se construir enquanto ser genérico, o/a tornando uma peça do maquinário da acumulação de capital. Também o surgimento da polaridade entre as classes, de um lado a classe dominante, a classe burguesa, do outro a dominada, a classe trabalhadora, instituindo um ciclo de dominação/opressão de uma sobre a outra. Desde seus primórdios a sociabilidade capitalista demonstra sua busca incessante de mais-valia, onde tudo passa a ser mercadoria, inclusive a força de trabalho grande geradora de lucro, não importando assim com o quanto deva explorar extrair ou quem deva substituir.

O quarto capítulo expõe como se apresenta o Serviço Social no sistema econômico capitalista, também no contexto europeu e no brasileiro, primeiramente enquanto manobra de contenção das reivindicações da classe trabalhadora e posteriormente vencendo as barreiras da neutralidade e do conservadorismo, sendo agente ativo do processo de viabilização de direitos da classe dominada, vindo a lutar cotidianamente pela cidadania e melhoria da qualidade de vida da mesma. Também é dever deste/a profissional combater toda forma de preconceito e discriminação e promover a equidade e a justiça social. Observando a contradição

de ter que atender as demandas da classe subalterna, todavia limitado/a pôr também ser um/a trabalhador/a assalariado/a, tendo que estabelecer mediações para favorecer de maneira prioritária, a classe pela qual se identifica, sendo ela justamente a classe trabalhadora.

O quinto capítulo cita o processo histórico da Saúde Mental em um traçado geral e posteriormente especificamente no contexto brasileiro. O presente capítulo traz a Saúde Mental como algo que se faz determinado conforme o período histórico, e expõe o sujeito como uma construção social, econômica e cultural, aonde a doença mental vai além do aparente, mas devendo o sujeito ser avaliado em um processo mais amplo. Logo, também traz que a Saúde Mental passa por amplas transformações durante os séculos, com grandes conquistas. No Brasil a Reforma Psiquiátrica viabilizou a aquisição de direitos que melhoraram a qualidade de vida dos/as usuários/as, lhes propiciando o exercício da cidadania. Contudo, devendo se considerado que as lutas reivindicatórias devem ser contínuas e profundas, visto o desmanche de direitos historicamente conquistados e a conjuntura extremamente desfavorável em nosso quadro político.

Logo por sua vez, o sexto capítulo aborda o processo de adoecimento mental na sociedade capitalista contemporânea, o quanto este sistema de produção atinge a integridade física e psíquica do/a trabalhador/a, sendo esta última o foco da abordagem. Por ter o/a trabalhador/a como uma “coisa” facilmente substituível devido a lei de acumulação capitalista, que gera um exército industrial de reserva, o sistema exige a produtividade a qualquer custo, oferecendo trabalhos precarizados, informais e terceirizados. Indo além, a alienação gerada os/as abstrai das lutas coletivas, imbricando-os/as na competitividade e na individualidade, criando um cenário ideal para a manipulação da classe dominante. Todos estes fatores favorecem o adoecimento psíquico, assim como papéis sociais que são instituídos para homens e mulheres em todas as faixas etárias, os/as oprimindo, lhes causando asseios e angústias.

O sétimo e último capítulo transcreve a instituição CAPS I Drº Caio Escobar, como a mesma se apresenta, tal qual o Serviço Social se institui nela, as expressões da questão social e a intervenção realizada no CAPS I e na Escola Técnica Olavo Bilac, através do Projeto de Intervenção. Traz que se deve reconhecer o CAPS como uma instituição pela qual necessita agir na perspectiva de integração com a comunidade, em uma visão ampla de território, onde a materialização de seu

trabalho é uma conquista histórica, sendo isto de suma importância, pois não só reconhecer direitos é essencial, mas também lutar para que sejam mantidos. É demonstrada a importância do seu trabalho em rede, onde o mesmo deve fomentar ações para promover o trabalho educativo e almejar materializar o vínculo que deve existir entre a instituição e a população, não restringindo o trabalho à somente ações corriqueiras, mas a expandir o território como prevê sua real função.

Com a construção deste trabalho foi possível constatar que o adoecimento mental se faz um problema social que merece visibilidade, visto as limitações impostas ao portador de distúrbios psíquicos e o grande risco do suicídio entre as pessoas afetadas. Portanto é dever do/a assistente social primar pela vida e incentivar tal visibilidade, a fim de propiciar a diminuição da banalização da vida humana por um sistema econômico opressor, que a descarta e substitui sem mais delongas.

A discussão da temática vem na perspectiva de contribuir para que o adoecimento mental seja analisado para além do aparente, mas como algo construído social, econômica e culturalmente, buscando a sua totalidade sempre em movimento. Sendo imprescindível o trabalho do/a assistente social na perspectiva de analisar esta realidade com um olhar baseado nas dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas da categoria profissional. Pois muitos fatores que desencadeiam o adoecimento mental são expressões da questão social, objeto de trabalho deste/a profissional. Logo, é neste viés que se dá a articulação dos tópicos do referencial teórico deste trabalho, o quanto o sistema econômico capitalista influencia no adoecimento mental e como o Serviço Social deve intervir nesta realidade.

O aprofundamento da temática trouxe para a pesquisadora um amadurecimento acadêmico e intelectual de extrema relevância, pois propiciou a obtenção de conhecimentos que serão levados para a vida pessoal e profissional. Não obstante, também se faz importante, pois irá agregar-se ao rol de produções da Universidade Federal do Pampa, ao qual contribuirá para o processo ensino-aprendizagem ao passo que poderá servir de base para outras produções.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Gionanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, maio/ago. 2004. p. 335-351. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n87/21460.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2019.

ADEODATO, Vanessa Gurgel *et al.* Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista Saúde pública**. 39(1), 2005. p. 108-113. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n1/14.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2019.

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira *et al.* O trabalho infantil na rua. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. v. 13, n. 1, 2010. p. 59-71. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v13n1/v13n1a06.pdf>> Acesso em: 04 mai. 2019.

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma Psiquiátrica no SUS e luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência e Saúde coletiva**. 23(6), 2018. p. 2067-2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-2067.pdf>> Acesso em: 19 abr. 2019.

AMARANTE, Paulo. Novos Sujeitos, Novos Direitos: O Debate em Torno da Reforma Psiquiátrica. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 11 (3), jul/set, 1995. p. 491-494. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csp/1995.v11n3/491-494/pt>> Acesso em: 18 abr. 2019.

ARAKAKI, Fernanda Franklin Seixas *et. al.* Uma análise multifacetada do abusador infantil: a controvérsia entre portadores do transtorno pedofílico e agressores sexuais. **Anais III Jornada de Iniciação Científica. IV Seminário Científico da FACIG**, Sociedade, Ciência e Tecnologia. MG: Manhuaçu, nov. 2018. Disponível em: < <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/958-3705-1-PB.pdf>> Acesso em: 28 set. 2019.

AGÊNCIA SENADO. **Bolsonaro veta atendimento de psicólogo e assistente social nas escolas públicas**. Secretaria Agência e Jornal do Senado. DF: Brasília, out. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/09/bolsonaro-veta-atendimento-de-psicologo-e-assistente-social-nas-escolas-publicas>> Acesso em: 09 out. 2019.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **A dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner, 9º ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, 160p.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 4º ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a Mulher e políticas Públicas. **Revista Estudos Avançados**. v.17 n.49. São Paulo, Set./Dez. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006> Acesso em: 26 abr. 2019.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora, 2006.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Estágio supervisionado**. 4° ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v.11, n. 1, Jan./Jun. 2007. p. 63-76. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07>> Acesso em: 30 abr. 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**, 6° ed., v.2. São Paulo: Cortez, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições, 2010.

BRASIL. **Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de Dezembro de 1940**. Código Penal. DF: Brasília, 1940. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> acesso em 02 nov 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. DF: Brasília, Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm> Acesso em: 06 mai. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. DF: Brasília, 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 pág. "Atualizado em 13.3.1993, com alterações intraduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. 1.ASSUNTO I. Título.

BRASIL. Ministério da educação e do desporto. Secretaria de Educação Superior Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares**. DF: Brasília. 1999. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf> Acesso em: 20 junho 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial

em saúde mental. DF: Brasília, Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm> Acesso em: 07 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. DF: Brasília, Ministério da Saúde; 2001b. 96p.: il. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS**: os centros de atenção psicossocial. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 86 p.: il. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2019.

BRASIL. **Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no Brasil**. DF: Brasília, Ministério da Saúde; nov. 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf> Acesso em: 06 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008**. Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet. DF: Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11829.htm> Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). DF: Brasília, Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html> Acesso em: 06 mai. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**, [DF: Brasília], mai 2013.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Sistemas de Indicadores de Percepção Social**: Tolerância Social de Violência Contra Mulheres. Brasília, DF: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf> Acesso em: 26 abr. 2019.

BRASIL Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios**:

orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. 44 p.: il. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_acolhimento.pdf> Acesso em: 03 abr. 2019

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agência IBGE Notícias 2017**. [DF: Brasília], 2017a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18376-pnad-continua-2016-10-da-populacao-com-maiores-rendimentos-concentra-quase-metade-da-renda.html>> Acesso em: 26 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Suicídio. Saber, agir e prevenir**. [DF: Brasília], 2017b. Disponível em:

< <http://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/folheto-popula---o.pdf>> Acesso em: 23 ago 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria da previdência. **Saúde do Trabalhador: dor nas costas foi doença que mais afastou trabalhadores em 2017**. [DF: Brasília] 2019. Disponível em: < <http://www.previdencia.gov.br/2018/03/saude-do-trabalhador-dor-nas-costas-foi-doenca-que-mais-afastou-trabalhadores-em-2017/> Acesso em: 04 de mai. 2019.

BREDOW, Suleima Gomes; DRAVANZ, Glória Maria. Atuação do Serviço Social na Saúde Mental: entre os desafios e perspectivas para efetivação de uma política intersetorial, integral e resolutiva. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 229 - 243, ago./dez. 2010. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7384/5785>> Acesso: 03 jun. 2019.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e saúde mental: uma análise institucional da prática**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A patologização da normalidade. **Estudos psicanálise**. n.33, Belo Horizonte, jul. 2010. p. 125-136. Disponível em: <<http://www.cbp.org.br/patologizacaonormalidade.pdf>> Acesso em: 31 ago. 2019.

CASTRO, Rogério. A Família Monogâmica, o Amor Individual Sexuado e a Emancipação da Mulher. **Revista Temporalis**. DF: Brasília, ano 14, n. 27, jan./jun. 2014. p. 265-274. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/viewFile/7384/5847>> Acesso em: 27 abr. 2019.

COELHO, Elza Berger Salema; SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner Da; LINDNER, Sheila Rubia (org.). **Violência: Definições e Tipologias**. Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por Parceiros Íntimos. Universidade Federal de

Santa Catarina. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 32 p. Disponível em: < file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Definicoes_Tipologias.pdf> acesso em: 18 set. 2019.

CLAUMANN, Gaia Salvador *et al.* Prevalência de pensamentos e comportamentos suicidas e associação com a insatisfação corporal em adolescentes. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. 67(1), 2018. p. 3-9. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v67n1/0047-2085-jbpsiq-67-01-0003.pdf>> Acesso em: 30 de abr. 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (Brasil). **Serviço Social na educação**. Brasília, DF: CFESS, set. 2001. Disponível em: < [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)> Acesso em: 13 set 2019.

DOYLE, Iracy. Estudo da normalidade psicológica. **Arq. Neuro-Psiquiatria**. v.8, n.2, São Paulo, Abr./Jun. 1950. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X1950000200004> Acesso em 13 out. 2019.

DESLANDES, Suely Ferreira *et al* (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis. RJ: Vozes, 1994.

DESLANDES, Suely Ferreira. Atendimento à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, em quatro capitais brasileiras. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. 20(59), 2016. p. 865-877. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/icse/2016.v20n59/865-877/pt>> Acesso em: 03 abr. 2019.

EHRENKRANZ, Melanie. Precisamos estudar os efeitos do pornô de vingança na saúde mental. **UOL**. Jun. 2018. Disponível: < <https://gizmodo.uol.com.br/porno-de-vinganca-saude-mental/>> Acesso em: 28 abr. 2019.

FREIRE, Paulo. **The politics of education: culture, power, and liberation**. Westport, CT: Bergin and Garvey, 1985.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das Políticas Sociais no Brasil. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3: Política Social. Brasília: UNB-CEAD (Centro de Educação Continuada à Distância), Item 3.2, 2000. p. 43 – 55.

FERRAZ, Kátia D`Armas. **A solidão do sujeito contemporâneo: um olhar clínico**. Orientador: Prof^a. Dra. Rita Petrarca. 2006. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel de Psicologia) – ULBRA, curso de Psicologia, Gravataí, 2006.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos pagu** (26), jan/jun 2006, p.201-223. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30391.pdf>> Acesso em: 20 set. 2019.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/04.pdf>> Acesso em: 19 out. 2019.

FILHA, Constantina Xavier. Era uma vez uma princesa e um príncipe...: representações de gênero nas narrativas de crianças. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 336, mai/ago, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a19.pdf>> Acesso em: 11 out. 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social Sociedade**. São Paulo, n. 120, out./dez. 2014. p.706-722.

FLACH, Roberta Matassoli Duran; DESLANDES, Suely Ferreira. Abuso digital nos relacionamentos afetivo sexuais: uma análise bibliográfica. **Caderno Saúde Pública**. 33(7), 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v33n7/1678-4464-csp-33-07-e00138516.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. 8 reimpre. São Paulo: Atlas, 2007.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. **Sociologia Crítica: alternativas de mudança**. 61ª ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 2008. 168p. (Cadernos Emejeta, v.2).

GOMES, Vinícius Sabino. A Origem do Gótico nas Idéias de Erwin Panofsky. **Escritos**. v. 20, n. 45. Jul/dez 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/esupb/v20n45/v20n45a06.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2019.

G1. **Vítimas de 'nude selfie' e 'sexting' na internet dobram no Brasil, diz ONG**. São Paulo, abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/04/vitimas-de-nude-selfie-e-sexting-na-internet-dobram-no-brasil-diz-ong.html>> Acesso em: 02 out. 2019.

HAMADA, Fernando Massani; SANCHEZ, Cláudio José Palma. Abuso sexual Infantil: Normatização, Internet e Pedofilia. In: **III Encontro de Iniciação Científica e II Encontro de Extensão Universitária**, v. 3, n. 3, p. 1-17, 2007. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1479/1412>>. Acesso 02 out 2019.

HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário de Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP; 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf> Acesso em: 27 abr. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 22 ed. São Paulo, Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 34 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KRÜGER, Kelly Berti *et al*; A exploração sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a vulnerabilidade social das famílias: desafios à garantia de direitos. KRÜGER, Kelly Berti; OLIVEIRA, Catielle Flôres (orgs). **In: Violência intrafamiliar: discutindo facetas e possibilidades.** Jundiaí: Paco editorial, 2013. p. 45-64.

LECHNER, Norbert. Estado, mercado e desenvolvimento na América Latina. **Lua Nova.** n. 28-29, São Paulo, abr. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100011#nt> Acesso em: 20 abr. 2019.

LESSA, Sergio. Lukacs: Ontologia e Historicidade. **In: Transformação Formação.** São Paulo, 19: 87-101, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v19/v19a06.pdf>> Acesso: 03 jun. 2019.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Teoria de Marx.** 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LARA, Ricardo. A incidência da teoria social crítica no Serviço Social. **Revista Serviço Social e Realidade.** Franca, v.18, n.1, 2009. p.43-59. Disponível em: <<file:///D:/Users/Cliente/Downloads/116-436-1-PB.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2019.

LOPES, Amliz Ferreira; MENDONÇA, Érika de Sousa. Ser jovem, ser belo: a juventude sob holofotes na sociedade contemporânea. **Revista Subjetividades,** Fortaleza, 16(2): 20-33, ago., 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v16n2/02.pdf>> Acesso em: 11 out. 2019.

MARQUES, Ana Cecília Petta Roselli; CRUZ, Marcelo S. O adolescente e o uso de drogas O adolescente e o uso de drogas. **Revista Brasileira Psiquiatria.** V.22, S.2 São Paulo, dez. 2000. 32-36. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600009> Acesso em: 30 ago. 2019.

MILLANI, Helena de Fátima Bernardes; VALENTE, Maria Luisa L. de Castro. O caminho da loucura e a transformação da assistência aos portadores de sofrimento mental. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** (Ed. port.) v.4, n.2, Ribeirão Preto, ago. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762008000200009> Acesso em: 18 abr. 2019.

MENESES, Celise. Transtornos mentais comuns em adolescentes grávidas: um estudo piloto. **Adolescência & Saúde**. v. 5, n. 1, mar. 2008. p.50-56. Disponível em: < file:///C:/Users/Cliente/Downloads/v5n1a08.pdf> Acesso em: 30 abr. 2019.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologias e pesquisa científica em ciências sociais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa**: Um instigante desafio. São Paulo: Veras editora. 1999. Série Núcleo de Pesquisa. p.19-39.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl, 1818-1883. **Sobre o suicídio**. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. 1 ed. 2 reimp. São Paulo: Boitempo, 2008. p.76-90.

MARX, Karl. **O capital**: crítica de economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 110. São Paulo, abr./jun. 2012. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200004> Acesso em: 07 mai. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, IV (3): 513-531, nov. 1997-fev. 1998. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06.pdf>> Acesso em: 18 set. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 132 p. (Coleção Temas em Saúde).

MINAYO, Maria Cecília de Souza; MENEGHEL, Stela Nazareth; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. Suicídio de homens idosos no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17 (10), 2012. 2665-2674. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n10/16.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2019.

MACHADO, Letícia Vier; BOARINI, Maria Lúcia. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. **Psicologia ciência profissão**. v.33, n.3, Brasília, 2013. 580-595. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000300006> Acesso em: 30 ago. 2019.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS: **DSM-5 / [American Psychiatric Association]**; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... *et al.*]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... *[et al.]*. – 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: < <https://www.tdahmente.com/wp->

content/uploads/2018/08/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf> Acesso em: 28 set. 2019.

MACHADO, Nealla Valentim. **“Manda Nudes?”: Imagens Íntimas e as Representações de Gênero na Mídia Brasileira**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, Cuiabá, 2016. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/bitstream/1/1200/1/DISS_2016_Nealla%20Valentim%20Machado.pdf> Acesso em 03 out. 2019.

MENEZES, Mariana Risério Chaves de; CAVALCANTI Vanessa Ribeiro Simon. **Interseccionalidade, Comunicação e Cultura: (Entre) Cruzamentos de Matrizes de Opressão e Privilégio**. *Ex æquo*, n. 35, 2017. p. 33-47. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n35/n35a04.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2019.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira *et al.* A exposição do amor na internet: público ou íntimo?. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v.69, n.1, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v69n1/02.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2019.

MAZZAIA, Maria Cristina. Necessidades em saúde mental e pesquisa. **Revista Brasileira Enfermagem**. 71(suppl 5), 2018. p. 2198-2199. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s5/pt_0034-7167-reben-71-s5-2077.pdf> Acesso em: 10 mai. 2019.

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. **Dimensões**, v. 14, 2002. p.461-480. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/2638-4067-1-PB.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2019.

NOVAES, Joana de Vilhena. **O intolerável peso da feiura**: sobre as mulheres e seus corpos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Garamond, 2006. 272p.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NAVES, Márcio Bilharinho. **A Questão do Direito em Marx**. 1º ed. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

NASCIMENTO, Yanna Cristina Moraes Lira; BRÊDA, Mercia Zeviani; ALBUQUERQUE, Maria Cicera dos Santos de. O adoecimento mental: percepções sobre a identidade da pessoa que sofre. **Comunicação Saúde Educação**. 19(54), 2015. p.479-490. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v19n54/1807-5762-icse-19-54-0479.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2019.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. Contexto da família. In: **Recomeçar**: família, filhos e desafios. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

236 p. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/965tk/pdf/oliveira-9788579830365-02.pdf>> Acesso em: 01 out. 2019.

OLIVEIRA, Francisca Moana A. de *et al.* Romantização do relacionamento abusivo, uma violência silenciosa: a ineficácia da lei maria da penha. **ANAIS do IX Encontro de Pesquisa e Extensão da Faculdade Luciano Feijão**. Sobral-CE, nov. 2016. Disponível em: <https://flucianofejiao.com.br/novo/wp-content/uploads/2019/03/ROMANTIZACAO_DO_RELACIONAMENTO_ABUSIVO_U_MA_VIOLENCIA_SILENCIOSA_A_INEFICACIA_DA_LEI_MARIA_DA_PENHA.pdf> Acesso em: 11 out. 2019.

PORTO, Maria Célia da Silva. ESTADO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: implicações para as políticas sociais. **Anais IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. MA: São Luiz, ago 2009. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/1.%20Mundializa%C3%A7%C3%A3o,%20Estado%20Nacionais%20e%20Pol%C3%ADticas/ESTADO%20E%20NEOLIBERALISMO%20NO%20BRASIL%20CONTEMPOR%C3%82NEO%20implica%C3%A7%C3%B5es%20.pdf> Acesso em: 05 abr. 2019.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Keynesianismo, Neoliberalismo e os Antecedentes da “Crise” do Estado. **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. Disponível em: <http://cristinapaniago.com/yahoo_site_admin/assets/docs/Keynesianismo_Neoliberalismo_e_os_Antecedentes_da_Crise_do_Estado.185191109.pdf> Acesso em: 16 abr. 2019.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Novo-desenvolvimentismo: A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos avançados**. 26 (75), 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/02.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2019.

POCHMANN, Marcio. Capitalismo e desenvolvimento. In: **Brasil sem industrialização**: a herança renunciada. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. p. 16-64. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/yjzmz/pdf/pochmann-9788577982165-02.pdf>> Acesso em: 20 de abr. 2019.

PEDERSEN, Jaina Raqueli *et. al.* Rodas de conversa: em debate a violência sexual contra crianças e adolescentes. **Revista Mundo Livre**, Campos dos Goytacazes, v. 4, n. 1, p. 47-60, jan/jul 2018. Disponível em: < <http://www.revistamundolivres.uff.br/index.php/mundolivres/article/view/233/92>> Acesso em 02 out 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. **SETEMBRO AMARELO** - Ministério da Saúde divulga material informativo sobre suicídio no Brasil. [Porto Alegre]: Secretaria da Saúde. 2017. Disponível em: <<http://www.saude.rs.gov.br/setembro-amarelo-ministerio-da-saude-divulga-material-informativo-sobre-suicidio-no-brasil>> Acesso em: 07 mai. 2019.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos *et al.* (org). **Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinalidade**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero. **Cadernos Pagu**. 2001. p.115-136. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2019.

SAES, Décio Azevedo Marques De. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. História Política. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n.42, mai/ago., 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200021> Acesso em: 06 abr. 2019.

SILVA, Ana Tereza de M. C. da; BARROS, Sônia; OLIVEIRA, Márcia Aparecida Ferreira de. Políticas de saúde e de Saúde Mental no Brasil: a exclusão/inclusão social como intenção e gesto. **Revista Escola de Enfermagem, USP**, 36 (1): 4-9. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v36n1/v36n1a01>> Acesso em: 25 abr. 2019.

SILVA, Jose Fernando Siqueira da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 6, n. 2, jul./dez. 2007. p. 282-297. Disponível em: <[file:///D:/Users/Cliente/Downloads/2319-13700-2-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Users/Cliente/Downloads/2319-13700-2-PB%20(1).pdf)> Acesso em: 14 abr. 2019.

SANTOS, Vinicius Correia. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. **Anais do VI Colóquio Internacional Marx e Engels nas seções de comunicações do Grupo Temático 9 - Trabalho e produção no capitalismo contemporâneo**. 2009. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/glauberpereira/files/2015/12/Artigo-TGA-IV.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2019.

SERAFIM, Antonio de Pádua, *et al.* Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. **Revista de Psiquiatria Clínica**, 2009; 36(3):105-111. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v36n3/v36n3a04.pdf>> Acesso em: 26 set. 2019.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 111, jul./set. 2012. p. 430-449. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n111/a03.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2019.

SIMÕES, Carlos. **Teoria e Crítica dos Direitos Sociais: O Estado Social e o Estado Democrático de Direito**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 281-320.

SILVA, Aline Gomes da; RODRIGUES, Thais Christina do Lago; GOMES, Katia Varela. Adolescência, vulnerabilidade e uso abusivo de drogas: a redução de danos como estratégia de prevenção. **Revista psicologia política**. v.15, n.33, São Paulo, ago. 2015. 335-354 Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200007> Acesso em 30 ago. 2019.

TONET, Ivo. **Educação e Formação Humana**. Maceió, Agosto, [s.n.], 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1ª ed. 15 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho, São Paulo: Cortez, 2004.

WERLANG, Rosangela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, out./dez. 2013. p. 743-768 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n116/09.pdf>> Acesso em: 01 mai. 2019.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Regulamento Interno do Curso de Serviço Social para Trabalho Final de Graduação**. São Borja, jan. 2010. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/files/2011/08/Regulamento-TFG.pdf>> Acesso em 23 out. 2019.

UNICEF. **Caretas**: Adolescentes e o risco de vazamento de imagens íntimas na internet. [DF: Brasília], 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/1671/file/Adolescentes_e_o_risco_de_vazamento_de_imagens_intimas_na_internet.pdf> Acesso em: 02 out. 2019.

UOL. **Psicanálise - A mente segundo a teoria de Sigmund Freud**. [São Paulo], 2019. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/biologia/psicanalise-a-mente-segundo-a-teoria-de-sigmund-freud.htm>> Acesso em: 03 out. 2019.